

T305.4
FIL
mul-1

MARIA MARGARIDA SANTOS DI FILIPPO

**MULHER, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE:
A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO
MÃOS MINEIRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Robson Amâncio

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2002**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Filippo, Maria Margarida Santos di

Mulher, desenvolvimento e meio ambiente: a experiência da Associação Mãos
Mineiras / Maria Margarida Santos di Filippo. -- Lavras : UFLA, 2002.

134 p. : il.

Orientador: Robson Amâncio.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Mulher. 2. Desenvolvimento. 3. Meio ambiente. 4. Associativismo. 5. Minas
Gerais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-305.4

MARIA MARGARIDA SANTOS DI FILIPPO

**MULHER, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE:
A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO
MÃOS MINEIRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2002

Prof. Claudia Maria Ribeiro Andrade

UFLA

Prof. Edgard Alencar

UFLA



Prof. Robson Amâncio

UFLA

(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL

*Dedico à minha querida avó,
Margarida Pereira das Neves.*

*Ofereço a todas as mulheres,
principalmente, aquelas que
fazem parte da Mãos Mineiras.*

AGRADECIMENTOS

Em especial, ao Criador.

Ao meu pai, Antonio Di Filippo (*in memorian*), à minha mãe, Rosa Amélia, ao meu filho, Filipe, e a toda minha família pelo incentivo constante.

À UFLA, pela oportunidade de aprendizagem e à CAPES, pela bolsa de estudos.

Ao Prof. Robson Amâncio pela orientação e confiança.

Ao Prof. Marcos Ortiz, Prof. Edgard Alencar, Profa. Claudia Andrade, Profa. Rosana Vieira Ramos e Profa. Maria de Lourdes Souza pelas críticas, sugestões e comentários.

Ao Prof. Josué Humberto Barbosa por ter “aberto as portas” da área de estudo.

Aos colegas de turma, Rogério, Humberto, Diogo, Áurea, Alessandro, José Luis, Valtinho e, especialmente, Lígia Soares pela amizade e solidariedade.

As amigas: Paola Cappeli, Rosa Medeiros, Genny Paglia, Lenilce, Agulúcia, Adelina, Neysa Cunha, Denise Braga, Renise, Andréa Medrado e Jaysa.

A todas as pessoas que me ajudaram a conhecer Lima Duarte e a Mãos Mineiras: Maria Augusta Lacerda, Maria Auxiliadora, Adélio Fernandes, Paulo Bittar, Valéria Barreto, Gil Barreto, Raquel Bittar, Mariza de Paula, Sergio Adenauer, Jaqueline Lopes e, em especial, Rafael Ferreira de Paula.

A todos participantes da Associação Mãos Mineiras e seus familiares, pelo carinho e acolhimento.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Eu guardo esse nome com muito carinho, Mãos Mineiras porque foi assim, uma coisa discutida, falada, que nome deve ser o grupo, tinha de resolver, né? Quando falou “Mãos”... aí, “Mineiras...”, eu falei. As mãos é a coisa mais preciosa, desde a cabeça aos pés. O corpo da gente é uma imagem e semelhança de Deus, é de muito valor. Então, as mãos, aquelas mãos que abraçam, que abençoam, dão bom dia, que coloca de mãos postas para rezar, aquela que se recebe Jesus para te dar força. Então, fiquei muito feliz de ter colocado esse nome, Mãos Mineiras. E mãos acolhendo mineiros, mineiras, associados, famílias que lutam, que ganham o pão de cada dia com muito amor”.

D. Clara

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	iii
1 INTRODUÇÃO	1
2 DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO	4
2.1 Perspectivas de desenvolvimento	4
2.1.1 Crescimento, desenvolvimento e crise ambiental.....	4
2.1.2 Ecodesenvolvimento e sustentabilidade.....	6
2.1.3 Desenvolvimento endógeno e autonomia local	8
2.1.4 Desenvolvimento sustentável	11
2.1.5 Desenvolvimento rural.....	14
2.2 Gênero e desenvolvimento	24
2.2.1 Abordagens feministas.....	24
2.2.2 Aprofundando o conceito de gênero e de relações de gênero	28
2.2.3 Mulher e agricultura familiar	33
2.2.4 Mulher, desenvolvimento e meio ambiente	37
3 METODOLOGIA	47
4 LIMA DUARTE: CENÁRIO DO ESTUDO	52
4.1 Breve história do município de Lima Duarte	52
4.2 Principais atividades econômicas	54
4.3 O Manejo	56
5 A EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA DA MÃOS MINEIRAS.....	59
5.1 O processo associativo.....	59
5.1.1 História da associação.....	63
5.1.2 Gestão da associação	65
5.1.3 Trabalho	68
5.1.4 Geração de renda	72
5.1.5 Articulação	74

5.1.6 Educação	77
5.1.7 Assessoria.....	80
5.1.8 Participação	81
5.1.9 Conquistas	86
5.1.10 Problemas	87
5.1.11 Sustentabilidade.....	89
5.1.12 Representação material e simbólica.....	92
5.2 Gênero, espaço e sociedade.....	94
5.2.1 Condição de vida da mulher e do homem	94
5.2.2 Divisão sexual do trabalho	96
5.2.3 Conflitos de gênero na família	100
5.2.4 Tomada de decisões no espaço doméstico	103
5.2.5 Participação social e política	104
5.2.6 Obtenção de poder	107
5.2.7 Especificidade da mulher em relação ao desenvolvimento.....	108
5.3 Construindo uma concepção de desenvolvimento local	111
5.3.1 Valorização do espaço rural	111
5.3.2 Problemas locais.....	113
5.3.5 Desenvolvimento local.....	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

RESUMO

FILIPPO, Maria Margarida Santos di. **Mulher, desenvolvimento e meio ambiente: a experiência da Associação Mãos Mineiras**. 2002. 134p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

Este trabalho discute a questão da mulher, do desenvolvimento e do meio ambiente. Tem como objetivo identificar as estratégias de desenvolvimento sob uma perspectiva de gênero e verificar a contribuição da mulher no desenvolvimento rural. A metodologia da pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso da Associação Mãos Mineiras, localizada no município de Lima Duarte, Zona da Mata, Minas Gerais. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista, com base em questionários semi-estruturados e a *focused-interview*. Como uma experiência pioneira nessa região, iniciada em 1988, o intuito da Associação foi contribuir para a geração de renda da população rural. As associadas produzem complementos alimentares e artesanato feito com material reaproveitado. As estratégias de desenvolvimento da Associação envolvem, de forma articulada, a atividade econômica, com ênfase na socioeconomia solidária, a sustentabilidade do meio ambiente, a valorização do saber local e a melhoria da condição de vida da mulher. A estratégia de desenvolvimento sob uma perspectiva de gênero tem sido direcionada para a emancipação da mulher por meio do trabalho. Ainda inclui a participação como organização e obtenção de poder e a garantia de acesso a um espaço público de sociabilidade e de aprendizagem social. As mulheres apresentam uma estreita relação com a sobrevivência e os cuidados da família. Elas reconhecem que os aspectos sociais e humanos são fundamentais para um autêntico processo de desenvolvimento. A experiência associativa tem colaborado para a flexibilização das relações de gênero desse grupo, por meio do fortalecimento da auto-estima, autoconfiança e autonomia econômica das mulheres. A pesquisa assinalou que um programa de desenvolvimento rural que privilegia a participação da mulher apresenta uma tendência para formulação de estratégias de maior sustentabilidade. Também verificou que a participação da mulher é fundamental no desenvolvimento rural sustentável, em razão da sua visão ampla e capacidade de elaborar estratégias criativas que contribuem para atender à necessidade de soluções sistêmicas de âmbito local.

* Orientador: Robson Amâncio – UFLA

ABSTRACT

FILIPPO, Maria Margarida Santos di. **Woman, development and environment: the experience of Associação Mãos Mineiras**, 2002. 134p. Dissertation (Master's degree in Administration) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

This work discusses the issue of woman, development and environment. It is aimed to identify the development strategies under a gender perspective and to verify woman's contribution in the rural development. The methodology of the research is based on a qualitative approach through the case study of Associação Mãos Mineiras (Mãos Mineiras Association), located in the town of Lima Duarte, Zona da Mata, Minas Gerais. For data collection, the interview was used, on the basis of semi-structured questionnaires and the focused-interview. As a pioneering experience in that region, started in 1988, the intention of the Association was to contribute to the generation of income of the rural population. The associated women produce feeding complements and handicraft done from reutilizable material. The developmental strategies of the Association involve, in an articulate way, the economical activity, with emphasis on solidaristic socioeconomics, the sustainability of environment, the valorization of the local knowledge and the improvement of the condition of the woman's life. The developmental strategy under a gender perspective has been addressed to woman's emancipation through work. It still includes the participation as an organization and empowering and the access warranty to a public space of sociability and social learning. The women presente a close relationship with the survival and the cares of the family. They recognize that the social and human aspects are fundamental to an authentic developmental process. The associative experience has been collaborating for the flexibleness of the relationships of gender of that group, through the strengthening of self-esteem, self-reliance and the women's economical autonomy. The research pointed out that a program of rural development that privileges woman's participation presents a tendency towards formulation of strategies of greater sustainability. It also found that woman's participation is fundamental in the sustainable rural development due to her wide vision and capacity of elaborating creative strategies that contribute to meet the needs of systemic solutions of local range.

* Adviser: Robson Amâncio – UFLA

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resgate de um interesse que teve origem no início do curso de graduação e nas experiências vividas junto aos movimentos sociais. O contato a problemática do meio rural mostrou a necessidade de inclusão da mulher nos projetos que visam à melhoria das condições de vida da população local.

A discussão sobre *desenvolvimento e gênero* é um tema relevante no contexto atual da nossa sociedade, já que existe uma preocupação cada vez maior de se repensar as práticas, até então conhecidas, e incorporar uma abordagem que possa favorecer a equidade social. Inclusive, vários organismos internacionais, como FAO, PNUD, OIT e Banco Mundial, têm procurado desenvolver programas e políticas, com base em uma análise socioeconômica e de gênero.

O desenvolvimento implica um processo de democratização que está intimamente relacionado com a eliminação de todas as formas de opressão, sejam elas econômicas, culturais, políticas e sociais. Por ser atribuída à mulher uma condição de submissão, ela tem enfrentado várias limitações que dificultam o exercício de sua cidadania.

Não se pode negar que ocorreram vários avanços que melhoraram significativamente a condição de vida das mulheres nas últimas décadas. Há que se registrar também a contribuição de vários movimentos e estudos sobre a questão da mulher e de gênero. Contudo, a segregação sexual nos empregos e organizações, a desigualdade remuneratória entre os sexos, o acesso desigual a oportunidades de desenvolvimento e a tendência à feminização da pobreza persistem como fenômenos mundiais.

Nesse sentido, cabe aos estudos científicos problematizar os modelos de desenvolvimento existentes, procurando desvelar novas perspectivas que visem

a potencializar o desenvolvimento humano. Segundo Capra (1988), a atual civilização ocidental está passando por uma profunda mudança de paradigma, deixando uma concepção mecanicista da ciência cartesiana e newtoniana para adotar uma visão holística e ecológica. Afirma que *“precisamos de um novo paradigma – uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores”* (Capra, 1998, p.14). O autor argumenta que a gravidade e a extensão global da crise atual indicam que há uma grande oportunidade de mudança social, que pode resultar em uma transformação sem precedentes na história da humanidade. Mas, para isso, é necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente, ou seja, uma verdadeira revolução cultural.

Reconhecer a condição de submissão atribuída às mulheres não significa dizer que elas sejam passivas à dominação masculina¹. Muitas mudanças têm surgido, seja por meio da revolução silenciosa tecida no cotidiano de suas vidas, ou de forma explícita, por meio da organização das mulheres, em movimentos sociais e sindicais, reivindicando seus direitos.

Vários estudos e experiências mundiais têm demonstrado que a mulher exerce um papel fundamental no desenvolvimento. Contudo, as diversas concepções de desenvolvimento propõem diferentes alternativas para a participação da mulher, ora privilegiando a esfera produtiva, ora a social e a política.

Os objetivos centrais desta pesquisa são identificar as estratégias de desenvolvimento sob uma perspectiva de gênero, adotadas pela Associação Mãos Mineiras, e verificar a contribuição da mulher no desenvolvimento rural sustentável. De modo mais específico, pretende compreender como a experiência associativa tem colaborado para promover a equidade de gênero e

¹ Louro (1997) assinala que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder.

averiguar as principais contribuições trazidas por esse trabalho ao desenvolvimento local e regional.

Parte-se do pressuposto de que programas de desenvolvimento rural que privilegiam a participação feminina tendem a formular estratégias de maior sustentabilidade. A complexidade do meio rural brasileiro tem exigido uma visão abrangente de sua problemática, o que requer estratégias integradas e que possam considerar, de modo concomitante, o curto, o médio e o longo prazo. Nesse contexto, a participação da mulher em programas de desenvolvimento é fundamental, tanto pela sua inclusão, quanto pela especificidade de sua visão mais ampla, que conseqüentemente lhe proporciona uma concepção mais abrangente do desenvolvimento.

O trabalho está estruturado em sete partes. Primeiramente, esta apresentação geral, que contém os objetivos do estudo. No próximo tópico, é realizada uma revisão de literatura que aborda as perspectivas de desenvolvimento e as particularidades do desenvolvimento rural no Brasil. As principais abordagens feministas são destacadas, assim como um aprofundamento do conceito de gênero e de relações de gênero. Também são ressaltados alguns estudos que buscam compreender o papel da mulher na agricultura familiar e no desenvolvimento. Na próxima parte, inserem-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A seguir, é realizada uma breve caracterização da área de estudo. Posteriormente, trata-se da experiência associativa da Mãos Mineiras: o processo associativo; gênero, espaço e sociedade, e a construção de uma concepção de desenvolvimento local. Por último, constam as considerações finais com sugestões para novos estudos e as referências bibliográficas.

2 DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO

2.1 Perspectivas de desenvolvimento

O desenvolvimento é um tema complexo que concentra vários tipos de abordagens e, inclusive, concepções antagônicas. Pretende-se, neste trabalho, privilegiar alguns conceitos de desenvolvimento que procuram incorporar um sentido amplo, incluindo as várias dimensões da existência humana.

2.1.1 Crescimento, desenvolvimento e crise ambiental

Nas últimas décadas, tem havido uma proliferação de neologismos que se esforçam em conceitualizar o desenvolvimento, demonstrando o mal-estar profundo dos estudiosos dessa área. A grande maioria reconhece que o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico, expresso puramente em termos quantitativos, como o PNB, e que o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para gerar o desenvolvimento. Dessa forma, ele se apresenta cada vez mais como um conceito pluridimensional, cujas facetas não são redutíveis a um denominador comum (Sachs, 1986).

O modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico a qualquer custo, típico de economias industrializadas, apresenta na década de 1960, seus primeiros efeitos indesejáveis. Entre eles, a deterioração da qualidade do ar e da água, o acúmulo de resíduos sólidos, os ruídos nas áreas urbanas e o mau uso da terra (Kitamura, 1994). Além disso, cresce no período pós-guerra, a corrida armamentista, que ameaça a humanidade com o perigo da guerra nuclear. Desse modo, vai-se tornando cada vez mais evidente que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento.

Com o acirramento desses problemas ambientais, cresce a preocupação com os modelos de desenvolvimento vigentes e vários questionamentos

começam vir à tona, decorrentes da crise que se instala no mundo. Alguns desses questionamentos, inclusive, são levantados, já nos anos 1960, por alguns segmentos da sociedade civil. Preocupados ou sensibilizados com o meio ambiente, eles fazem uma crítica mais profunda quanto ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora (Leonardi, 1997).

Os principais debates acadêmicos do final daquela década estão fortemente influenciados pela experiência dos países industrializados e privilegiam os danos sobre o meio ambiente biofísico, em detrimento de questões socioeconômicas relacionadas aos problemas ambientais (Kitamura, 1994). Além disso, é só a partir dos anos 1970 que a preocupação com a questão ambiental passa a fazer parte da agenda mundial (Leonardi, 1997).

Um dos estudos do início da década de 1970, como “Limites do Crescimento”, conhecido como Relatório do Clube de Roma, preconizava que a explosão populacional nos países em desenvolvimento e o aumento constante do uso das matérias-primas naturais teriam como conseqüência, o possível esgotamento dos recursos renováveis e não-renováveis e a insustentabilidade do crescimento econômico sem limites. Amâncio (2000) destaca que esse documento apontava que a única saída para salvar o mundo de uma catástrofe era o “crescimento zero”. Isso, para os países em desenvolvimento, implicava conseqüências sérias, como frear seus recentes processos de industrialização. Esse relatório é considerado alarmista e severamente contestado por diversos intelectuais.

Segundo Leonardi (1997), com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, que reuniu um grupo de especialistas em ciências naturais e sociais em 1972, a questão ambiental ganhou o fórum político. Nessa ocasião, foi recomendada a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), levado a efeito no ano

seguinte. É marcado o início de uma visão menos fragmentada da problemática ambiental, na qual se acredita que para atingir o desenvolvimento econômico é fundamental a prioridade ambiental para garantia da qualidade de vida e, conseqüentemente, da própria vida humana (Amâncio, 2000).

2.1.2 Ecodesenvolvimento e sustentabilidade

No final dos anos 1970, Ignacy Sachs, que lidera um grupo de especialistas do Centro Internacional de Pesquisa sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIRED), formula o conceito de ecodesenvolvimento. O ecodesenvolvimento tem como base justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica. Sob esse ponto de vista, a qualidade social é medida pela melhoria do bem-estar das populações despossuídas e a qualidade ecológica pela solidariedade com as gerações futuras. O ecodesenvolvimento tem como princípio o pluralismo cultural, ou seja, o respeito às distintas percepções do meio ambiente nos diferentes grupos e classes sociais, assim como a diversidade das condições naturais de cada região e país (Amâncio, 2000).

A regra do mercado capitalista é a de internalizar os lucros, externalizando os custos sociais e ecológicos. No entanto, pela perspectiva do ecodesenvolvimento é preciso considerar os custos sociais e ecológicos do crescimento, tais como o fluxo dos recursos renováveis, a destruição do acervo genético, a degradação da fertilidade dos solos e a própria poluição. Além disso, há que se considerar que a descapitalização do patrimônio natural mina o potencial de desenvolvimento futuro. Dessa forma, levanta um problema ético: a solidariedade diacrônica com as gerações futuras, que se complementa com a solidariedade sincrônica com as gerações presentes. Nesse sentido, a tomada de consciência ecológica indica a necessidade de mudanças globais, de assumir-se no âmbito individual e coletivo, a responsabilidade com o conjunto da

humanidade, e de impor autocontrole sobre as necessidades e desejos (Sachs, 1986).

O ecodesenvolvimento propõe estratégias² socioeconômicas e espaciais diversificadas, associadas às realidades locais, integrando o planejamento econômico e o espacial. Exige também uma ação sobre todos os atores sociais, um reequilíbrio entre os poderes e os papéis da sociedade civil local, regional e nacional. Desse modo, a implementação de estratégias redundando no planejamento participativo, o qual é fundamental para o sucesso da estratégia escolhida (Amâncio, 2000).

Sachs (1997) afirma que para acelerar um desenvolvimento socioeconômico autêntico, capaz de incorporar o imperativo ético de solidariedade com as gerações atuais e futuras e de substituir o conceito de dominação da natureza, é necessário que a sustentabilidade esteja baseada em cinco dimensões principais: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

A sustentabilidade social envolve o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com distribuição da renda mais equitativa e redução das desigualdades sociais (Sachs, 1997).

A sustentabilidade econômica deve ser incorporada pelo fluxo constante de investimentos públicos e privados, além da alocação e do manejo eficientes dos recursos naturais (Sachs, 1997).

A sustentabilidade ecológica inclui a redução do consumo de combustíveis fósseis e do volume de substâncias poluentes, mediante a adoção

² Segundo Mitzemberg (2001), a palavra estratégia tem sido usada de várias maneiras. O autor destaca cinco definições de estratégia: plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva. Além disso, a estratégia integra as principais metas, políticas e programas de uma organização em um todo coerente (Quinn, 2001). O entendimento de estratégia nesse trabalho, diz respeito a plano de ação de caráter mais específico e à perspectiva compartilhada pelos membros de uma organização de caráter mais genérico.

de políticas de conservação de energia e recursos, reciclagem, substituição de recursos não-renováveis por renováveis, desenvolvimento de tecnologias capazes de gerar um nível mínimo de dejetos e maximização da eficiência dos recursos utilizados, estímulo à agricultura biológica e aos sistemas de agrossilvicultura (Sachs, 1997).

A sustentabilidade geográfica contempla uma distribuição espacial equilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, tendo em vista os problemas ambientais oriundos da excessiva concentração populacional em áreas metropolitanas e a destruição de ecossistemas frágeis, em razão de processos não controlados de colonização. Isso cria possibilidades para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e para se estabelecer uma rede de reservas da biosfera, visando à proteção da diversidade biológica e, ao mesmo tempo, à melhoria da qualidade de vida da população local (Sachs, 1997).

Talvez a dimensão mais difícil de ser concretizada, segundo Sachs (1997), seja a sustentabilidade cultural. Isso porque o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, ou seja, priorizar as soluções sistêmicas de âmbito local, garantindo a pluralidade de soluções locais, adaptadas a cada ecossistema e a cada cultura. Nesse contexto, a autonomia cultural desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento.

2.1.3 Desenvolvimento endógeno e autonomia local

De acordo com Sachs (1986, p.22), “*a crise de desenvolvimento que hoje conhecemos é essencialmente uma crise de crescimento mimético*”. O mimetismo alimenta-se da crença de que os países em desenvolvimento devem obrigatoriamente percorrer a mesma trajetória daqueles que seriam considerados como seus modelos. Mas, a complexidade e a diversidade dos processos históricos tornam muito problemática a aplicação das teorias unilineares de progresso. A tentativa de refazer no Terceiro Mundo o caminho percorrido pelos

países industrializados teve como resultado principal, salvo raras exceções, modernizar e consolidar as sociedades fundamentadas no privilégio, ocidentalizar as elites, impulsionar o crescimento da desigualdade, que provoca a marginalização das massas pobres dos campos e das cidades.

A teoria geral do desenvolvimento deve girar em torno da temporalidade, ou melhor, dos tempos múltiplos da sociedade e do indivíduo irreversíveis e únicos, e não por um tempo cronológico e mecânico (Sachs, 1986).

Desse modo, Sachs (1986) enfatiza que é fundamental buscar o desenvolvimento endógeno, ou seja, contar com as suas próprias forças, refletir sobre as especificidades de cada situação e articular os esforços em torno das aspirações por um maior bem-estar, dignidade e justiça social. Além disso, deve-se priorizar a autonomia³ local nas tomadas de decisão, voltando-se para a satisfação das necessidades reais da sociedade e em equilíbrio com a natureza. O potencial de desenvolvimento endógeno está estreitamente relacionado com a capacidade cultural de pensar em si mesmo e de inovar e com a capacidade político-administrativa de tomar decisões autônomas e de organizar sua execução em conformidade com os objetivos sociais do desenvolvimento. Isto pressupõe um ambiente democrático e participativo.

Na medida em que o conceito de ecodesenvolvimento está interligado à diversidade de contextos ecológicos e culturais, a pesquisa de estratégias concretas deve ser obra das populações interessadas. Nesse sentido, o saber local é imprescindível, a fim de identificar as necessidades reais em suas múltiplas formas e proceder a um inventário dos recursos naturais e humanos. O exercício real de autonomia na base estimula a imaginação social concreta, permitindo um

³ Sachs (1986) considera que a autonomia, o domínio do seu próprio destino, apresenta-se ao mesmo tempo como princípio ético e instrumentalidade do desenvolvimento individual e coletivo.

amplo espaço para a diversidade de respostas aos problemas e evita a imposição de soluções uniformizantes de caráter tecnocrático (Sachs, 1986).

Caberia ao especialista em desenvolvimento estabelecer relações entre os grupos locais, ou seja, criar redes de informação e atividades, além de pensar por variantes, elaborar cenários e projetar em escala maior as inovações consideradas interessantes. Esses cenários devem ser objeto de discussões públicas e, por conseqüência, constituir-se em uma pedagogia social do planejamento participativo. Desse modo, a autonomia local não isenta a presença de um planejamento central. O papel do planejamento central é identificar e promover os espaços de autonomia local, facilitar o acesso aos recursos que não possam ser mobilizados localmente, em razão de bloqueios institucionais, legais, administrativos ou por insuficiência de meios materiais. Além de procurar garantir o exercício dos direitos sociais ao desenvolvimento (Sachs, 1986).

O autor considera que existem duas concepções principais de sociedade civil, que se encontra articulada sobre várias formas associativas. Uma dessas concepções compreende que ela está dominada, basicamente, pela coalizão de forças organizadas pelo mercado e pelo Estado. Essa coalizão dominante detém o monopólio da comunicação, que lhe oferece um poder imenso sobre a sociedade civil. A outra visão define sociedade civil por oposição ao Estado e às forças organizadas do mercado. Ao emancipar-se, tomando consciência da sua força e do seu lugar, a sociedade civil passa a ser um terceiro sistema de poder. Desse modo, ela torna-se capaz de criar o seu próprio sistema de comunicação e de moderar o domínio do Estado e do mercado, por meio do exercício efetivo da democracia política (Sachs, 1986).

Ao observar atentamente as experiências das sociedades civis, Sachs (1986) afirma que elas têm dado provas de dinamismo e engenhosidade, conseguindo impor soluções às crises do cotidiano, que muitas vezes não são assumidas pelas respectivas instituições responsáveis. Essas formas associativas

representam mais que um valor simbólico ou uma experiência pontual. Elas confirmam o papel do desenvolvimento local como mobilizador da imaginação social concreta e das forças ativas da sociedade. O desenvolvimento local com seu conteúdo humanista é o ponto de partida, cenário principal e o resultado do desenvolvimento. Porém, não se devem negligenciar ações de desenvolvimento em outros níveis, como o regional, o nacional e o internacional.

O desenvolvimento está relacionado a um processo coletivo de aprendizagem social e de liberação⁴. Nessa concepção, ele visa à liberação da personalidade humana e de todos os homens. Desenvolver é, no sentido etimológico do verbo, retirar a gluma da semente, por conseguinte, desenrolar. Contudo, Sachs (1986) acrescenta que é preciso não dar ao desenvolvimento uma conotação orgânica e linear.

Como observou Dahrendorf (apud Sachs, 1986, p.50), *“trata-se, na verdade, de um processo contínuo e permanentemente incompleto, um processo, além disso, no qual ocorrem mutações e se atingem estágios sempre novos de maturidade, cujas sementes criam novos pontos de partida, diferentes, na sua forma, dos que determinaram a própria origem”*. O desenvolvimento deve suplantar os obstáculos que dificultam e impedem que os homens façam uso da sua imaginação social concreta e tornem-se verdadeiramente humanos (Sachs, 1986).

2.1.4 Desenvolvimento sustentável

O Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1988) retoma pontos abordados em documentos anteriores ao tentar incorporar,

⁴ O autor chega a afirmar que o desenvolvimento depende desse processo de aprendizagem social e liberação, pois não pode ser definido com base em um modelo *a priori* e de uma utopia imobilizada (Sachs, 1986).

de alguma forma, a noção de ecodesenvolvimento e introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável. Desse modo, tornou-se uma referência em todo o mundo.

Ele trata basicamente da insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento em curso e considera que os problemas ambientais têm uma relação direta com as desigualdades na distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Adverte que os conflitos decorrentes não apenas do desenvolvimento, destacando os ambientais, como também os problemas originados pela falta de desenvolvimento, podem vir a ser a maior ameaça à segurança mundial no futuro próximo (Kitamura, 1994).

Segundo o Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é *“...aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”* (CMMAD, 1988). Considera que o principal objetivo do desenvolvimento é satisfazer às necessidades e as aspirações humanas. Entende que as necessidades essenciais dos pobres devem ser atendidas de modo prioritário, e que a tecnologia e a organização social impõem limitações ao meio ambiente. Portanto, as políticas de desenvolvimento devem considerar mudanças no que diz respeito ao acesso a recursos e à distribuição de custos e benefícios, preocupando-se com a equidade social entre gerações e em cada geração (CMMAD, 1988).

O Relatório Brundtland também reconhece a existência de um ciclo de *causação cumulativa*⁵ entre o subdesenvolvimento, as condições de pobreza e os problemas ambientais e admite que o desenvolvimento dos países pobres depende de políticas amplas (multisetoriais) e não estritamente ambientais. Desse modo, amplia a perspectiva que restringia as questões ambientais ao meio

⁵ Em sua luta pela sobrevivência, as populações pobres são impelidas ao sobreuso dos recursos naturais e do meio ambiente em geral (Kitamura, 1994).

biofísico, especialmente com o estabelecimento de inter-relações entre os fatores econômicos e sociais. Além disso, confere aos problemas ambientais uma visão global, no sentido de que estes são transfronteiriços⁶, isto é, atingem tanto os países industrializados, quanto aqueles em desenvolvimento, o que exige soluções que dependem de políticas coordenadas entre países (Kitamura, 1994).

Embora essas formulações tenham sido passos significativos para uma mudança de consciência e de atitude das pessoas, segundo Kitamura (1994), o passar dos anos vem mostrando que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta várias contradições. Dentre elas, destacam-se: que sua viabilidade depende, acima de tudo, de uma ética global que incorpore tanto valores ecológicos quanto espirituais e que, geralmente, os interesses econômicos não estão subordinados à ética (Viola & Leis, 1991); que é impossível os países em desenvolvimento alcançarem de forma generalizada os mesmos padrões de consumo dos países industrializados⁷, em razão da própria insustentabilidade desse modelo de consumo (Marmona, 1992); que essas propostas ignoram as correlações de força que estão presentes na economia internacional e os interesses dos países industrializados em manter a posição dominante no cenário mundial; e que o desenvolvimento sustentável reforça a crença de que soluções tecnológicas, com um mínimo de interferência no mercado e sem uma presença mais forte do Estado, podem minorar os problemas ambientais, sem que haja mudanças estruturais na sociedade (Redclif, 1987).

Além disso, segundo Beckerman (1992, apud Kitamura, 1994), para os países em desenvolvimento, a ênfase mundial nos problemas ambientais não se

⁶ Isso se torna cada vez mais evidente com o agravamento dos problemas ambientais, tais como: a perda da biodiversidade, as chuvas ácidas, a destruição da camada de ozônio atmosférico e o aquecimento global decorrente do efeito estufa.

⁷ As sociedades pós-industriais, que contam com apenas 25% da população mundial, consomem, aproximadamente, 80% de toda a energia gerada no mundo (Marmona, 1992, citado por Kitamura, 1994).

justifica se tomada de forma isolada, pois desvia a atenção dos problemas mais prementes que afetam diretamente as populações pobres. Conforme acrescenta Redclif (1987, apud Amâncio, 2000), não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende suas necessidades básicas.

Veiga (1997a), ao lembrar que a noção de desenvolvimento sustentável foi popularizada pelo Relatório Bruntland, considera que esta foi definitivamente legitimada pela Agenda 21 lançada pela Rio 92. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a figurar sistematicamente na linguagem internacional, servindo como eixo central de diversas pesquisas realizadas por organismos multilaterais e mesmo por empresas. Vale ressaltar que o desenvolvimento sustentável tem agrupado diversos conceitos e, conseqüentemente, diferentes interesses e práticas (Amâncio, 2000).

2.1.5 Desenvolvimento rural

Oakley e Garforth (1985) consideram o desenvolvimento como um processo integral que envolve três elementos básicos: o econômico, o social e o humano. Esses autores entendem por *desenvolvimento econômico* o crescimento da base econômica ou produtiva da sociedade visando à produção dos bens materiais necessários à vida; compreendem o *desenvolvimento social* como a possibilidade de acesso aos diversos meios e serviços sociais (saúde, educação, bem-estar social) que devem atender às necessidades de reprodução social; e o *desenvolvimento humano* como a possibilidade de realização do potencial humano, individual e coletivamente, por meio do uso de capacidades e talentos, a fim de se alcançar um desempenho construtivo na sociedade (Oakley & Garforth, 1985).

Além disso, afirmam que o desenvolvimento é um conceito dinâmico que sugere um processo de mudança social e, portanto, deve assegurar a participação ativa dos sujeitos sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento rural

não deve ter em vista apenas a dimensão econômica, pois é um processo integrado com objetivos econômicos e sociais. Esses objetivos devem proporcionar um meio de vida melhor e mais seguro para a população rural, assim como possibilitar a transformação dessa sociedade.

Os autores enfatizam também que os problemas rurais são complexos e que nem todos eles são físicos e tangíveis, daí a necessidade de adotarem-se estratégias para os programas de desenvolvimento rural. Tais estratégias devem estar adaptadas aos diferentes tipos de problemas locais, portanto não devem ser vistas como modelos (Oakley & Garforth, 1985).

Ainda segundo Oakley e Garforth (1985), existem três estratégias de desenvolvimento rural que devem ser consideradas: i) *estratégia tecnológica*, na qual a prioridade é a mudança tecnológica; ii) *estratégia reformista*, que contempla a importância das mudanças tecnológicas e inclui esforços paralelos que permitam ao agricultor participar das atividades de desenvolvimento rural por meio de seu envolvimento em programas; iii) *estratégia de mudança estrutural*, que tem como objetivo transformar as relações econômicas, sociais e políticas do meio rural, de forma que aqueles que eram antes excluídos dessas relações possam ter acesso a determinados programas, a fim de melhorar a sua posição na sociedade. Frequentemente, essa estratégia é levada a cabo por meio de programas de reforma agrária.

Alguns princípios são sugeridos por esses autores para a implementação de programas de desenvolvimento rural, tais como: *acesso*, assegurar que o programa e seus beneficiários possam alcançar seus objetivos e atender às suas necessidades; *independência*, acautelar-se para não tornar os beneficiários dependentes do programa; *sustentabilidade*, assegurar a relevância do planejamento e das soluções, tendo em vista que medidas a curto prazo podem fornecer resultados rápidos, mas que programas de longo prazo são mais

adequados para o meio ambiente local, e *participação*, consultar a população local, ouvir suas idéias e incluí-las nos programas (Oakley & Garforth, 1985).

A participação, segundo Oakley (1991), deve ser o ponto inicial de intervenção para o desenvolvimento, já que não se trata de transformar a população rural em mero objeto desses projetos. Entretanto, é necessário considerar a existência de três concepções de participação. A primeira considera a *participação como colaboração*, um envolvimento voluntário, implícito e fundamental, da população rural para determinados programas e projetos, sem, contudo, participar de sua elaboração. Esta é a concepção dominante dos projetos de desenvolvimento do Terceiro Mundo.

A segunda concepção, *participação como organização*, baseia-se no princípio de que a organização é um instrumento fundamental de participação. Apesar de haver poucos questionamentos sobre essa concepção, existem algumas discordâncias sobre a natureza e a evolução da organização. A distinção está presente na origem da organização, ou seja, se são externamente concebidas e introduzidas ou se elas emergem e se estruturam por elas mesmas, como resultado de um processo de participação. O ímpeto intrínseco dos agentes de desenvolvimento para sugerir e estruturar organizações apropriadas para a população rural é algumas vezes incontrolável. A concepção que se contrapõe a essa, reconhece igualmente a importância da organização, mas procura encorajar a população rural para determinar sua própria natureza e estrutura (Oakley, 1991).

Participação como “empowering” é a terceira concepção existente. Nos últimos anos, a noção de participação como exercício de obtenção de poder da população rural obteve amplo apoio. Em 1979, a Conferência Mundial em Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (WCARRD) enfatizou a importância da transferência de poder como requisito básico da participação. Desde então, esse termo tornou-se aceito no vocabulário de desenvolvimento. Ele é, contudo,

um termo difícil de definir e dá margem a várias explicações (Oakley, 1991). Com base em análise de estudos conduzidos pelo *United Nations Research Institute for Social Development* (URISD), Oakley e Marsden (1985, apud Alencar, 1997) identificaram três dimensões de *empowering*: i) redistribuição de poder e recursos; ii) esforço deliberado dos grupos sociais para controlarem seus destinos e melhorarem suas condições de vida; iii) criação de oportunidades a partir da base, ou seja, dos próprios grupos sociais.

Um projeto de desenvolvimento, aparentemente, pode conter elementos dessas três concepções de participação, embora isso seja altamente indesejado. Existe uma distinção forte e reconhecida entre participação como colaboração, de um lado e participação como organização e *empowering*, de outro. Dessa forma, nos programas de desenvolvimento rural que promovem a participação pode-se identificar o predomínio de uma dessas linhas de ação (Oakley, 1991).

Outros aspectos que permitem distinguir essas concepções estão relacionados aos papéis dos agentes externos. Na participação como colaboração da população rural, o agente externo é o principal protagonista, ou seja, detém a responsabilidade e controle das decisões. Já na participação como organização e *empowering*, o agente externo tem uma menor influência, pois os indivíduos têm uma voz ativa (Oakley & Marsden apud Alencar, 1997)

Galjart (1981, apud Alencar, 1997) afirma que a participação deve ser considerada, essencialmente, como um processo de *empowering*. Segundo a sua teoria denominada de *counterdevelopment*, a superação dos mecanismos de dominação, dependência e desigualdade de renda e riqueza ocorrerá quando os segmentos social e economicamente marginalizados forem capazes de influenciar no processo de desenvolvimento. Essa abordagem está relacionada com a constituição do que Galtung (1980a, apud Alencar, 1997) chama de autoconfiança (*self-reliance*). Quer dizer, trata-se de um processo de natureza dupla, já que busca a destruição das velhas formas de interação social baseadas

no monopólio (ou quase monopólio) para a construção de novos padrões de cooperação. Em tal processo estão implícitas as noções de independência e interdependência. A independência representa autonomia, ou seja, a combinação de autoconfiança, sentimento de auto-suficiência e predisposição para a ação. A interdependência significa a equidade, ou seja, um estilo de cooperação que não produza novos padrões de dependência.

Alencar (1997) ressalta que alguns autores, a exemplo de Oakley & Marsden (1985), Rahman (1993) e Burkey (1993), articulam as teorias de *counterdevelopment* com as idéias de Paulo Freire sobre conscientização. Para esses autores, o processo de constituição da autoconfiança relaciona-se com a destruição do que Freire (1976) chama de cultura do silêncio. A cultura do silêncio resulta da situação de dependência, na qual os indivíduos são proibidos de participar criativamente na transformação da sociedade e, por conseguinte, proibidos de ser. Esse tipo de semimutismo ou mutismo é uma expressão superestrutural que condiciona uma forma especial de consciência denominada de semi-intransitiva (Alencar, 1997).

Essa modalidade de consciência dificulta a percepção estrutural dos fatos. Assim, a explicação para os problemas encontra-se sempre fora da realidade, ora nos desígnios divinos, ora no destino ou ainda na “inferioridade natural” de homens e mulheres. A semi-intransitividade pode também constituir a base em que se repousa resignação e a dependência representada pela patronagem⁸ e pelo clientelismo. Para alguns seguidores da abordagem *counterdevelopment*, o processo por meio do qual os indivíduos podem romper com as interações de dependência é chamado de conscientização. Nesse

⁸ Patronagem refere-se ao sentimento de incapacidade das pessoas para lidar com os problemas que enfrentam e a tendência para recorrer aos indivíduos, tidos como mais poderosos, na tentativa de solucioná-los. A patronagem pode predispor ao clientelismo, ou seja, a troca de favores entre as pessoas com base na “lealdade” ou “submissão” política (Alencar, 1997).

processo, os sujeitos sociais passam a compreender a realidade que molda suas vidas, bem como a capacidade que possuem de transformá-la (Alencar, 1997).

Apesar de muitas organizações adaptarem as formulações teóricas de Freire aos diferentes contextos sociais nos quais atuam, elas têm em comum o fato de entenderem participação como um processo educacional e como um processo de aquisição de poder. O *empowering*⁹ somente tornar-se-á realidade se emergir por meio da faculdade do ser humano modelar e remodelar sua percepção da realidade concreta, na apreensão dos fatos e situações problemáticas. Desse modo, o desenvolvimento da percepção estrutural é um processo fundamental para que se atinja a autoconfiança e, conseqüentemente, crie-se o poder de contraposição (*countervailing power*), ou seja, a capacidade de negociação aliada à capacidade de reivindicação (Alencar, 1997).

Veiga (1997a) chama a atenção para a necessidade de discutir-se a questão do meio rural brasileiro. Ele considera que a noção corrente de desenvolvimento rural supõe que o desenvolvimento não é somente desigual e que esse descompasso se manifesta na oposição espacial entre o urbano e o rural. Mas pensar o desenvolvimento rural como algo separado ou autônomo é bastante temerário, visto a necessidade da abordagem mais global de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, ele afirma que o desenvolvimento rural deve ser visto como parte integrante de uma única dinâmica – sistêmica – de desenvolvimento. Enfatiza que é fundamental que o desenvolvimento rural no

⁹ Tem havido atualmente uma confusão entre os termos *empowering* e *empowerment* que merece ser esclarecida. O termo *empowering* (conforme exposto acima) está relacionado ao poder de contraposição, poder de barganha, poder de reivindicação conquistado por meio do processo de emancipação social. Ou seja, é um movimento de obtenção de poder que sugere um processo de *counterdevelopment*. Além disso, está relacionado com a superação do estado de consciência semi-intransitiva. O termo *empowerment* tem sido traduzido para o português como empoderamento e é considerado como um estado de transferência de poder. Também é entendido por Rua & Abramovay (2000) como a criação de possibilidades para uma maior igualdade de oportunidades para os diversos atores sociais e relacionado ao estoque de capital social.

Brasil seja discutido, não apenas como um processo, mas como objetivo de políticas públicas e governamentais, incluindo inúmeros parâmetros econômicos, sociais e ambientais.

Desde o final da II Guerra Mundial,, o desenvolvimento tem sido o grande objetivo das políticas governamentais dos países periféricos. No entanto, o espaço rural brasileiro, com raríssimas exceções, continua a ser visto pelo conjunto das elites influentes de uma forma residual, ou seja, como o remanescente do processo de urbanização. *“A significativa diminuição do êxodo rural, somada à contínua redução das necessidades de trabalho em quase todas as lavouras, tendem a agudizar conflitos sociais que levam a sociedade a se dar conta do desperdício resultante de seu profundo viés urbano¹⁰”* (Veiga, 1997a, p.8). Dessa maneira, o meio rural não pode ser desprezado nas grandes decisões públicas e privadas (Veiga, 1997a).

O padrão de desenvolvimento agrícola e rural adotado pelo Brasil desde a década de 1960 tem como característica essencial a expulsão prematura de trabalho, em detrimento da redução da pobreza. O autor assinala que o crescimento econômico nas cidades, por mais forte que seja, não é capaz de reduzir ou estabilizar o atual desemprego urbano. Além disso, qualquer anseio de desenvolvimento será mera utopia se não ampliar as oportunidades de geração de renda no meio rural (Veiga, 1997a).

Um ponto que merece atenção ao se tratar do desenvolvimento rural é a mudança nas atividades econômicas que vem ocorrendo no meio rural brasileiro, a partir dos anos 80. Segundo Graziano da Silva (1999), o novo rural já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois compõe-se de pluriatividades, tais como: i) uma

¹⁰ Veiga (1997a), inclusive, enfatiza que é bem provável que a sociedade brasileira venha a desistir dessa hipervalorização das cidades e interrogar-se sobre o futuro de seus espaços rurais.

agropecuária moderna intimamente ligada às agroindústrias; ii) a agricultura familiar; iii) um conjunto de atividades não agrícolas, ligado à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviço; iv) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizado em nichos específicos de mercados. Considera que as políticas para o meio rural precisam ser repensadas nesse novo cenário, no qual famílias pluriativas combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros.

Além disso, nos anos 90, observam-se elevadas taxas de crescimento das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA)¹¹ e a queda do emprego agrícola em todas as regiões do Brasil, principalmente por causa da maior mecanização dos tratos culturais. Nos anos 60 e 70 as pessoas que deixavam as atividades agrícolas deixavam também o campo, nos anos 90 para uma significativa parte das pessoas que deixa a atividade agrícola não existe mais a migração para as cidades (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000).

Para Klein (1992, apud Graziano da Silva, 2000), o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos deveu-se à própria queda no nível de emprego das atividades agrícolas. Isso forçou a população rural a buscar outras formas de ocupação, e a extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais. No caso brasileiro, nas regiões onde o processo de modernização conservadora do campo foi mais intenso, a população agrícola já é relativamente pequena (Graziano da Silva, 2000).

Del Grossi & Graziano da Silva (2000) assinalam que as rendas advindas das atividades agropecuárias das famílias de agricultores rurais estão entre as menores que se pagam hoje no país. Existe uma expressiva queda nos preços dos

¹¹ Cerca de um milhão e meio de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas novos postos de trabalho entre 1981 e 1999 (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

produtos agrícolas pagos aos produtores rurais. Portanto, afirmam que a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar as rendas das famílias residentes no meio rural¹². Nesse contexto, os autores ressaltam que as famílias rurais exclusivamente agrícolas estão se transformando em pluriativas ou mesmo em não-agrícolas.

Vários estudos e entidades têm apontado que tanto as atividades agrícolas como a agricultura familiar e as ocupações rurais não-agrícolas constituem uma parte essencial de uma estratégia para um desenvolvimento redutor de pobreza no campo. Del Grossi & Graziano da Silva (2000) enfatizam que as políticas públicas devem procurar garantir novas formas de ocupação e geração de renda não-agrícolas para os segmentos da população rural que, em geral, não têm qualificação necessária para se inserirem nos setores mais dinâmicos da economia. Veiga (1997b) chega a afirmar que se não houver oportunidades de ocupação econômica para a população rural não-agrícola (em parte para-agrícola), não haverá desenvolvimento rural, pois é impossível pensar a agricultura como uma atividade preponderante no meio rural de hoje. Sob o prisma do desenvolvimento rural, a população residente em estabelecimentos rurais que não gera renda monetária em atividades agropecuárias ou gera renda fora desses estabelecimentos, é tão ou mais importante que os agricultores familiares e os assalariados agrícolas (Veiga, 1997b).

Veiga (1997a) levanta a importância da participação de associações, cooperativas, escolas, pequenas agroindústrias e outras entidades formais e não formais na formulação e execução de programas governamentais voltados para

¹² Com base nos dados do PNAD (1992 a 1998), os autores demonstram que as famílias agrícolas têm sempre uma renda média inferior a das pluriativas para uma determinada posição na ocupação (empregador, conta-própria ou empregado). Além disso, as famílias rurais não-agrícolas - tanto de conta própria, como as de empregados - têm uma renda média que é quase o dobro das famílias agrícolas e muito superior à das pluriativas (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

um desenvolvimento rural redutor de pobreza. Considera o desenvolvimento rural como um fenômeno intrinsecamente regional, no qual “...as regiões que mais conseguem se desenvolver são as que apresentam maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente” (Veiga, 1997a, p.5). Portanto, é fundamental, para transformar o crescimento em desenvolvimento, a capacidade de organização regional, que envolve os atores sociais locais em conjunto com instituições e agências de desenvolvimento externas, articulados por uma cultura e um projeto político local (Veiga, 1997a).

O estudo de Putnam (1996) sobre a experiência da Itália mostra que a ação coletiva é um elemento decisivo do processo de desenvolvimento. Para o autor, a cooperação voluntária é mais acessível em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social¹³ sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. O capital social é um recurso produtivo, que possibilita a realização de certos objetivos e o acesso a determinados benefícios com menos capital físico. Além disso, facilita a cooperação espontânea, que é baseada em laços de confiança mútua.

Uma característica específica desse tipo de capital é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional que normalmente é um bem privado. Os estoques de capital social tendem a ser cumulativos e reforçam-se mutuamente (Putnam, 1996).

¹³ O capital social é entendido como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas” (Putnam, 1996, p. 177)

O autor privilegia a importância dos fatores socioculturais na determinação do desempenho institucional, ou seja, examina a relação entre desempenho e natureza da vida cívica – o que chama de comunidade cívica, e considera que as diferenças nesta são fundamentais para explicar o êxito das instituições. Baseia-se, principalmente, na interpretação clássica da democracia americana feita por Tocqueville para definir a comunidade cívica, que se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuidos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (Putnam, 1996).

Mas esse processo de formação de capital social não é tão simples para os países do Terceiro Mundo. Abu-El-Haj (1999, apud Abramovay, 2000) afirma que ao associar as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais naturais a certas sociedades, Putnam destitui a grande maioria dos países em desenvolvimento da possibilidade de alcançar a civilidade. Além disso, as elites políticas apesar de não ter o poder, sozinhas, de criar capital social, podem bloquear sistematicamente sua acumulação, dificultando a construção de redes horizontais de cooperação.

Durston (1998, apud Abramovay, 2000) propõe uma saída para esse impasse. Ele afirma que o capital social não é simplesmente um atributo cultural, cuja existência depende de muitas gerações. Assim, ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos, alternativas para os comportamentos políticos convencionais.

2.2 Gênero e desenvolvimento

2.2.1 Abordagens feministas

É importante apresentar uma sintética retrospectiva das principais abordagens feministas para uma melhor compreensão dessa categoria de análise. Segundo Calás & Smircich (1999), essas abordagens podem ser caracterizadas

do seguinte modo: liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista e terceiro-mundista/pós-colonialistas. Enfatizam que essas abordagens não dizem respeito apenas aos temas relativos às “mulheres”. Elas articulam problemas no campo da teoria e da prática que, de outra forma, poderiam permanecer ignorados.

As primeiras teorias do feminismo liberal têm sua origem na tradição política liberal dos séculos XVIII e XIX, influenciada pelos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Havia uma preocupação com a desigualdade entre os sexos identificados por suas categorias biológicas, ou seja, o “masculino” e o “feminino”. Consideravam que as relações de gênero se constituíam, basicamente, pelo aprendizado social dos papéis sexuais. Pressupunham sexo e gênero como variáveis discretas e dicotômicas com características universais. Nessa época o paradigma predominante na natureza humana era masculino e a preocupação desse movimento era demonstrar que as mulheres eram tão humanas quanto os homens (Calás & Smircich, 1999).

A teoria feminista radical¹⁴ surge com os movimentos feministas contemporâneos, do final dos anos 60. Afirma que a mulher é submetida a uma condição de classe oprimida e que isso se deve, principalmente, às práticas culturais que sobrevalorizam a experiência masculina em detrimento da feminina. Gênero é entendido como construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens. Essa concepção é considerada “radical” por ser centrada na mulher e propor arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais alternativos, freqüentemente separatistas, pelo menos até que homens e mulheres se tornem iguais. Além disso, desafiam os valores da cultura dominada pelo masculino. Desse modo, o feminismo radical pregou a criação de um

¹⁴ O feminismo radical considerava impossível ancorar estudos sobre as vidas femininas em quadros teóricos baseados em uma lógica androcêntrica, daí a necessidade de se produzir explicações e teorias propriamente feministas (Louro, 1997).

espaço para as mulheres por meio de instituições e organizações alternativas, voltadas para a satisfação de suas necessidades (Calás & Smircich, 1999).

Com base nas teorias psicanalíticas freudianas e outras, é construída a teoria feminista psicanalítica. A identidade sexual é vista como parte do desenvolvimento psicosssexual. A relação com os pais no primeiro estágio do desenvolvimento é um dos aspectos mais importantes na constituição do gênero e das relações de gênero. Portanto, o gênero estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicosssexual. Considera-se que arranjos sociais específicos, como a família, levam a distinções no desenvolvimento psicológico feminino e masculino, que podem ser alterados pela mudança das condições estruturais que produzem o desenvolvimento desigual de gênero (Calás & Smircich, 1999).

Baseada na crítica da sociedade capitalista, surge em meados do século XIX a teoria feminista marxista. Nela, gênero é encarado como parte de relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista. O feminismo marxista analisa como as identidades são construídas por meio de práticas sociais, observando que poder e sexualidade estão entrelaçados nas relações de trabalho. Também analisa a esfera produtiva e reprodutiva das dinâmicas de gênero na organização capitalista e patriarcal da economia e da sociedade. Para essa linha de pensamento as desigualdades de gênero continuarão persistindo se não ocorrer mudanças estruturais (Calás & Smircich, 1999).

No final dos anos 70 surge a teoria feminista socialista, que é uma tentativa de sintetizar as teorias feministas radical, psicanalítica e marxista. Essa corrente entende que o gênero é formado processual e socialmente por meio de diversas interseções de sexo, etnia, ideologia e experiências de opressão sob o patriarcado e o capitalismo, que são, em seu modo de ver, distintos. As relações de gênero são compreendidas como um processo impregnado de relações de

poder dinâmicas e próprio de condições histórico-materiais. A transformação social requer a eliminação de todas as formas de opressão, inclusive nas relações de gênero (Calás & Smircich, 1999).

A teoria feminista pós-estruturalista e pós-moderna apresenta-se com base nas críticas pós-estruturalistas francesas contemporâneas do conhecimento e da identidade. Essa teoria problematiza a própria noção de “experiência”, questionando a estabilidade de “sexo” e de “gênero” como categorias analíticas e lembrando que a subjetividade é construída lingüística, histórica e politicamente, portanto é flexível e múltipla. Acrescenta ainda que sexo e gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos. Nessa visão, a mudança na relação de gênero requer a contínua desconstrução e desnaturalização de discursos e práticas que constituem tais relações (Calás & Smircich, 1999).

As abordagens mais recentes são as teorias terceiro-mundista e pós-colonialista. Surgem de interseções dos femininos ocidentais e das críticas pós-colonialistas das epistemologias ocidentais. Definem gênero como a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo/gênero, enfocando esses aspectos nos processos de globalização. Essas análises freqüentemente focalizam as complexas subjetividades produzidas pelas interseções de gênero, etnia, classe, etc., no contexto de relacionamentos específicos entre Primeiro e Terceiro Mundos. Também questionam a estabilidade de “sexo” e “gênero” como categorias analíticas, afirmando que a subjetividade é construída lingüística, histórica e politicamente, sendo, portanto, flexível e múltipla (Calás & Smircich, 1999).

Apesar da diversidade dessas teorias, elas têm alguns pressupostos comuns. Pode-se notar que o principal é o reconhecimento da dominação masculina nas relações sociais e da necessidade de mudanças nessa forma de

dominação (Flax, 1987, 1990; A.Ferguson, 1989, apud Cálás & Smircich, 1999). Além disso, essas teorias são discursos críticos do *status quo* e, portanto, são essencialmente políticas. Contudo, o grau da crítica e a natureza da política variam e originam teorias e agendas reformistas ou transformadoras da sociedade (Calás & Smircich, 1999).

2.2.2 Aprofundando o conceito de gênero e de relações de gênero

Louro (1997), apesar de considerar que muitas ações contra a opressão das mulheres podem ser observadas em diversos momentos da história, afirma que o feminismo como movimento social organizado é usualmente remetido ao Ocidente no século XIX. No entanto, o movimento feminista contemporâneo surge na virada do século com as manifestações contra a discriminação da mulher e pelo direito ao voto. Além disso, incluía reivindicações relacionadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões. Todavia, tais mobilizações estavam mais ligadas às mulheres brancas de classe média. Esse movimento passou a ser reconhecido, anos mais tarde, como a “primeira onda” do feminismo.

A partir da “segunda onda” do feminismo, que se inicia no final dos anos 60, sob a efervescência de um movimento social contestatório, o feminismo, apesar de manter as preocupações sociais e políticas, volta-se mais especificamente para as construções teóricas. *“Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos”* (Louro, 1997, p.17).

Louro (1996) afirma que muitas mulheres envolvidas na militância feminista dos movimentos sociais dos anos 60 e 70 foram também as iniciadoras dos trabalhos de reflexão e de produção acadêmica. Havia um notável esforço para dar visibilidade à mulher como sujeito social e histórico. Segundo Bruschini (1998), o tema ‘trabalho’ foi privilegiado tanto pelos estudos sobre a

mulher, como no campo dos estudos de gênero na academia brasileira. Além da temática do trabalho ser predominante na teoria sociológica dessa época, isso se deve ao fato de o feminismo considerá-lo com um potencial transformador. Desse modo, sob a influência das vertentes norte-americana e européia, o trabalho remunerado era visto como estratégia possível de emancipação da dona-de-casa de seu papel subserviente na família. “*A idéia de que a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo (...)*” (Bruschini, 1998, p.277-278).

Vale lembrar que o conceito de gênero é criado por um grupo de estudiosas feministas da Universidade de Sussex, na Inglaterra, durante os anos 70 (Viezzler e Moreira, 1994). Gênero¹⁵ é uma categoria que nasce contra as argumentações biologistas, que consideravam que os papéis sexuais são determinados biologicamente, e que as diferenças biológicas serviam para justificar as desigualdades entre os homens e as mulheres (Louro, 1996). As feministas acreditavam que as desigualdades precisariam ser compreendidas, não pelas diferenças sexuais, mas pelos arranjos sociais, pela história, pelas condições de acesso aos recursos da sociedade e formas de representação (Louro, 1997).

A concepção de gênero não significa negar que as identidades femininas e masculinas também têm uma certa dimensão e expressão biológica. Cabe salientar que gênero é, fundamentalmente, um processo social e histórico, quer dizer, está ligado à construção social do sujeito masculino ou feminino. Esse

¹⁵ Na língua inglesa, a palavra *gender* já trazia dicionarizado um sentido relacionado à diferença sexual e um sentido distinto de sexo, enquanto que na língua portuguesa, como na espanhola e francesa, o dicionário não trazia essa acepção. Desse modo, a distinção entre sexo e gênero não era imediatamente traduzível para outros idiomas, ou seja, a própria linguagem usada pelas feministas americanas e inglesas dificultavam a compreensão do seu significado. Isso exigiu um processo de disputa, de ressignificação e de apropriação desse termo por outras sociedades. Dessa forma, o termo “gênero” começa a ser usado no Brasil nos anos 80 (Louro, 1996, 1997).

conceito possibilitou não focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim os processos de formação da feminilidade e masculinidade ou os sujeitos femininos e masculinos. Além disso, acena também imediatamente para a idéia da relação; os sujeitos se produzem em relação uns aos outros e na relação entre eles (Louro, 1996).

O entendimento de gênero como uma construção social – e, portanto histórica – implica supor que esse conceito é plural¹⁶. Isso significa que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas também no interior de uma dada sociedade conforme a classe, a religião, a etnia, a idade, etc. Admite também que os conceitos de masculino e feminino transformam-se ao longo do tempo. Portanto, gênero não é uma determinação natural, universal e imutável, mas um processo de construção ou formação histórica e social, que permite vislumbrar possibilidades de transformação (Louro, 1996). A ótica de gênero está dirigida para um processo, para uma construção e não para algo que existe *a priori* (Louro, 1997).

Carneiro & Pereira (2000) enfatizam que as relações de gênero devem ser entendidas como “(...) *parte de um processo de constante elaboração e redefinição de identidades e de papéis sociais onde noções reificadas – tal como a supremacia do masculino sobre o feminino – não dão conta da multiplicidade de experiências no cotidiano dos indivíduos e dos conteúdos das relações sociais que aí se travam*” (Carneiro & Pereira, p.3). Assim, paradoxalmente, como as hierarquias e poderes sustentados em atribuições de gênero são socialmente construídos, estes estão sujeitos às ingerências próprias ao contexto social.

Louro (1996) assinala que gênero, assim como classe ou etnia, é mais que uma identidade formada pela aprendizagem de “papéis” sexuais masculinos

¹⁶ Dessa forma, busca-se evitar as afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem” e proposições essencialistas sobre os gêneros (Louro, 1997).

ou femininos, sendo constituído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, pelas instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas. Dessa forma, as diversas instâncias sociais são generificadas¹⁷, ou seja, são instituídas pelos gêneros e também os instituem. Bordieu (1999) afirma que a dominação masculina se exerce por meio da cumplicidade entre homens e mulheres e pelas estruturas das instituições, que reproduzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social.

Segundo Joan Scott, gênero “*é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primordial de significação de relacionamentos de poder*” (Scott, 1986, apud Calás & Smirch, 1999, p. 295). Desse modo, as relações de gênero são hierárquicas e de poder entre homens e mulheres. Essa construção social legitima as relações de poder dentro de um processo histórico que pode ser transformado (Abramovay & Silva, 2000).

Santos (2000) afirma que o espaço tempo-doméstico é permeado por uma forma de poder específica. O patriarcado é a matriz de dominação que está presente nas relações sociais familiares, provocando a discriminação das mulheres. O caráter matricial do patriarcado manifesta-se em uma certa homogeneidade e estabilidade da divisão sexual do trabalho em diferentes classes e formações sociais. Além da família, a discriminação também é visível no espaço-tempo da produção, no qual a ideologia patriarcal favorece a subordinação da mulher no mercado de trabalho ou no espaço-tempo da cidadania, onde o Estado a institucionaliza por meio do direito penal, direito da família e da segurança social.

O trabalho doméstico, realizado de forma preponderante pelas mulheres, tem uma importância crucial na determinação capitalista dos custos do trabalho

¹⁷ Louro (1997) argumenta que as instituições sociais se produzem ou se “engendram” também em outras relações como de classe, etnia, etc.

produtivo e, portanto, na rentabilidade do capital. O trabalho não-pago de reprodução social da mulher, indiretamente, facilita a exploração salarial do trabalho masculino ou, mesmo, do feminino (Wallerstein, 1983 & Chase-Dunn, 1991, apud Santos, 2000).

Um ponto importante levantado por Scott (1986, apud Louro, 1997) é a idéia de que é preciso desconstruir o “caráter permanente de oposição binária” masculino/feminino. Ela observa que é constante, nas análises e na compreensão das sociedades, um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, ou seja, homem e mulher são concebidos como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Essa lógica dicotômica supõe que tal oposição dominante/dominado seria a única e permanente forma de relação entre o homem e a mulher. Desconstruí-la implica a possibilidade de compreensão das diferentes formas de masculinidade e feminilidade. A problematização de cada pólo demonstra que cada um contém o outro, ou seja, cada pólo não é uno, mas plural, fragmentado e dividido (Louro, 1997).

Além disso, a desconstrução da polaridade masculino/feminino parece ser importante para desmontar toda uma lógica que rege outros pares de conceitos a ela articulados, como: público/privado, produção/reprodução, cultura/natureza, etc. (Louro, 1996). Conforme o pensamento dicotômico, tais pares correspondem ao masculino e ao feminino e supõe a superioridade do primeiro elemento, do qual o “outro” se deriva (Louro, 1997). Um exemplo dessa lógica binária encontra-se em Jaggar (1983, apud Calás & Smircich, 1999). Segundo esse autor, em virtude de sua proximidade com a natureza, as mulheres têm uma forma diferente de encarar o mundo: emocional, não verbal e espiritual, que contrasta com as formas patriarcais que têm como base a lógica e a razão. É justamente a generalização e polarização dessa relação que procuram

associar homem/cultura e mulher/natureza e assim por diante, que algumas teorias, como a de Joan Scott, criticam e propõem a sua desconstrução.

Verifica-se que o conceito de gênero procura compreender a dinâmica das relações sociais que estão em constante processo de transformação. Desse modo, *“gênero é um termo em construção, que ao mesmo tempo reflete e constitui uma variedade de teorizações feministas”* (Scott, 1986, apud Calás & Smircich, 1999, p.277).

2.2.3 Mulher e agricultura familiar

A agricultura familiar tem sido considerada um importante meio de desenvolvimento rural por diversos movimentos sociais, ONGs, agências governamentais e multilaterais, como o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Principalmente a partir dos anos 90, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como um modelo de desenvolvimento rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais (Nobre, 1998a). Graziano da Silva (1996, apud Miranda, 1998) enfatiza a necessidade de sobrevivência da pequena produção familiar, não só pelo aspecto produtivista, mas pelos seus aspectos sociais.

Contudo, as demandas da agricultura familiar ainda são muitas, como acesso ao crédito, assistência técnica, comercialização, entre outras. Nobre (1998a) salienta que os projetos de desenvolvimento, mesmo tendo como eixo a agricultura familiar, não podem desconhecer outros desafios a serem enfrentados pelos movimentos sociais no campo, como a luta pela terra, o assalariamento nas grandes produções e as agroindústrias. Destaca também que não se pode pensar o meio rural dissociado do meio urbano. O rural e o urbano não devem ser vistos como espaços antagônicos, *“como se o primeiro fosse o lugar do atraso ou de uma vida idílica, enquanto o segundo, o da modernidade ou da perdição”*

(Nobre, 1998a, p.55). Acrescenta que a imagem preconceituosa do mundo rural tem influenciado a formulação das políticas públicas, ou melhor, a falta destas, dificultando a melhoria da qualidade de vida no campo (Nobre, 1998a).

Quanto à divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar, a participação da mulher tem sido concebida na esfera reprodutiva e a do homem na esfera produtiva. A mulher é considerada como responsável pelo trabalho reprodutivo, ou seja, pela procriação, cuidado dos filhos e demais membros da família, cuidado da horta e da criação de pequenos animais para autoconsumo da família. Por outro lado, os homens são identificados com o trabalho *produtivo*, a agricultura, a pecuária e outras atividades associadas ao mercado (Nobre, 1988b). Outros estudos apontam que à mulher cabe a atividade da casa e dos arredores, considerada como um *não-trabalho* e *trabalho leve*, enquanto ao homem cabe a atividade na roça, considerada como *trabalho* e *trabalho pesado*. Mesmo quando a mulher trabalha na roça, isso é visto como “ajuda” (Heredia et al., 1984 & Paulilo, 1987, apud Nobre, 1988b).

Um estudo realizado no Paraná pelo Deser e CEMTR-PR, (1996, apud Nobre, 1998b), sobre a participação das mulheres na produção de leite, evidenciou que à medida que esse trabalho se tecnifica e começa a contribuir com maior peso para a renda das famílias, as tarefas passam a ser progressivamente desenvolvidas pelos filhos maiores e, depois, pelos maridos. O que demonstra que quando a atividade da mulher, considerada como complementar, cresce, o marido começa a participar dela ou até mesmo passa a assumir o seu controle.

Alguns trabalhos demonstram como a diferenciação da divisão sexual do trabalho está relacionada com a visão de mundo de mulheres e de homens. A pesquisa intitulada *Mulheres na produção do leite*, realizada pelo Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT, apud Nobre, 1998a), teve como objetivo verificar como cada membro da família participa dos trabalhos de

produção do leite e como cada um percebe o trabalho dos demais. Essa pesquisa mostrou que os pais não notam o trabalho das filhas, os rapazes reclamam que fazem tudo e as mães são as que mais enxergam e valorizam o trabalho de cada membro da família. Outro estudo, *Etnografia das relações de gênero* (FASE/MT, apud Nobre, 1988a), aponta que a mulher possui uma leitura completa da unidade de produção, uma visão holística do sistema, enquanto os homens estão mais centrados na produção, resumindo os problemas da propriedade à falta de crédito.

Dessa forma, a invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher têm limitado seu desenvolvimento e do seu meio social, quer seja na sua própria família ou na comunidade em que está inserida. Mas como as relações de gênero não se restringem às relações econômicas dos atores envolvidos, é preciso levar em conta outros fatores que permeiam essas relações. Carneiro (1996, apud Nobre, 1998b), ao analisar a pluriatividade dos agricultores familiares na França, constata que, mesmo quando as mulheres assumem o *status* de chefe do estabelecimento, elas se vêem como se fossem um “prolongamento dos braços de seus maridos”. A autora constata que o papel da mulher na produção não seria o determinante para a redefinição da sua posição na família ou na sociedade, mas sim a ideologia que cristaliza as relações de hierarquia entre os gêneros.

^{o, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100}
No seu cotidiano, as mulheres agricultoras têm enfrentado vários problemas. Entre eles, destacam-se: participação restrita na decisão dos investimentos da unidade de produção, mesmo quando têm uma participação direta na obtenção dessa renda (Nobre, 1998b); poucas iniciativas de formação profissional para trabalhadoras rurais pelos trabalhos de extensão rural, a não ser cursos considerados tipicamente femininos como compotas, bordado e crochê (Nobre, 1998a). Siliprandi (1998) afirma que além de os conselhos de desenvolvimento rural ainda terem um funcionamento bastante restrito, não

contemplam a participação das mulheres e jovens. Paulilo (1987, apud Nobre, 1998b), ao estudar os trabalhos agrícolas no sertão, e no brejo paraibano e na cultura de fumo da região sul de Santa Catarina, constata que as trabalhadoras rurais recebem remuneração inferior à do homem, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade e não pelo mesmo número de horas trabalhadas.

Campillo (apud Fiúza, 2000), ao se referir às mulheres agricultoras centro-americanas, afirma que não se pode camuflar a desigualdade vivenciada pelas mulheres no acesso a serviços e bens sociais. Essa dificuldade se expressa por meio do analfabetismo (as mulheres apresentam maior índice que os homens), da discriminação para participar como sócias ativas nas cooperativas e da sua exclusão da capacitação técnica, entre outros.

Há que se destacar também que muitas mudanças vêm ocorrendo em razão da organização das mulheres em movimentos autônomos e sindicais como, por exemplo, o reconhecimento de sua profissão como agricultoras, visto que eram consideradas como “do lar”, o que prejudicava principalmente seus direitos previdenciários. O fato de serem reconhecidas como agricultoras também tem permitido uma visão mais clara da sua contribuição na economia familiar e colaborado para a formação da sua própria identidade social, o que estimula o exercício da sua cidadania. Entretanto, é preciso ter cuidado para que isso não escamoteie outras formas de subordinação ou exploração, como, por exemplo, uma carga excessiva de trabalho.

Nobre (1998a), ao fazer uma síntese da Oficina de Relações de Gênero na Agricultura Familiar e do Seminário Gênero e Agricultura Familiar, realizado em São Paulo em 1998 e organizado pela SOF¹⁸, conclui que a maior parte das propostas de valorização do trabalho da mulher refere-se a atividades tipicamente femininas. Todavia, ressalta que essas experiências têm propiciado

¹⁸ Esse encontro reuniu vários movimentos de mulheres, ONGs, associações e pesquisadores (Nobre, 1998a).

às mulheres o reforço de sua auto-estima e a criação de espaços de sociabilidade e organização para atuar no espaço público.

Considera que os desafios a serem enfrentados ainda são muitos, tais como: incentivar espaços próprios de reflexão e capacitação técnica e política para as mulheres, assim como investir em um projeto de transformação social mais amplo; pensar em políticas que modifiquem as relações de gênero, como, por exemplo, capacitação em gerenciamento, técnicas agrícolas e comercialização; reconhecer as atividades domésticas e reprodutivas como trabalho; rever a divisão sexual do trabalho, propondo a redivisão de tarefas e de responsabilidades entre mulheres e homens; fortalecer os espaços coletivos além da família e da comunidade, a fim de incentivar o poder de negociação das mulheres e a redistribuição de poder das relações de gênero (Nobre, 1998a).

2.2.4 Mulher, desenvolvimento e meio ambiente

A pesquisa sobre mulher e desenvolvimento surgiu no início dos anos 70, por meio da integração das teorias de desenvolvimento econômico, das teorias feministas e da antropologia cultural. Esses estudos tecem críticas ao desenvolvimentismo e às intervenções econômicas modernizantes, em especial aos processos de industrialização no Terceiro Mundo, induzidos por agências de desenvolvimento do Primeiro Mundo (Calás & Smircich, 1999).

Nobre (1998a) considera que, apesar de as experiências alternativas de produção e geração de renda apresentarem novas formas de relações sociais, de modo geral, nas iniciativas econômicas e sociais que os trabalhadores rurais vêm construindo, as mulheres não estão incorporadas. Observa-se, por exemplo, que a participação das mulheres nos conselhos de desenvolvimento rural ainda é bastante restrita. Segundo a autora, até mesmo as ONGs de desenvolvimento têm dificuldade de trabalhar sob uma perspectiva de gênero ou, mesmo, de desencadear ações afirmativas de fortalecimento das mulheres.

Fiúza (2000) também verificou que tanto na concepção de desenvolvimento sustentável dos órgãos governamentais, como na concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento de ONGs, entidades sindicais e da Igreja, a mulher é indiferentemente percebida ou obscurecida. Salienta que os modelos de desenvolvimento vigente têm apresentado, em sua maioria, *“uma mesma e persistente estruturação das relações sociais de gênero, onde o papel da mulher continua não sendo analisado de fora do espaço familiar e do casa”* (Fiúza, 2000, p.13).

Esse fato leva à reflexão de como a agricultura familiar e as experiências associativas podem contribuir para o desenvolvimento sem reproduzir relações de subordinação e de exploração. Nobre (1998a) ressalta que a agricultura familiar deve ser vista não apenas com uma visão economicista, mas que também deve levar em conta a subjetividade dos sujeitos envolvidos. *“Um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar deve levar em conta os diversos sujeitos da unidade de produção: homens, mulheres e jovens, bem como o ambiente do qual eles dispõem – as diversas culturas e ecossistemas. Deve ainda considerar as realidades diferentes das mulheres migrantes, chefes de família (...)”* (Nobre,1998a, p.65).

É necessário procurar fugir das armadilhas de um pensamento reducionista que *“polariza a condição da mulher rural como se dentro de um ‘modelo de desenvolvimento químico-industrial’ ela estivesse irremediavelmente dominada, enquanto dentro de um modelo alternativo de desenvolvimento ela tivesse a possibilidade de emancipação completa frente às fontes de opressão”* (Ferguson, 1994, apud Fiúza, 2000, p.1). Portanto, é preciso considerar que a mudança de um modelo de desenvolvimento, mesmo que alternativo ou sustentável, não implica necessariamente uma mudança nas relações sociais de gênero, favorecendo a emancipação da mulher rural ou a eliminação da sua subordinação.

Bordieu (apud Fiúza, 2000) afirma que uma mudança tecnológica pode até alterar a divisão sexual do trabalho e, contraditoriamente, continuar a reproduzir a estrutura de dominação simbólica. Isso se deve ao fato de que existe uma “autonomia relativa” da ordem simbólica em relação à ordem tecnológica, ou seja, as disposições adquiridas, os hábitos e comportamentos tradicionalmente aceitos possuem determinada resistência às transformações da vida material.

D’Ávila (apud Fiúza, 2000) faz uma distinção, basicamente, entre dois modelos de desenvolvimento: um de *cunho endógeno*, local, que defende o respeito às diferentes culturas, a adaptação de tecnologias novas à sabedoria tradicional das comunidades e o outro, de *cunho autocrático*, imposto sem a participação da comunidade, sem levar em conta tradições e valores culturais. A autora questiona de que forma esses modelos de desenvolvimento têm sido capazes de interferir na vida da mulher rural, na sua carga de trabalho, na sua oportunidade de inserção social, na sua autonomia econômica e realização pessoal.

Algumas iniciativas, que têm procurado valorizar o trabalho da mulher rural e incentivar a sua participação no mercado produtivo, acabam menosprezando o trabalho feminino na esfera reprodutiva e na produção de autoconsumo. Isso tem levado, em alguns casos, a um aumento substantivo da sobrecarga de trabalho da mulher e à continuidade da desigualdade nas relações de gênero (Fiúza, 2000).

Fiúza (2000) destaca que existia uma polarização de estratégias e concepções diferenciadas de desenvolvimento para o meio rural. De um lado, as Nações Unidas, até meados dos anos 80, compreendiam que era fundamental inserir a mulher no desenvolvimento econômico, para minorar o fenômeno

conhecido como “feminização da pobreza¹⁹”, ou seja, a superioridade numérica das mulheres nas zonas rurais do Terceiro Mundo, principal concentrador da fome, da miséria e mortalidade infantil no mundo. De outro lado, as ONGs ambientalistas defendiam a valorização do papel da mulher ligado à natureza e ao setor de produção de autoconsumo da unidade familiar, a fim de se combater a fome no campo e manter a conservação dos recursos genéticos.

A autora ainda ressalta ainda que *“esta diretriz política das Nações Unidas perde força, paulatinamente, à medida que cresce a crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, tido como ambientalmente destrutivo e socialmente excludente”* (Fiúza, 2000, p.4).

Nobre (1998b) coloca que a saída das mulheres do campo não se explica somente por uma maior oferta de empregos na cidade ou por um acesso maior à escolaridade, mas por uma negação de sua condição de vida.

Nos últimos anos tem sido enaltecida a imagem da mulher como preservadora ambiental e manejadora privilegiada dos recursos naturais. Agarwal (apud Fiúza, 2000) enfatiza que colocar a recuperação do meio ambiente a cargo da mulher não resolve o problema, pois isso poderia levar ao escamoteamento da multiplicidade das razões da crise ambiental. Além disso, essa concepção é problemática no sentido de reforçar, na sociedade rural, a noção da mulher como “naturalmente” destinada a cuidar das coisas da casa, do quintal e das variedades nativas. Isso poderia levar ainda a uma sobrecarga de trabalho maior para ela e acabar por manter inalterada a condição de submissão feminina.

Sob o fetiche do paradigma da sustentabilidade, tem sido enfatizado que as mulheres são fundamentais na agricultura e no manejo dos recursos naturais.

¹⁹ Existe uma tendência de concentração de casos de baixa renda familiar em lares mantidos por uma mulher sozinha como chefe de família. Geralmente ela se encontra desempregada e dependente de assistência social (Pearce, 1978, apud Cálas & Smircich, 1999)

Contudo, essa perspectiva tem reproduzido antigos padrões de concepção de gênero, contribuindo para que as mulheres permaneçam marginais nos programas de desenvolvimento. O conceito de sustentabilidade, até então, não tem incorporado o processo de reprodução social (Fiúza, 2000).

Fiúza (2000) ressalta que as políticas de desenvolvimento sustentável precisam rever a atribuição de guardiões da natureza dada à mulher, aos camponeses e aos povos indígenas. A autora faz uma crítica ao ecofeminismo, considera que esse fato despolitiza a discussão em torno do padrão de consumo energético dos países ricos e destina às pessoas que vivem nos países pobres em diversidade genética a atribuição de preservar genomas em estado natural.

O estudo *Estratégias de reprodução das viúvas da seca face as ações dos projetos de desenvolvimento rural sustentável* (Fiúza, 2000), em uma comunidade rural do Vale de São Francisco, norte de Minas Gerais, constata que a mulher desenvolve atividades fundamentais a manutenção da unidade produtiva e que estas não são percebidas com tal importância. Os homens dessa comunidade têm uma migração sazonal ritmada entre a estação da seca e das águas, com o objetivo de complementar a geração da renda familiar. A migração favorece o surgimento de novas relações produtivas locais, geralmente criadas pelas “viúvas da seca”.

O trabalho das mulheres é fundamental para a reprodução das unidades produtivas. Cabe a elas gerenciar os recursos disponíveis armazenados no período das águas, cuidar da horta, da colheita do milho e do feijão plantados nas águas e da criação. Mesmo com a dificuldade de gerar excedentes para a comercialização, destaca-se a presença das mulheres nas feiras locais vendendo produtos advindos do seu trabalho. A autora constata que “*o trabalho executado pela mulher, tanto no âmbito da propriedade, cuidando da terra e dos animais, como fora dela é fundamental para assegurar a possibilidade de continuidade*”.

das atividades na pequena propriedade, quando da volta dos homens” (Fiúza, 2000, p. 11).

A autora também assinala que as instituições difusoras de tecnologia e mesmo os movimentos sociais reproduzem as concepções culturais tradicionais e representações de gênero, transferindo-as para as suas políticas. No próprio associativismo, há uma segmentação que identifica a Associação de Produtores Rurais como sendo dos homens e a associação das mulheres, voltada para os trabalhos femininos. *“A própria identificação da ‘Associação dos Produtores Rurais’ como sendo dos homens, nega à mulher a sua condição de agricultora, trabalhadora rural e mesmo militante política. Cabe, antes, à mulher participar de uma associação que é específica para ela, seguindo as normas e papéis sociais ligados a família, e desenvolvendo tarefas tipicamente femininas, como o bordado, visando uma geração de renda complementar” (Fiúza, 2000, p.15).*

No entanto, observa que as mulheres, mesmo circunscritas nessa esfera e sem romper de forma drástica os padrões sociais, vão ocupando silenciosamente um espaço cada vez maior na economia local em busca de alguma autonomia na geração de renda (Fiúza, 2000).

Os estudos recentes de Carneiro & Pereira (2000) apresentam indicações interessantes a respeito do crescente mercado de atividades não-agrícolas na área rural e da redefinição de atribuições de gênero. Apesar de salientarem que se trata de uma reflexão preliminar, a pesquisa de campo aponta novas estratégias de reprodução social. A predominância da participação feminina nas confecções domésticas no meio rural do município de Friburgo, Rio de Janeiro, mostra que *“...a mulher passa a incorporar a posição de comando e o homem é levado a aprender práticas consideradas, até então como femininas” (Carneiro & Pereira 2000, p.14).* Essa desorganização e reorganização da economia local – que estava ligada predominantemente à produção agrícola familiar – têm contribuído

para a reelaboração de identidades sociais e, particularmente, das relações sociais de gênero.

Dessa forma, ainda que a participação dos homens seja reduzida nesse trabalho, há uma certa mudança na dinâmica interna da hierarquia sexual. Contudo, acrescentam que *“isso não significa que haja uma inversão na posição e poder dos gêneros, mas apenas chama a atenção para a ampliação dos espaços de negociação entre homens e mulheres dentro da esfera doméstica, o que aponta para uma possível flexibilização nas atribuições de gênero”* (Carneiro & Pereira, 2000, p.3). Mas, cabe perguntar até que ponto isso apresenta uma possibilidade de desconstrução ou reelaboração da divisão sexual do trabalho tradicionalmente estabelecida (Carneiro & Pereira, 2000).

Pode-se dizer, segundo os autores, que quando as mulheres vão reconstruindo suas identidades sociais, favorecidas pela valorização do seu trabalho e pela possibilidade de participação econômica no orçamento doméstico, novos elementos começam a se concretizar na sua vida social. O que não significa que isso, por si só, provoque uma ruptura mecânica na hierarquia entre homens e mulheres (Carneiro & Pereira, 2000).

Na discussão sobre a participação da mulher em programas institucionais de desenvolvimento, as experiências do Banco Gramem de Bangladesh (Yunus, 2000) trazem uma valiosa contribuição. Esse programa, que trabalha com projetos de microcrédito em um dos países mais desfavorecidos da Ásia, defende que as mulheres deveriam ser consideradas como agentes privilegiados de desenvolvimento, não apenas pela necessidade de se reafirmar seus direitos em relação à segurança financeira.

Avalia que os empréstimos às mulheres produziram mudanças econômicas mais rápidas do que quando o crédito era concedido aos homens. Isso se justifica, segundo o autor, pelo fato de as mulheres serem mais intensamente tocadas pela fome e pela pobreza que os homens. *“Se um dos*

membros da família deve sofrer fome, tacitamente se admite que será a mãe. É ela que passa pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e penúria” (Yunus, 2000, p.116).

Acrescenta que a exclusão social das mulheres as tem levado a assumir uma postura mais combativa para sair da pobreza que os homens. As mulheres têm revelado uma constância maior no trabalho, são mais aplicadas. Além disso, observa-se que a prioridade da sua geração de renda é a melhoria das condições de vida da sua família, incluindo primeiro os filhos e a casa (Yunus, 2000).

O autor também destaca que *“se entre os objetivos do desenvolvimento figuram a melhoria das condições de vida, o desaparecimento da pobreza, o acesso a um emprego digno e a redução das desigualdades, então é natural começar pelas mulheres”* (Yunus, 2000, p.117). As mulheres são econômica e socialmente mais desfavorecidas, vítimas do subemprego e representam a maioria dos pobres. Antes do Banco Gramem, as mulheres representavam menos de 1% de todos os empréstimos concedidos em Bangladesh. Em 1997, o número de empréstimos já atingia 10% da população, sendo as mulheres mais da metade dessa parcela. Essa experiência também comprovou que o microcrédito pode ser uma estratégia eficaz para combater a pobreza, sem grande risco para o financiador e com grandes benefícios para os pobres (Yunus, 2000).

A respeito da intensificação da economia mundial, Santos (2000) considera que alguns dos impactos gerados pela globalização que repercutem no espaço-tempo doméstico são o crescente emprego da mulher no setor industrial, a feminização da força de trabalho assalariada, uma forte presença das mulheres nas áreas e setores de exportação (seja no trabalho direto para as empresas multinacionais ou de forma indireta para empresas locais subcontratadas pelas multinacionais) e a crescente participação da mulher no setor informal da economia. Acrescenta que outro impacto é *“a intensificação do trabalho doméstico à medida que a dívida externa de muitos países do Sul provoca a*

queda dos salários reais e do nível de vida da grande maioria da população” (Santos, 2000, p.303).

Além disso, a globalização da economia não tem contribuído para atenuar a segmentação pelo sexo no mercado de trabalho, que continua sendo um fator de discriminação mais universal que a etnia. Dessa forma, as mulheres são continuamente vítimas de discriminação salarial, sendo-lhes negado, na prática, um direito consagrado na maior parte dos países (Santos, 2000).

Mas não se podem generalizar as transformações que estão ocorrendo no espaço-tempo doméstico sob o impacto do espaço-tempo mundial. Nesse sentido, não se deve criar uma imagem abstrata da “mulher do Terceiro Mundo”, ou seja, deve-se levar em conta as particularidades da situação da mulher em cada país e as diferenças de classes existentes em cada um deles (Santos, 2000).

O mesmo autor adverte que, nos países do Sul, o impacto da degradação ambiental é mais intenso no espaço-doméstico, principalmente no meio rural, no qual as tarefas domésticas são realizadas em íntima relação com a natureza. A condição de vida dos camponeses, e especialmente das mulheres, tem sido afetada pelo processo de modernização da agricultura. Tais impactos incluem a expulsão dessas famílias das terras mais férteis, desequilíbrios ecológicos (desertificação e salinização), desmatamento e comercialização das florestas. Estes últimos afetam de modo mais direto a mulher do meio rural, tendo em vista que a tarefa de apanhar a lenha é considerada uma tarefa feminina em quase toda a parte do mundo. Alguns estudos apontam que o tempo despendido nessa tarefa não tem parado de aumentar. Com a crescente exploração dos lençóis freáticos e a desertificação, a obtenção de água torna-se cada vez mais difícil, sobrecarregando mais uma vez a mulher, já que essa também é uma tarefa tradicionalmente atribuída a ela (Santos, 2000).

Pensar o desenvolvimento sob uma perspectiva sistêmica, incluindo as relações de gênero e meio ambiente, é uma tarefa complexa que merece um

maior aprofundamento. Os debates em torno dessas temáticas podem vir a contribuir para a construção de novas alternativas de desenvolvimento.

Como já foi exposto anteriormente, os objetivos centrais desta pesquisa são identificar as estratégias de desenvolvimento sob uma perspectiva de gênero, adotadas pela Associação Mãos Mineiras, e verificar a contribuição da mulher no desenvolvimento rural sustentável. Supõe-se que programas direcionados ao meio rural que privilegiam a participação feminina tendem a formular estratégias de maior sustentabilidade. Desse modo, a participação da mulher em programas de desenvolvimento é fundamental, tanto pela sua inclusão social, quanto pela especificidade de sua visão mais ampla que, conseqüentemente, lhe proporciona uma concepção mais abrangente do desenvolvimento.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista seus objetivos, este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e baseia-se no modelo interativo de pesquisa de ciências sociais, proposto por Spradley (1980, apud Alencar, 1999). Nesse modelo, o pesquisador inicia o trabalho de campo com pressuposições sobre seu problema de pesquisa, com base no paradigma teórico que orienta sua investigação. As questões de pesquisa, a coleta, a organização e a análise das informações são trabalhadas em uma seqüência circular, possibilitando modificações durante esse processo.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um construtor do saber sociológico, pois seu objeto é relativamente oculto, precisando ser desvendado. Procura-se estabelecer uma relação dialética entre teoria e prática – o sujeito reelaborando seus conhecimentos prévios em função do contato com o objeto, chegando a novos níveis de percepção do mesmo (Brioschi & Trigo, 1987). Esse tipo de pesquisa, segundo Godoy (1995), é reconhecido para o estudo de fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais. Nessa abordagem, um fenômeno deve ser analisado em uma perspectiva integrada, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Foi utilizado, neste trabalho, o estudo de caso que é uma análise em profundidade de um contexto particular, visando a melhor interpretá-lo e compreendê-lo. Becker (1997) considera esse tipo de estudo como uma peça do grande mosaico da compreensão da vida, que não tem existência isolada, mas contribui para o entendimento do todo. Na concepção de Bogdan & Biklen (1994), a possibilidade de aprofundamento é a sua principal característica, já que se parte de aspectos abrangentes em direção a particularidades, tendo uma área de trabalho delimitada.

Como apresentou Alencar (1999), o estudo de caso tem um importante papel nas ciências sociais como iniciador de teorias, posto que oferece um estudo detalhado e rico. Também é válido para estabelecer novas categorias de análise. Assim, mesmo que não se possa generalizar, podem-se indicar situações que levem a buscas mais concretas que as apresentadas por modelos e teorias, evidenciando como os seres humanos percebem e lidam com a realidade e se comportam.

Os primeiros contatos com a área de pesquisa ocorreram por meio de uma participação no *Projeto Ecoturismo no Manejo*. Um projeto de extensão universitária coordenado pelos Departamentos de Educação e Administração e Economia da UFLA, desenvolvido em parceria com a Associação Mãos Mineiras e com a Prefeitura Municipal de Lima Duarte. Tinha como objetivo promover a educação ambiental e um programa de ecoturismo nas propriedades locais, visando ao desenvolvimento local sustentado.

A participação nesse trabalho aconteceu nos meses de novembro de 2000 e janeiro de 2001. Nessa oportunidade foram realizadas várias entrevistas com os participantes desse projeto a fim de registrar e avaliar o trabalho como um todo. Esse estudo inicial foi fundamental para a obtenção de informações gerais, como aspectos históricos, geográficos e características socioeconômicas da região. Portanto, a proposta de desenvolver esta pesquisa teve origem no conhecimento da realidade local e no interesse em aprofundar as questões de gênero e desenvolvimento.

Assim, a Associação Mãos Mineiras foi escolhida pelo fato de ser uma organização criada por iniciativa da sociedade civil, que tem demonstrado, ao longo da sua trajetória, a capacidade de criar e manter um programa de desenvolvimento integrado, que envolve diversos elementos como as questões econômicas, socioambientais e de gênero.

A fim de confirmar essa proposta, foi realizada uma apresentação sobre os objetivos deste estudo que foi submetida a apreciação das associadas em uma reunião administrativa da Associação. Várias indagações foram feitas acerca de qual seria a metodologia utilizada e quais seriam as possíveis contribuições da pesquisa. Após os devidos esclarecimentos, foi aprovada sua realização. Portanto, nesse momento, foi firmado o contrato psicológico²⁰ entre o pesquisador e o grupo, tendo em vista o esclarecimento quanto à natureza e aos objetivos da investigação.

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista com base em questionários semi-estruturados, formada por questões abertas para permitir maior flexibilidade aos respondentes. Também se usou a entrevista do tipo *focused-interview*, na qual se procurou aprofundar as respostas, sem induzi-las. Alencar (1999) enfatiza que a aplicação de um questionário semi-estruturado pode assumir as características da *focused-interview*, que é mais dinâmica e complexa. Desse modo, quase todas as entrevistas foram gravadas, com exceção de algumas em que as pessoas disseram que não se sentiriam à vontade com a gravação. Nesses casos, as anotações foram registradas no caderno de campo. Além disso, a coleta de dados incluiu a pesquisa participante e a pesquisa documental. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de julho a setembro de 2001 e, ao todo, foram entrevistadas 30 pessoas.

Primeiramente, foram estabelecidos alguns critérios de seleção para as associadas a serem entrevistadas, tais como: mais atuantes (3), menos atuantes (2), mais antigas (2), mais novas (2). Além disso, procurou-se combinar participantes da Associação de diferentes idades. Esses critérios foram relatados para alguns informantes, como associadas e assessores, que auxiliaram na identificação dessas pessoas. Daí buscou-se priorizar os nomes mais sugeridos.

²⁰ Serva & Jaime (1995) afirmam que é indispensável o contrato psicológico pautado pela sinceridade e autenticidade.

Também foram entrevistados os familiares das associadas casadas e solteiras, residentes no mesmo domicílio, tais como: pais (5), mães (4), maridos (1) e filhos (3), a fim de compreender a dinâmica das relações de gênero dessas famílias.

Os principais assessores (3) da Mãos Mineiras e alguns líderes comunitários (5) também foram entrevistados, a fim de verificar o que consideram como as principais contribuições dessa experiência associativa ao desenvolvimento local e regional. Os informantes também sugeriram os nomes dessas pessoas.

As entrevistas com as associadas foram mais aprofundadas e tiveram em torno de uma hora a quatro horas de duração. Em alguns casos, no primeiro contato, houve entrevistas coletivas no espaço doméstico, contando com a presença da associada e de seus familiares. Mas em um segundo momento, as entrevistas foram feitas individualmente tanto com a associada, quanto com os seus familiares. Verificou-se que as entrevistas realizadas fora do espaço doméstico fluíram de forma mais descontraída.

A observação participante foi realizada por meio de envolvimento direto, tanto nas tarefas domésticas, quanto nas atividades do entreposto da Associação. Dessa forma, buscou-se uma integração do pesquisador com a vida do grupo, para melhor compreendê-lo. Além disso, foram acompanhadas algumas reuniões administrativas mensais.

Também foi utilizada a pesquisa documental. Godoy (1995) considera que a análise de documentos é uma valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser utilizada como complementação de informação obtida de outras fontes, favorecendo a compreensão do problema investigado. Essa pesquisa incluiu a leitura de vários documentos, como atas de reuniões, diagnósticos, relatórios de oficinas e cursos. Também se assistiu a vídeos realizados por programas de televisão com entrevistas das associadas.

Na caderneta de campo, foram registradas impressões do pesquisador, conversas informais, indagações para aprofundamento, *insights*, etc. Esse instrumento de coleta de dados também permitiu registrar comportamentos e emoções observados durante as entrevistas. Serva & Jaime Jr. (1995) alertam que o caderno de campo permite captar dados inesperados que surgem da relação de confiança e simpatia estabelecida entre o pesquisador e o grupo, na qual as pessoas contribuem livremente e de forma espontânea.

Segundo Godoy (1995), nos estudos qualitativos, em geral, e no estudo de caso, em particular, é recomendável que a análise esteja presente durante os vários estágios da pesquisa. Desse modo, procurou-se estabelecer relações e interpretar fatos à medida que os dados foram sendo coletados. Inclusive, alguns objetivos e o próprio questionário foram reformulados de acordo com os rumos que a pesquisa tomava. A análise dos dados foi feita mediante uma sistematização das entrevistas, a fim de verificar um padrão de respostas e as contradições existentes em cada questão. Em outro momento, algumas respostas foram reagrupadas por temas, a fim de permitir um aprofundamento da análise.

A triangulação de dados pelo uso de métodos diferenciados de forma combinada – entrevistas, observações, anotações e pesquisa documental – permitiu uma maior confiabilidade das informações levantadas, que foram analisadas à luz do referencial teórico escolhido. Buscou-se manter, na análise, a diversidade de opiniões e idéias.

É válido destacar que foi garantido o anonimato das informantes nessa pesquisa, para preservar suas individualidades e proporcionar um clima de maior descontração e sinceridade nas entrevistas. Dessa forma, os nomes originais foram substituídos por pseudônimos.

O próximo capítulo caracteriza a região que constitui o cenário em que este estudo se desenvolve. Em seguida, apresentam-se a discussão e a análise dos resultados obtidos nesta pesquisa.

4 LIMA DUARTE: CENÁRIO DO ESTUDO

O município de Lima Duarte localiza-se na divisa da Zona da Mata com o sul de Minas Gerais, em plena cadeia altimontana da Mantiqueira e Bocaina. Conta com uma área territorial de 848 km² e uma altitude de 728m. Encontra-se relativamente próximo das cidades do Rio de Janeiro (260 km), Belo Horizonte (300 km) e São Paulo (450 km). O maior município vizinho é Juiz de Fora, considerado um pólo regional da Zona da Mata, que está localizado a 60 km.

Segundo dados do último Censo Demográfico do IBGE (2000), a população total residente de Lima Duarte é de 15.708 habitantes, sendo 7.985 homens e 7.723 mulheres. A população residente na área urbana é de 11.309 habitantes (72%) e na área rural é 4.399 pessoas (28%) (IBGE, 2000). O município apresenta o Produto Interno Bruto²¹ (PIB) de 43.823.552 em 1996 (IPEA, 2002).

4.1 Breve história do município de Lima Duarte

Delgado (1962) assinala que existem poucas informações sobre as nações indígenas que habitavam a região considerada atualmente como município de Lima Duarte. Algumas referências indicam os índios Araris²², localizados na Serra de Ibitipoca e no planalto de Barbacena; os Cachinés²³, que habitavam os vales do Paraibuna e Peixe; os Pitás, no sueste mineiro, entre a Mantiqueira e o vale do Rio do Preto, na Bacia do Paraíba; e os Purís²⁴, no

²¹ PIB em US\$ de 1998 (IPEA, 2002).

²² Segundo Nelson de Sena, esses índios desapareceram desde o século XVIII. Acredita-se que parte deles tenha sido deslocada para a mineração (Delgado, 1962).

²³ Mencionados por Ayres do Casal, aproximadamente em 1818 (Delgado, 1962).

²⁴ Soares Ferreira considera que eles eram oriundos da grande nação tupi (Delgado, 1962).

antigo termo de Barbacena e regiões de fronteira de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A história da colonização de Lima Duarte está diretamente relacionada com a chegada dos bandeirantes à região das Minas Gerais. A Serra de Ibitipoca foi logo avistada por eles, que a teriam alcançado em busca de ouro. Há referências que datam de 1692, como a bandeira do Padre João de Faria Fialho, um dos pioneiros das bandeiras em Ouro Preto. Essas indicações apontam que o povoamento de Lima Duarte seja um dos mais antigos do estado (Delgado, 1962).

Em 1694, a notícia de descobrimento de ouro, safiras e cristais é dada ao governador-geral do Brasil, Dom João Lencastre. Muitos colonizadores vindos de São Paulo, Rio de Janeiro e Portugal foram atraídos pelas ricas terras e águas auríferas. Eles trilhavam a rota de Fernão Dias Paes, que passou posteriormente a ser denominada de Caminho Velho (Delgado, 1962).

Há registro de povoamento da região de Ibitipoca em 1715. Segundo Delgado (1962, p.21) *“já ascendiam a dezenas os principais moradores da região de Ibitipoca, pagando onerosos tributos à Fazenda Real pelas posses de extensas glebas, datas minerais e 73 escravos (...)”*. Em 1750, é criada a freguesia de Conceição de Ibitipoca²⁵ (Delgado, 1962).

Na primeira metade do século XVIII, houve o descobrimento de ouro no Rio do Peixe, Pirapetinga, Paraibuna e Preto, na região do sertão da Mantiqueira sul, que corresponde aos atuais municípios de Lima Duarte, Rio Preto, Bias Fortes, Santos Dumont, Juiz de Fora e Bom Jardim. Mas como estava havendo denúncias de extravios e contrabando do ouro por essas veredas abertas até a fronteira da Capitania do Rio de Janeiro, em 1755 foi decretada a interdição dessas áreas ao povoamento e à mineração (Delgado, 1962).

²⁵ Esse nome deve-se ao primeiro templo erguido ali e dedicado à Nossa Senhora da Conceição (Delgado, 1962).

O início do povoamento da região do Rio do Peixe ocorre por volta de 1740, com alguns posseiros. Apenas em 1781, ocorre a legalização de concessões de terra para esses posseiros e novas terras são concedidas para colonos vindos da Comarca do Rio das Mortes, entre outras (Delgado, 1962).

Com o progressivo esgotamento das reservas auríferas, Delgado (1962) considera que a população passou a se dedicar à pecuária e à agricultura, cultivando principalmente o café e a cana-de-açúcar, o que deu origem a muitos engenhos. Modesto (1976) assinala que tropeiros transportavam carnes, couros, cereais, frutas e madeiras, a caminho do Rio de Janeiro e do Sul de Minas. Nesse contexto, Conceição de Ibitipoca, cercada por montanhas de difícil acesso, foi perdendo expressão, enquanto o povoado do Rio do Peixe foi crescendo e se desenvolvendo.

O território do atual município de Lima Duarte pertenceu, inicialmente, à Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João Del Rei. Em 1791, passou a integrar o termo de Barbacena. Em 1839, o Rio do Peixe foi elevado à sede de Distrito de Paz e em 1859, à freguesia. A instalação do município deu-se em 1884, que nessa data passou a se chamar Lima Duarte. Tal nome foi uma homenagem ao Dr. José Rodrigues de Lima Duarte, conselheiro do Estado de grande influência em Barbacena e cunhado do então presidente da Câmara Municipal de Barbacena, Antônio Carlos de Andrada. Com a fundação do município de Lima Duarte, Conceição de Ibitipoca tornou-se seu distrito (Delgado, 1962).

4.2 Principais atividades econômicas

Ainda hoje, as principais atividades econômicas de Lima Duarte estão relacionadas à pecuária e à agricultura. A partir da década de 90, o município contou com o crescimento do turismo (IBGE, 2000).

A pecuária de corte e a leiteira são consideradas atividades tradicionais, inclusive, os primeiros laticínios surgem por volta de 1900. A agricultura concentra-se nas culturas de café, milho, feijão e cana-de-açúcar.

Contudo, o município também tem sofrido várias perdas econômicas com o declínio da pecuária leiteira e da cafeicultura na região. Em virtude da escassez de empregos e da baixa produtividade agrícola, a população rural enfrenta dificuldades em permanecer no campo e vê-se forçada a procurar emprego ou renda em atividades não-agrícolas e urbanas (Pereira, 2000).

O turismo é uma atividade econômica importante para o município, em virtude do Parque Estadual de Ibitipoca²⁶, ser considerado um pólo de atração turística (Pereira, 2000). Esse parque localiza-se em uma parte da Serra de Ibitipoca, uma das mais antigas formações geológicas de Minas Gerais. Abrigando uma grande diversidade de espécies da flora e da fauna brasileira, tem atraído cientistas e viajantes estrangeiros. Inclusive, o naturalista e botânico francês, Saint Hilaire, desenvolveu pesquisas nessa região em 1822 (Delgado, 1962).

Nessa serra, os campos rupestres convivem com os campos de altitude e matas ciliares. Há várias espécies animais ameaçadas de extinção, como o lobo-guará, as seriemas, os pavós e o monocarvoeiro, entre outras. Suas cavidades subterrâneas compõem um dos principais distritos espeleológicos quartzíticos de Minas Gerais. Várias nascentes brotam na Serra de Ibitipoca, divisora das bacias dos rios Grande e Paraíba do Sul (Ibitipoca..., 1996).

O Parque Estadual de Ibitipoca é considerado um dos menores parques de Minas Gerais. Conta apenas com 1.488 hectares, distribuídos entre os municípios de Lima Duarte e Santa Rita de Ibitipoca. No entanto, recebe um fluxo intenso de turistas, o que tem provocado vários impactos ambientais no

²⁶ Criado em 1976 e pertencente ao Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Parque, como o deslocamento das frágeis formações quartzíticas, que destroem a vegetação e provocam o assoreamento do rio. Além disso, a população local também tem sofrido os impactos da ocupação desordenada dos espaços e sua desfiguração física e cultural (Ibitipoca..., 1996).

Segundo entrevista realizada com um pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Nacional de Brasília (UNB), o Parque de Ibitipoca é, provavelmente, o mais visitado em todo o país, recebendo cerca de 50 mil visitantes por ano. A preocupação de pesquisadores, algumas entidades como o Instituto Estadual de Floresta e da população local tem levado à discussão sobre a ampliação da área do parque ou a redução do número de visitantes (Ibitipoca, 2000). No segundo semestre do último ano, tal debate foi ampliado com a elaboração e a aprovação, pela Câmara Municipal, de um Plano Diretor, visando ao turismo sustentável do Distrito de Ibitipoca.

4.3 O Manejo

O Manejo é uma comunidade rural localizada a 10 km da sede do município. É retratada com muita admiração: “(...) é uma bucólica aldeia, situada junto a uma extensa várzea, de grande beleza, onde se descortina uma paisagem agradável à vista e ao coração. Perto passa o rio do Peixe” (Delgado, 1962, p. 104).

Existem muitas controvérsias sobre a origem do seu nome. A versão mais considerada é a de que ali houve o acampamento e o “manejo” de tropas do Império comandadas por Duque de Caxias contra a Revolução Liberal de 1842.

Nesse período, o país vivia um momento de profundas mudanças políticas que, em Minas Gerais, proporcionaram o surgimento de muitas povoações e comunas. “Eclodiram movimentos bélicos em várias províncias, denotando o soergimento do povo e o despertar de seus sentimentos cívicos; formava-se uma consciência política nacional em busca de reformas

progressistas” (Delgado, 1962, p.26). Desse modo, a Revolta Liberal de 1842 foi considerada uma consequência dessas idéias e aspirações (Delgado, 1962).

O autor ressalta ainda que esse movimento teve imensa repercussão em Minas Gerais e São Paulo. O município de Barbacena era considerado o berço do Partido Liberal da Província. O Rio do Peixe participou ativamente dessa revolução, pois sediou o quartel da Guarda Nacional. As forças revoltosas²⁷ deslocaram para lá 700 soldados e voluntários com o objetivo de combater as tropas imperiais que avançavam do Rio de Janeiro sob o comando do Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva (futuro Conde de Tocantins) e de seu irmão, o Brigadeiro Luiz Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias (futuro Duque e Condestável do Império). Apesar da vitória dos legalistas, essa batalha ficou marcada na história, pois foi “*a única em que o Condestável do Império esteve a ponto de ser derrotado*” (Delgado, 1962, p. 31). Para Modesto (1976), se os revoltosos conseguissem vencer as barreiras naturais do Rio do Peixe a caminho do litoral, praticamente teriam conseguido os seus objetivos.

Havia, em Manejo, uma estação ferroviária, inaugurada em 1926, cuja linha ligava Lima Duarte a Juiz de Fora, que favoreceu a radicalização de novas famílias, até mesmo de imigrantes ao local. Tinha-se a pretensão de que essa ferrovia se estendesse até o Rio de Janeiro (Central do Brasil), o que acarretaria um maior desenvolvimento cultural e econômico para a região. Pretendia-se também a extensão da linha de Lima Duarte para Bom Jardim. Mas essas obras não se concretizaram e, anos mais tarde, a linha existente foi desativada (Delgado, 1962).

Segundo Modesto (1976), encontrava-se implantada no Manejo uma importante indústria de cerâmica com produção de tijolos, telhas e lajotas que

²⁷ As forças revoltosas centrais estavam localizadas em Barbacena, São João Del Rei, Sabará, Caeté e Santa Luzia (Delgado, 1962).

empregava cerca de 50 pessoas. Atualmente, nesse local funciona uma fábrica de produtos derivados da cana-de-açúcar como cachaça, açúcar mascavo, rapadura, melado, etc.

Uma atividade econômica característica do Manejo é a extração de areia no Rio do Peixe. Essa atividade era realizada, principalmente, de forma artesanal por trabalhadores autônomos ou em sistema de parceria com os donos de canoas, o que permitia o sustento de várias famílias. Contudo, alguns grupos, motivados por interesses econômicos, apropriaram-se dessa atividade, substituindo-a totalmente pela exploração por dragas. Desse modo, a extração desordenada de areia tem provocado o rebaixamento do leito do rio, causando o desaparecimento de lagoas, abalo na estrutura de pontes que atravessam o Rio do Peixe e o tombamento de árvores nativas por não disporem de sustentação para suas raízes.

A partir desse ano, após mobilização dos canoeiros, da comunidade local e de políticos, foi aprovada uma lei municipal que proíbe a extração de areia por meios mecânicos no Rio do Peixe, limitando a sua exploração apenas aos extratores artesanais, os chamados “canoeiros”.

O olhar sobre a história do Manejo leva a pensar que essa comunidade tem vivido um processo de construção de civilidade, no sentido de que ao longo da sua trajetória tem sido palco de algumas lutas em busca da liberdade e da defesa de direitos de seus cidadãos. Isso denota o favorecimento de laços de cooperação e solidariedade entre os atores sociais locais.

5 A EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA DA MÃOS MINEIRAS

A análise de uma organização como a Mãos Mineiras exige que se vá além da organização em si e que haja um aprofundamento na individualidade de seus participantes. O trabalho cooperativo, como forma alternativa de sobrevivência, traz fortemente marcada a história de vida de cada sujeito social, suas características e experiências.

Assim, empreendedores e empreendimentos misturam-se, crescem e modificam-se mutuamente. Ao longo da pesquisa, esse movimento foi acompanhado e, por isso, foi dada especial atenção a certos aspectos individuais de cada uma dessas mulheres, abarcando semelhanças e diferenças.

5.1 O processo associativo

A idade das associadas entrevistadas encontra-se na faixa de 12 a 17 anos, e de 27 a 41 anos, apenas uma tem 65 anos. A maior parte é solteira, coincidentemente as mais jovens, as demais são casadas, sendo que uma delas estava em fase de separação do marido. Isso já denota que a introdução de um trabalho novo como a Mãos Mineiras é acolhido tanto pelas mais jovens, quanto pelas mulheres mais maduras.

A escolaridade apresenta-se da seguinte forma: quatro concluíram o ensino médio, três têm a 8ª série e duas têm até a 4ª série do ensino fundamental. As mulheres que ainda estão estudando são as que têm menos idade. O fato de todas elas possuírem algum grau de instrução também é significativo. No entanto, a capacidade crítica delas extrapola o que é oferecido pela educação formal.

Outro aspecto importante é a religiosidade. Percebe-se que a religião influencia muito a visão de mundo dessas mulheres e que a solidariedade, base do trabalho cooperativo, está muito ligada a essa formação. Praticamente todas

seguem o catolicismo e muitas delas se dizem praticantes. Uma é evangélica e uma outra declarou não ter religião.

O tempo de Associação varia de 1 a 13 anos, sendo que a maioria tem mais de 5 anos, duas estão desde o início desse trabalho e duas têm um pouco mais de 1 ano. Esses dados demonstram que realmente tem havido uma adesão à Mãos Mineiras, e que ela está se afirmando como um meio de vida para algumas dessas mulheres.

Todas elas nasceram no próprio município de Lima Duarte ou na região. Suas famílias são de origem rural, algumas fazem questão de lembrar que nasceram na “roça” e viveram aí até a sua juventude. Seus pais ou avós eram médios ou pequenos proprietários rurais ou, ainda, trabalhavam como colonos em fazendas da redondeza.

Atualmente, todas residem no Manejo, as mais jovens, no mínimo, há 12 anos e a mais idosa há 35 anos. A maioria das associadas mora em casas próprias situadas em uma espécie de vila²⁸ próxima à rodovia BR-267²⁹. Apenas três delas moram em propriedades rurais. Uma delas em um sítio próprio, outra em uma fazenda na qual ela e sua família trabalham, e a outra reside com os pais em um sítio dos avós maternos em casa cedida.

A composição familiar da maioria delas conta com a presença dos progenitores (pai/mãe). A maioria das mulheres casadas tem no máximo dois filhos. Esse número reduzido de filhos³⁰ evidencia um certo controle da natalidade, que pode estar associado a um maior acesso à informação e à mudança do papel socioeconômico da mulher.

²⁸ Os lotes dessa vila medem aproximadamente 9x10m. Em alguns casos nesses lotes ainda existem mais duas casas de outros membros da família. Também há uma família que possui dois lotes, onde cultiva uma horta doméstica e criação de animais.

²⁹ Essa rodovia liga a Zona da Mata ao Sul de Minas.

³⁰ A média nacional é de 2,5 filhos por mulher (Medeiros, 2001).

A melhoria do nível educacional torna as mulheres mais exigentes perante as condições sociais de apoio à maternidade que lhe permitam compatibilizar a reprodução biológica com outros aspectos da vida ativa, profissional ou não (Santos, 2000). Também se pode supor que o processo emancipatório da mulher colabora para que ela possa exercer mais livremente o seu direito de escolha em relação à reprodução. Esse número reduzido de filhos confirma a tendência de redução na taxa de natalidade no meio rural brasileiro, conforme apontam Del Grossi & Graziano da Silva (2000).

As atividades econômicas dessas famílias caracterizam-se principalmente pela pluriatividade. Os trabalhos agrícolas são desenvolvidos de diversas formas³¹, tais como: pequeno proprietário, assalariado, parceiro e diarista. Alguns desenvolvem dupla atividade em determinados momentos, como pequeno agricultor e assalariado rural ou como parceiro e diarista. Além disso, essas famílias combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, principalmente ligadas à prestação de serviços, realizada principalmente por conta própria ou como empregado.

A produção agropecuária inclui o plantio de feijão, milho e mandioca, a pecuária leiteira e a criação de pequenos animais. É desenvolvida tanto na pequena propriedade como, nos casos de trabalhadores sem terra, em sistema de parceria (a meia ou a terça) ou em terras cedidas. Vale ressaltar que algumas famílias classificadas como pluriativas têm a atividade agrícola direcionada principalmente para o autoconsumo familiar. O fato de elas procurarem conservar suas origens agropecuárias representa uma estratégia de sobrevivência que pretende garantir parte do seu sustento, diminuir os gastos no orçamento doméstico e gerar alguma renda com a produção excedente.

³¹ Segundo Minglione, E. & Pugliese, E. (1987, apud Graziano da Silva, 2000) as diversas modalidades de pluriatividade muitas vezes associam o estatuto de trabalho por conta própria com o de empregado numa mesma pessoa, resultando um tipo difícil de classificar, tanto do ponto de vista profissional como social.

As demais famílias desenvolvem exclusivamente, como atividade econômica, a ocupação rural não-agrícola, por meio de trabalho por conta própria e como empregado. Apesar de tradicionalmente elas terem, no passado, a atividade agrícola como sua principal fonte de renda. As ocupações exercidas incluem a extração de areia, serviços de pedreiro, servente, empregada doméstica, babá e costureira.

Tanto no caso das famílias pluriativas, quanto no das que se dedicam à ocupação rural não-agrícola, a maior parte das atividades desenvolvidas é relativamente instável e sazonal, como é o caso da extração de areia e das atividades agrícolas, visto que não são muito diversificadas. Apenas três famílias possuem rendimentos de caráter contínuo como benefícios sociais (aposentadoria e pensão). No Quadro 1, observa-se o rendimento familiar das associadas. Na maioria das famílias, a renda é de 2 a 3 e de 3 a 4 salários mínimos. Apenas uma apresenta renda entre 4 e 5 sm. Contudo, esses rendimentos são bastante variáveis ao longo do ano.

QUADRO 1 - Rendimento familiar das associadas da Mãos Mineiras, 2001

Rendimento familiar das associadas (total - em salários mínimos)	Número de famílias
1 a 2 sm	0
2 a 3 sm	4
3 a 4 sm	4
4 a 5 sm	1

Além das novas formas de inserção no mundo do trabalho, outros dados que chamam a atenção são as mudanças por que passam essas famílias em

relação ao espaço e à forma de moradia, ao maior acesso a serviços sociais (educação e saúde) e à infra-estrutura social (transporte, energia elétrica, etc). Tais mudanças são bem recentes e contrastam significativamente com o modo de vida da geração anterior dos familiares das associadas. Configura-se um novo contexto socioeconômico que proporciona um dinamismo nas relações estabelecidas entre essas famílias e entre os seus próprios membros. Muitas delas demonstram, por exemplo, uma certa satisfação de poder ter a sua própria casa e não necessitar mais morar como colonos. O conteúdo simbólico presente nessas mudanças é a conquista de uma maior liberdade.

Pode-se supor que todo esse contexto socioeconômico e os aspectos subjetivos da história de vida dessas famílias e de cada uma das associadas favoreceram o surgimento da Mãos Mineiras.

5.1.1 História da Associação

A Mãos Mineiras foi idealizada por uma arquiteta, que se inspirou em um trabalho de extensão universitária desenvolvido em uma favela no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Era um projeto multidisciplinar que envolvia os cursos de Arquitetura, Serviço Social, Psicologia e Engenharia, iniciado em 1982. A concepção desse trabalho tinha como base a participação social compartilhada, não assistencialista.

Tal vivência revelou um aspecto importante da problemática do êxodo rural, o fato de muitos moradores relatarem ter se arrependido de ir para a cidade e que o seu sonho era voltar para o campo. Isso reforçou a necessidade de trabalhar, de forma preventiva, a saída dos trabalhadores do meio rural e de integrar a relação do ser humano, com o meio ambiente e o trabalho. Outros fatores que motivaram esse trabalho ligado à questão ambiental foram a viagem dessa agente a alguns países da Europa que estavam iniciando a coleta seletiva

de lixo e, ao retornar ao Brasil, a conclusão do curso de especialização em Planejamento Ambiental.

Com a sua ida para o Manejo, os primeiros passos para a criação da Mãos Mineiras tiveram início em 1988. A intenção foi aproximar-se primeiro do lugar, ouvir as pessoas, descobrir seus potenciais para, com base nisso, propor alguma coisa. Havia a idéia de desenvolver uma atividade de geração de renda ligada à alimentação alternativa e à agricultura orgânica, mas não havia um projeto pronto e nem uma metodologia definida. Ao começar o trabalho, percebeu algumas resistências, já que quem cuidava da terra e quem plantava era o homem. O fato de ela ser solteira também poderia gerar um problema social e não propiciar condição cultural para a realização de um projeto. Ao mesmo tempo, ela tinha uma preocupação social com a questão da mulher, mas não existia uma intenção de formar um grupo feminista.

Desse modo, na própria experiência, foi sendo consolidado o objetivo de criar alternativas de trabalho para as pessoas permanecerem no meio rural e possibilitar uma geração de renda aproveitando os recursos disponíveis locais, resgatando a cultura regional. Além de buscar a preservação do meio ambiente, por meio do reaproveitamento de produtos, normalmente desperdiçados, como casca de ovo e folha de mandioca para a elaboração de complementos alimentares³², frutas para elaboração de doces, compotas e licores, e retalhos de tecido, saco de juta e palha de milho para confecção de artesanato entre outros. As próprias associadas consideram que um outro objetivo da Mãos Mineiras é colaborar para a independência da mulher.

³² Os complementos alimentares incluem o pó da casca de ovo e da folha de mandioca e a multimistura - farinha enriquecida preparada com esses ingredientes, farinha de arroz e outros. Foram muito difundidos pela Alimentação Alternativa, por volta da década de 1980. Esse trabalho foi especialmente desenvolvido no Brasil pela Dra. Clara Brandão, como uma forma de melhorar o estado nutricional das crianças de baixa renda .

Apesar de a iniciativa em desenvolver uma nova alternativa de trabalho na comunidade tenha começado por um agente externo, houve um envolvimento com a comunidade local, a fim de procurar conhecer as suas necessidades e potencialidades. Nesse sentido, esse trabalho foi construído de forma coletiva, ou seja, não havia um projeto ou programa predeterminado, como já foi dito. Ocorreu uma sensibilização e, ao mesmo tempo, houve uma receptividade da população local com os ideais apresentados. Um outro dado interessante é o fato desse trabalho procurar envolver a participação comunitária. Antes da formalização da Associação, que ocorreu em 1995, a Mãos Mineiras era um núcleo da Associação de Moradores do Manejo.

“(...) Chegou aquela moça que abraça, naquela alegria, conversa, quer conhecer e quer saber. (...) Ai, ela saiu convidando, foi nas casas, aí eu falava o nome das pessoas e ela ia lá (...). Ela formou aquele grupinho... e ela foi convidando, convidando as pessoas, enxergando, vendo o trabalho (...). O que está desperdiçando? E essas frutas caem no chão? (...), mas desperdiçando assim..., vamos aproveitar isso? Ai incentivou sabe? Casca de ovo, jogando fora, folha da mandioca se perdendo” (D. Clara, 65 anos).

A abordagem desse trabalho assinala a importância de pequenos empreendimentos econômicos como meio de reforçar a autoconfiança do grupo, estimular o associativismo e encorajar a participação.

5.1.2 Gestão da Associação

A Associação possui uma estrutura hierárquica relativamente horizontalizada. Formalmente, existe uma diretoria e os conselhos administrativo e fiscal, mas não ocorre uma segmentação entre a diretoria e as sócias. Na prática, há uma divisão do trabalho em equipes de venda, controle de qualidade, administração e relações públicas, o que garante uma participação de praticamente todos os seus membros. Além disso, existe um revezamento anual e facultativo dessas equipes.

“Ah, você é o presidente, você é o diretor..., A gente não tem isso aqui. Aqui todo mundo manda de igual pra igual. (...) No ano seguinte, quem não tiver satisfeito naquela (equipe) muda, (...) A pessoa que escolhe qual que quer ficar não é votado, nem imposto não, cada um vê qual se identifica mais (...). É sempre no mês de janeiro, aí muda quem quer mudar” (Claudia, 39 anos).

Embora haja uma organização descentralizada, elas consideraram que algumas equipes não têm funcionado muito bem e que certas funções acabam se concentrando em poucas pessoas. As decisões administrativas, normalmente, são discutidas com todas as associadas em uma reunião mensal. Apenas quando há urgência é que se faz uma reunião do conselho e este decide. Mesmo assim, toda decisão tomada pelo conselho costuma ser comunicada, ou mesmo, aprovada em assembléia com as demais sócias.

“A gente que trabalha lá tem que decidir com todo mundo. Um só não pode tá dando uma decisão (...)” (Renata, 16 anos).

Elas consideram importante poder dar a sua opinião e participar das decisões da Associação, pois se sentem valorizadas com isso. Enfatizam que tal participação garante uma decisão compartilhada, que é uma condição básica para a gestão da Mãos Mineiras. Contudo, ainda existe um pouco de dificuldade em se expressarem individualmente. Por outro lado, há uma estratégia de manifestar os seus pontos de vista de forma mais articulada (e não de modo isolado) em um momento mais oportuno e com mais argumentos. Em vista disso, algumas decisões, às vezes, são tomadas sem uma discussão mais ampla e, posteriormente, diante dessas articulações são revistas.

“(os assuntos) é discutido no conselho e leva pra assembléia e a assembléia vota. A gente tem liberdade da gente concordar (...), eu tenho direito de discordar muitas vezes (...). Muitas vezes eu falo, às vezes não, porque sei que sou só eu que não tô concordando” (Lígia, 28 anos).

Todavia, as decisões do grupo aproximam-se da autogestão, na qual as associadas determinam seus objetivos, escolhem seus meios e estabelecem os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto-administração (Bordenave, 1983, apud Alencar, 1997). Percebe-se, na Mãos Mineiras, uma intenção bastante presente desse modo de gestão, apesar das dificuldades mencionadas.

Para a maioria, não existe competição na relação estabelecida entre as associadas. Porém, uma delas admite que isso acontecia há uns cinco anos e outras afirmam que ainda há um pouco, mas que os desentendimentos e comentários que surgem são logo resolvidos. Por outro lado, é interessante notar que elas não expressam claramente se há muita cooperação em suas relações. Apesar de já terem realizado alguns mutirões para colheita de frutas, produção de geléias, para a construção e organização do entreposto, as ajudas existentes acontecem com maior frequência em pequenos grupos.

Às vezes, quando uma associada não tem condições de atender uma encomenda, transfere-a para outra, que normalmente é parente ou amiga. Em outros casos, a produção, que geralmente é realizada individualmente, passa a ser feita em conjunto com alguma outra associada. A colaboração existente não ocorre de forma espontânea, ou seja, há sempre um pedido ou convite que a motiva.

“Acho que as pessoas se ajudam, acho que não tem competição não..., se uma não pode fazer uma coisa que tá no pedido assim, pede pra outra fazer” (Renata, 16 anos).

Não existe a prática de troca de produtos entre as associadas. Algumas, que têm uma forte preocupação social, destinam parte da sua produção de complementos alimentares para doação às creches e às famílias que têm crianças

com desnutrição. As relações de confiança e de cooperação existentes entre elas são mais presentes em pequenos grupos, nos quais existem vínculos de parentesco ou amizade e de proximidade de moradia.

5.1.3 Trabalho

A maior parte das associadas entrevistadas produz complementos alimentares, principalmente o pó da casca de ovo e da folha de mandioca. Algumas também fazem artesanato, como bolsas, chapéus, coletes, jogos americanos, utilizando retalho e crochê feito com juta e/ou barbante, bonecas de palha de milho, colares de sementes e papel, etc. Uma pequena parte produz multimistura, pó de urucum, chás, broas, bolos, doces em compotas, geléias e licores. Elas aprenderam a fazer esses produtos, principalmente os complementos alimentares, com as associadas mais antigas da Mãos Mineiras. Quanto ao artesanato, algumas aprenderam com seus familiares e outras com as próprias mulheres da Associação.

Muitas já tinham exercido alguma atividade remunerada antes de fazer parte da Mãos Mineiras. A maioria delas trabalhou anteriormente em profissões como: trabalhadora rural em plantios de eucalipto e colheita de café, agricultora, doméstica, balconista, professora, fiadeira, empacotadora, vendedora autônoma e manicure. Inclusive, uma delas trabalhou em várias atividades do setor de serviços na área urbana e rural.

Atualmente, quase todas têm como única fonte de renda o trabalho ligado a Mãos Mineiras, seja como produtoras ou vendedoras do entreposto e lanchonete construídos recentemente pela Associação. Apenas duas exercem outras atividades remuneradas que não são vinculadas a Mãos Mineiras, uma como trabalhadora rural e a outra como doméstica. A respeito do que consideram como sua profissão, apenas algumas se identificam como artesãs. As demais consideram ser sua profissão estudante, empregada doméstica e do lar.

Quando foram questionadas sobre as atividades remuneradas que exercem, a que é doméstica incluiu-se como artesã e as outras duas também incluíram o seu trabalho na Mãos Mineiras sem denominá-lo como uma profissão. Isso pode estar relacionado ao fato de essas associadas produzirem complementos alimentares ou demais produtos alimentícios e sentirem dificuldade de denominar essa profissão. Também pode ser pelo fato de considerarem sua produção comercial pequena e, portanto, não valorizarem esse trabalho como uma atividade profissional.

Elas afirmam que gostam do que fazem e apontam vários motivos, como o valor terapêutico do artesanato, a autonomia oferecida por esse trabalho, a maior liberdade de horários, a possibilidade de desenvolverem sua criatividade e, ao mesmo tempo, terem um rendimento, além de poderem reaproveitar os alimentos.

“Adoro o que faço, eu gosto de mexer com artesanato (...). Pra mim é uma terapia, tem dia que eu tô meio estressada, sento para fazer o meu crochê e nem vejo o tempo passar (...). E nas Mãos Mineiras, o mais legal é que eu faço a hora que eu quero. Eu não gosto de ser assim, mandada, de ter hora pra fazer... igual quando eu trabalhava fora, tinha chefe (...). Tinha que ser aquele negócio todo dia e eu não gosto de fazer a mesma coisa, tanto que um dia eu faço uma boneca, um dia faço um chapéu, cada dia eu faço uma coisa (...). Eu não gosto de fazer a mesma coisa direto, eu canso. Aí já fico sentindo que tô fazendo aquilo obrigada, eu prefiro não fazer” (Claudia, 39 anos).

Com exceção das que estão trabalhando no entreposto e aproveitam os momentos de menos movimento para fazer artesanato, todas elas têm como principal local de produção o espaço doméstico. Elas consideram positivo esse fato, pois permite conciliar essa atividade com os cuidados da casa e dos filhos ou, mesmo, com os estudos, no caso das mais jovens. Duas adolescentes relataram que, às vezes, produzem com outra associada, enquanto aproveitam para conversar.

Você tando em casa faz uma coisa, faz outra, né? Você pode tá fazendo comida e outra coisa ao mesmo tempo” (Cecília, 41 anos).

Não existe um planejamento e um controle do tempo da produção³³. A maioria destina de uma a três horas por dia, mesmo assim, sem muita regularidade. Apenas uma delas dedica cinco horas por dia e é uma das maiores produtoras. Para algumas, esse trabalho é realizado nas horas consideradas “vagas”, ou seja, nos intervalos entre o serviço doméstico ou os estudos.

“Às vezes eu tiro um dia, aí fico uns dois dias sem fazer, três, quatro, cinco (...). Tem coisa em casa que a gente não pode largar sem fazer, o problema é esse” (Cecília, 41 anos).

“(…) Conforme a produção das frutas aí eu faço uma vez por semana, às vezes dá dois dias da semana (...). Até foi pedido no grupo pra gente fazer um horário de quanto a gente gasta sobre o seu trabalho. Por exemplo, a casca de pó de ovo, eu ponho a casca de molho, depois eu tenho que ferver, depois lavar, põe pra escorrer, secar. Isso é coisa que você nem dá pra marcar as horas porque, às vezes, tá fervendo eu faço outra coisa e a folha da mandioca a mesma coisa (...). Não é uma coisa que faça direto, né? Vai tudo pegando, assim, horas de trabalho, folga de trabalho pra fazer essas coisas” (D. Clara, 65 anos).

Um dos motivos que dificultam uma produção mais constante é a falta de um planejamento para a obtenção e estocagem de insumos como, por exemplo, a folha da mandioca, a casca de ovo e retalhos. Esses produtos são sazonais e reaproveitados, o que requer uma atenção especial para adquiri-los. Algumas mulheres alegam sobrecarga de trabalho e falta de tempo para poder

³³ Para Sachs (1986), existe uma dificuldade de contabilizar o orçamento-tempo de algumas atividades, tendo em vista que nem todas elas são sequenciais, quer dizer, algumas delas se sobrepõem, resultando em um uso múltiplo do mesmo tempo. Nesse caso não seria indicado comparar o valor da produção das atividades diretamente ligadas ao mercado de trabalho com as atividades domésticas e, até certo ponto, as atividades associativas ou comunitárias.

aumentar a sua produção, já que possuem outras atividades que não podem deixar de fazer.

“(...) Pra me dedicar mais eu teria que deixar minhas outras coisas, né? Ai eu gosto de tudo que eu faço, ai eu faço um pouquinho de cada coisa (...). Chego na conclusão que não vou deixar nada das Mãos Mineiras eu gosto de tá lá, de trabalhar, de fazer o pouco que eu faço. Do trabalho de comunidade eu gosto também. O trabalho não posso deixar. A minha casa também não. Acabo ficando em tudo” (Lígia, 28 anos).

Um outro dado levantado é a necessidade de uma maior profissionalização. Isso tem restringido a busca constante de melhoria da qualidade e de maior diversificação dos produtos.

“Tenho vontade de aprender mais pra fazer assim uma coisa diferente uma novidade... Uma blusa eu faço, mas fica toda torta, eu fiz uma, mas só, não fica perfeitinha, tem sempre um defeitinho” (Renata, 16 anos).

A produção é toda comercializada pela Mãos Mineiras, no próprio entreposto da Associação ou enviada para a Feira de Produtores em Juiz de Fora, lojas no Rio de Janeiro, alguns municípios no sul de Minas, para o Instituto Cajamar em São Paulo e diversos encontros, congressos, etc. Uma vez por ano, o artesanato é exportado para a Cooperativa Chico Mendes, localizada na Itália e vinculada à Rede de Economia Solidária. Normalmente, a venda por atacado dos complementos alimentares é feita à vista ou a prazo e a do artesanato em consignação.

Elas consideram fundamental os produtos serem feitos com material reaproveitado. Vários motivos as levam, ainda hoje, a optar por manter seus produtos dentro dessa linha ecológica. Além de a utilização desse material permitir a redução nos custos, possibilita o estímulo à criatividade, o uso racional de recursos naturais e a conseqüente preservação e conservação do meio

ambiente. A característica estética singular, rústica, dos produtos artesanais da Mãos Mineiras é também um dos motivos atraentes dessa proposta.

“Além de preservar o meio ambiente, a natureza, fazemos novas coisas, né?” (Mariana, 12 anos).

“Acho muito bom aproveitar (juta, malha), não jogar fora (...). Acho que (os produtos) fica até mais bonito (com esse material)” (Renata, 16 anos).

A reutilização desses materiais tem permitido uma sensibilização crescente com a questão ambiental. Mas isso não quer dizer que todas elas se autodenominem como preocupadas com o meio ambiente. Algumas consideram que quem pensa nessa questão no Manejo são os assessores, as pessoas que apóiam a Mãos Mineiras e alguns líderes comunitários. Todavia, a incorporação de algumas práticas ecológicas pelas associadas está presente tanto no trabalho considerado como produtivo, quanto no reprodutivo. Isso também tem repercutido na comunidade, pois, até mesmo os vizinhos que não participam da Associação têm se dedicado mais ao reaproveitamento, oferecendo as cascas de ovo e as folhas de mandioca para as associadas.

5.1.4 Geração de renda

A renda gerada pelo trabalho vinculado à Mãos Mineiras é bastante variável e muito relacionada à necessidade de complementação da renda familiar. Nos momentos em que falta serviço para os demais membros da família, as mulheres parecem intensificar a sua produção. O rendimento gerado pelas associadas e seus familiares está apresentado no Quadro 2. Praticamente todas, com exceção de uma, possuem renda inferior a um salário mínimo na produção para a Mãos Mineiras. Aquelas que, além desse trabalho, exercem funções remuneradas no entreposto, como vendedoras, têm um rendimento total aproximado de um salário mínimo e meio. Vale lembrar que há duas associadas

que exercem outras atividades remuneradas, como doméstica e trabalhadora rural.

QUADRO 2 – Rendimento das associadas da Mãos Mineiras e seus familiares, 2001

Associadas	Rendimento (R\$)						Renda da associada sobre a renda familiar total (%)
	Familiares			Associadas*		Familiar Total	
	Pal ou marido	Mãe ou filha	Demais membros (filho, irmão, sobrinho)	na produção para associação	em outros serviços		
Claudia	200,00	-	-	150,00	120,00***	470,00	57,45
Denise	250,00	-	-	200,00	100,00***	550,00	54,55
Luciana	180,00*	180,00*	-	100,00	-	460,00	21,74
Andréa	360,00	-	80,00	17,00	-	457,00	3,72
Lígia	180,00	180,00 **	-	12,00	180,00	552,00	2,17
Cecília	360,00	-	-	80,00	90,00	530,00	15,10
D. Clara	540,00*	-	360,00	35,00	-	935,00	3,74
Mariana	400,00	230,00	-	20,00	-	650,00	3,07
Renata	320,00	180,00	-	50,00	-	550,00	9,10

* Esses dados têm como base os meses anteriores à pesquisa de campo e referem-se ao valor líquido, ou seja, foi excluído o desconto de 20% sobre cada produto para o fundo comum da Associação.

** Inclui aposentadoria ou pensão.

*** Serviço prestado para a Mãos Mineiras.

A renda da maioria das associadas entrevistadas em relação à renda familiar varia entre 20% e 2%, somente nos dois primeiros casos é superior à do marido. Apesar de esse rendimento significar, tanto para as mulheres casadas como para as solteiras, apenas uma complementação, quatro delas já passaram por períodos em que esse rendimento representou o único ganho monetário da família. Nesses momentos, há uma mudança dos papéis sexuais no aspecto

econômico, já que é a mulher que assume a responsabilidade, socialmente atribuída ao homem, de manter o sustento da casa.

Contudo, observa-se que, mesmo nessas situações, a autoridade masculina, principalmente a do pai, é mantida. Essa renda gerada pelo trabalho da mulher se, por um lado, parece pequena ou insignificante, com um caráter mais complementar, por outro oferece uma segurança ao orçamento doméstico, principalmente em momentos de crise financeira.

Os rendimentos obtidos com a venda de seus produtos são destinados, *principalmente*, para a aquisição de vestuário, alimentação, materiais de construção e mobiliário para as casas. São investidos também em cuidados com a saúde dos filhos. Inclusive, uma delas, durante anos, depositou dinheiro em uma poupança para ter condições de pagar um aparelho ortodôntico para o seu filho. As solteiras direcionam mais seus rendimentos para custear seus estudos, seja em passagens de ônibus ou em mensalidades de cursinhos.

De modo geral, são as próprias mulheres que decidem o que vão fazer com a renda gerada pelo seu trabalho. No caso das adolescentes, observa-se que as mães as ajudam nessa decisão e indicam quando essa renda precisa ser aplicada nas despesas domésticas ou em medicamentos para os familiares. Não foi percebido um controle explícito do homem sobre a renda da mulher.

5.1.5 Articulação

A Associação mantém várias parcerias, entre elas destaca-se a Fundação Banco do Brasil, a Rede Mulher de Educação e a Rede de Economia Solidária. Essas propostas foram trazidas pelos assessores da Mãos Mineiras e percebe-se que algumas associadas ainda não têm muita clareza quanto ao significado dessas parcerias.

Pode-se dizer que aqui se encontra um dos limites da autonomia do grupo, que foi motivado pela intenção dos agentes externos em alavancar o

desenvolvimento desse trabalho. A abordagem da educação participativa prevê que o papel do agente externo é o de acompanhar o processo de análise das situações e decisões a serem tomadas sem, contudo, intervir diretamente nesse processo do grupo.

A parceria com a Fundação Banco do Brasil, realizada logo no início do trabalho, garantiu a aquisição de equipamentos para a montagem de uma cozinha-escola.

A partir de 1995, a Associação tomou-se um ponto focal da Rede Mulher de Educação, uma organização não-governamental, que desenvolve um trabalho de educação popular enfatizando a questão de gênero. Essa parceria tem proporcionado alguns cursos de capacitação para as associadas, assim como o financiamento para a elaboração de um estudo diagnóstico e alguns equipamentos, além de inserir a Associação em programações nacionais e internacionais.

Em relação à articulação com outras entidades e associações, há um desempenho significativo da Mãos Mineiras, seja por meio de cursos orientados pelas próprias associadas, apoio à comercialização de produtos de outros grupos ou recebimento de visitas. Inclusive, as associadas já ofereceram cursos de Alimentação Alternativa para as Secretarias de Saúde das Prefeituras de Lima Duarte e de Santa Bárbara, em programas voltados para a nutrição infantil.

A Mãos Mineiras também tem colaborado na comercialização de produtos de outras associações ou trabalhos comunitários, tais como: a Oficina de Marcenaria do Batatal e o grupo Limaduartes, ambos do próprio município; a Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência Flor Amarela do município São Vicente de Minas; a Associação Broto Brasilis, no município de Aiuruoca e com o Projeto Pão e Arte, da comunidade indígena de Tocantins. Durante um determinado tempo, foi desenvolvido um curso de cestaria de jornal para os

detentos da penitenciária local que, nesse período, também comercializaram seus produtos por meio da Mãos Mineiras.

Diversos grupos que se interessam em conhecer a experiência da Mãos Mineiras a visitam. De alguma forma, a Associação tem incentivado a formação de outros trabalhos associativos e comunitários. No entanto, suas associadas ainda não costumam realizar visitas a outras associações, o que de certa forma torna essa troca um tanto unilateral. Algumas demonstram interesse em visitar outras associações.

“Sempre outras que vêm visitar a gente, mas eu nunca fui em outra não... tenho vontade de ir” (Lígia, 28 anos).

Apesar de considerarem essa troca de conhecimentos importante, pois é uma forma de divulgar e fortalecer o trabalho associativo desenvolvido, uma delas faz uma crítica em relação à postura de algumas associadas que demonstram certo desinteresse em ensinar a fazer os complementos alimentares a outros grupos e pessoas. Segundo ela, existe um certo receio de que esses repasses ameacem a originalidade dos produtos da Mãos Mineiras, possibilitando que os outros imitem seus artefatos e tornem-se concorrentes. Mesmo com algumas resistências às ações mais coletivas, essas articulações reforçam o trabalho desenvolvido e, ao mesmo tempo, a solidariedade existente entre os seus membros possibilita uma multiplicação da experiência acumulada.

“Quer dizer, assim, que nós somos um grupo que pode passar o que a gente tem de bom, né? Pode ensinar. Isso é bom, né?” (Denise, 27 anos).

Segundo Oakley (1980, apud Alencar, 1997) a abordagem da educação participativa envolve um processo com cinco dimensões: faculdade crítica, participação, organização, solidariedade e articulação, e possui um caráter cumulativo. Dessa forma, a capacidade crítica, entendida como a faculdade de

identificar problemas e suas causas, propor cursos de ações para solucioná-los e avaliar as ações executadas, desenvolve-se e aprimora-se com a prática, por meio da reflexão/ação. Do mesmo modo, os subprocessos participação, organização, solidariedade³⁴ e articulação³⁵ não ocorrem em um período de tempo determinado, mas desenvolvem-se com as experiências que o grupo adquire ao longo do tempo.

5.1.6 Educação

Além da produção, a Associação possui uma proposta de educação que envolve a promoção de cursos de artesanato e de complementos alimentares destinados às próprias associadas, à comunidade em geral ou a outras entidades e associações, como já foi mencionado. Entre os cursos de artesanato que já foram oferecidos destacam-se os de cartão de papel reciclado, bolsa de retalhos, boneca de palha, objetos de bambu, cestaria de jornal e colar de papel e sementes.

No início da Mãos Mineiras, esses cursos eram ministrados por agentes externos e, atualmente, vários deles são desenvolvidos pelas próprias associadas, o que assinala uma mudança de postura de alunas (“pacientes”) para instrutoras (agentes). Sen (2000) enfatiza que a mulher é um agente potencial de desenvolvimento. O papel de uma pessoa como “agente” é fundamentalmente distinto do papel dessa mesma pessoa como “paciente”. Em vez de receptoras passivas de auxílio para melhorar o seu bem-estar, as mulheres são vistas cada

³⁴ Solidariedade refere-se à predisposição para a cooperação entre os membros do grupo, no sentido de desenvolverem ações que visam à solução de problemas comuns (Oakley, 1980, apud Alencar, 1997).

³⁵ A articulação visa o aumento do poder de contraposição dos grupos, elevando o poder de negociação no mercado e o poder de influenciar os centros de decisões (Oakley, 1980, apud Alencar, 1997).

vez mais como promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens.

Tais cursos têm como objetivo capacitar as próprias associadas e outras pessoas que têm interesse em se dedicar a esse tipo de atividade. Além disso, eles são uma estratégia de resgate cultural do artesanato e de envolvimento da população local no trabalho associativo. Mas, nem sempre os cursos conseguem motivar as próprias associadas e outras pessoas.

Além disso, eventualmente, eles não alcançam o resultado esperado, ou seja, os participantes não desenvolvem essa atividade profissionalmente. Os problemas identificados que dificultam essa proposta de educação estão relacionados à divulgação, à falta de continuidade e de acompanhamento desses cursos, isto é, de um planejamento mais eficiente.

“Tipo a boneca de palha. Eu já dei três ou quatro cursos. Até hoje só eu faço boneca de palha no grupo. Agora eu não sei se eu que não sei ensinar, ou se elas que não aprendem... Mas, de repente, a pessoa dá pra uma coisa e não da pra outra (...). Acho que a equipe de curso está desorganizada (...) na outra equipe de curso (...) teve curso de bambu, cartão, de papel reciclado. Não deu resultado assim, o pessoal não aprendeu, mas acho que foi porque o tempo foi curto (...)” (Claudia, 39 anos).

Elas consideram muito importante para o trabalho da Mãos Mineiras o apoio à produção, à comercialização e ao trabalho educativo desenvolvido. Mas, admitem que a parte de cursos nesse último ano ficou prejudicada por terem se dedicado mais à produção e comercialização, por causa da necessidade de arrecadar recursos para a construção do entreposto. Outro motivo que levou a uma diminuição na oferta de cursos abertos para a comunidade foi o fato de ter sido priorizada a formação para as associadas. Os cursos realizados, de “Liderança e Gênero” e de “Administração”, fizeram parte de um Projeto intitulado *Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra*, em parceria com a Rede Mulher de Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No curso de “Liderança e Gênero”, todas estiveram presentes. Algumas consideram que aprenderam muito sobre a igualdade de direitos que deve haver entre o homem e a mulher, mas enfatizam que foi uma oportunidade de confirmar a concepção que já tinham.

“Aprendi, eu assim já sabia, já sabia não, já tinha assim, na minha cabeça que a mulher tem os mesmos direitos que os homens, mas lá reforcei mais ainda...” (Denise, 27 anos).

Pela avaliação que fazem desse curso, percebe-se que elas têm consciência da situação de subordinação feminina e da desigualdade de direitos que ainda prevalece entre o homem e a mulher na sociedade. Há uma certa indignação presente nas suas falas que as mobiliza a defender a equidade das relações de gênero. Verifica-se que não existe uma submissão passiva ao poder masculino. A luta da mulher pela condição de igualdade social não é totalmente explícita e nem sempre parte para o embate e o confronto diretos, mas por outras estratégias mais sutis de enfrentamento.

Algumas levantam a necessidade de se trabalhar a questão de gênero envolvendo não só as mulheres, mas também os homens e de dar continuidade a essa discussão no grupo e na família. Além disso, uma delas apresenta uma visão bastante crítica e ressalta que algumas associadas ainda não reconhecem o valor dos cursos de formação.

“(...) Acho que tinha que clarear a cabeça mais era dos homens mesmo, que não tava... Tem muito homem machista (...). Ia mostrar para eles que não é o que eles pensam, que a gente não tem voz e não tem vez” (Lígia, 28 anos).

“Tem gente que acha que (os cursos) foi ruim assim porque teve que sair perdeu tempo... Outros porque, ah, eu não trabalhei, não ganhei nada. Trabalhar com grupo de pessoas é coisa muito difícil, mas muito difícil mesmo (...)” (Cecília, 41 anos).

Dessa forma, observa-se que a própria prática associativa e a reflexão das ações vão oportunizando um processo de aprendizagem, que indica novas necessidades e aponta novos rumos para o desenvolvimento do trabalho.

5.1.7 Assessoria

Não existe uma definição clara a respeito da assessoria na Associação. Quer dizer, existem pessoas que “simpatizam” com a Mãos Mineiras e exercem essa função, mas sem uma discussão mais aprofundada do significado desse trabalho. Dessa forma, o papel do assessor é identificado como ajuda, apoio e trabalho voluntário e não como um serviço profissional. As associadas destacam nomes de várias pessoas que “ajudam” a Mãos Mineiras e não há muito consenso a respeito de quem assessora e de quem apoia. Também consideram que, às vezes, a pessoa que colabora com o grupo não está próxima fisicamente, mas sempre se preocupa em passar alguma dica e contato para o grupo.

Algumas pensam que o principal objetivo da assessoria é repassar conhecimentos e informações, divulgar o grupo e contribuir para o seu desenvolvimento, principalmente na parte administrativa da Associação. Apontam que o crescimento do grupo se deve, em parte, a esse trabalho voluntário de agentes externos, que tem proporcionado uma visão crítica dos problemas enfrentados, favorecendo a sua resolução.

“São pessoas voluntárias que chegam aqui trazendo essas coisas boas pra gente, né? Se não fosse essas pessoas, esse grupo não tinha chegado no ponto que chegou. Essas pessoas voluntárias, né, que não vê o seu trabalho através de troca, de receber em troca dinheiro né, entrega e doa aquele seu trabalho com amor para essas associadas aqui (...). (Essas pessoas ajudam) passando pra gente o que a gente não recebeu. Você tem seus conhecimentos... você vê os pontos fracos que tem ali, você logo acha... e a gente que tá ali dentro não acha, né?” (D. Clara, 65 anos).

Outra questão levantada é que o assessor, muitas vezes, tem uma expectativa que não corresponde ao processo de desenvolvimento do grupo, o que leva à cobrança por resultados a curto prazo.

“(...) A gente precisa disso, de uma coisa pra se apoiar e a assessoria de pessoas que gostam do que fazem e que fazem sem reclamar, porque se for pra fazer e ficar cobrando, eu acho melhor, nem fazer, né? Aqueles que fazem mesmo de coração, de livre espontânea vontade, eu acho ótimo e é bem-vindo. Agora, pra você fazer aqui agora e puxar ali na frente (...), aí eu já não acho legal” (Claudia, 39 anos).

Os agentes externos, mesmo procurando seguir uma abordagem mais participativa, algumas vezes, acabam reproduzindo atitudes de uma abordagem tutorial, favorecendo laços de dependência. Até bem pouco tempo, alguns desses agentes eram considerados “donos” da Associação, que davam orientações sobre o que deveria e o que não deveria ser feito. É claro que isso, de certa forma, era fomentado por algumas associadas que se mantinham em uma postura de passividade, não se envolvendo de modo mais efetivo com esse programa de desenvolvimento.

5.1.8 Participação

A Mãos Mineiras caracteriza-se por ser uma associação constituída quase totalmente por mulheres. Atualmente, há 27 mulheres e apenas três homens associados, sendo que dois deles não costumam participar das reuniões administrativas. Elas consideram que há uma maior participação feminina na Associação em virtude de a iniciativa desse trabalho ter partido das mulheres, do artesanato ser considerado uma atividade tipicamente feminina e por preconceito dos homens de participar da associação por ser vista culturalmente como “coisa de mulher”.

“As mulheres são mais interessadas do que os homens em fazer artesanato. É muito difícil os homens se interessarem por essas coisas (...)” (Andrea, 17 anos).

“É o tal negócio, é o machismo: eu não vou participar das Mãos Mineiras, porque as Mãos Mineiras é coisa de mulheres” (Lígia, 28 anos).

Essa participação majoritariamente feminina da Associação é vista como um fator de êxito desse empreendimento e de forma positiva por muitas, inclusive como um meio de se evitar conflitos de gênero.

“Não sei, (...) mulher é mais tranqüila, pensa mais, faz as coisas mais pensadas, não é muito impulsiva. De repente, por ser um grupo só de mulheres, talvez é por isso que tá dando certo. Se tivesse vários homens, de repente, tinha assim aquele conflito de idéias. O homem quer desse jeito, a mulher quer daquele jeito, pode ser por aí também. Mas não é que a gente não queira homem, lógico que pode ter os dois (...). Sempre foi aberto, né? Não pintaram não sei..., também nunca pensei que poderia ter mais” (Claudia, 39 anos).

Algumas contradições são observadas nas suas falas, pois, em alguns momentos, reforçam a idéia de que a Mãos Mineiras é “um grupo só de mulheres”, ocultando a presença masculina e, em outros, afirmam ser um grupo que “sempre foi aberto”. Apesar de ressaltarem que elas sempre estiveram dispostas a receber qualquer pessoa, seja mulher ou homem, e de a associação possuir três associados, a inclusão masculina mais efetiva ainda não é uma preocupação das associadas. Contudo, valorizam a participação masculina “indireta”, quer dizer, em funções que estejam mais ligadas ao “apoio” do trabalho, tais como: administração, transporte, aquisição de materiais, comercialização de produtos, etc. Dessa forma, acabam reforçando a participação do homem nas funções reconhecidas socialmente como masculinas.

“No começo, só tinha mulheres (...). Tem uns (homens) que ajudam por fora (...) que dá aquele apoio moral na hora que precisa” (Claudia, 39 anos).

Apenas uma defende claramente que deve haver uma maior participação masculina e que essa inclusão poderia favorecer o desenvolvimento da Mãos Mineiras e o rompimento do preconceito existente em relação à própria associação e ao artesanato. As demais afirmam que a Mãos Mineiras deve continuar priorizando a participação feminina, a fim de garantir oportunidades específicas para as mulheres. Ainda há algumas que não têm uma opinião formada sobre esse assunto.

“Acho que tinha que ter homens também juntos, porque o trabalho ficava melhor e eles também não ficava de fora dizendo: ah, não... isso é coisa de mulher, a gente não pode participar... Acho que as duas cabeças pensando juntas seria melhor, né? Acho que era um valor que ia ter maior também para o trabalho aqui (...), às vezes quem sabe se incentivava mais o pessoal” (Lígia, 28 anos).

“Por um lado é bom, né? Pra mulher ter mais a sua vez, o homem tem mais opção (...). Acho que (o homem) deve (participar), mas acho que o melhor mesmo é só mulher” (Renata, 16 anos).

A presença de familiares homens no espaço da Associação é praticamente inexistente, até mesmo em momentos de confraternização. Além disso, ainda não há iniciativas que visem a integrar a família de forma mais direta no trabalho da Mãos Mineiras.

A majoritária participação feminina na Associação demonstra a necessidade de se manter um espaço que possa criar oportunidades socioeconômicas direcionadas especificamente para as mulheres. Além disso, parece que existe um certo receio de que a maior participação masculina na associação possa gerar conflitos. Isso, provavelmente, iria interferir na relação de poder existente, ou seja, no controle do trabalho, no espaço e na certa independência que as próprias mulheres conseguiram conquistar.

O fato de não haver um número maior de associados, tanto homens quanto mulheres, deve-se, principalmente, às características do trabalho

associativo e autônomo. Os aspectos levantados em relação a essa questão referem-se à pouca organização social na comunidade, à falta de interesse de participar de uma associação e à dificuldade de se obter um retorno financeiro a curto prazo. Acrescentam-se aqui os critérios de participação exigidos, que incluem a presença em reuniões mensais e cursos, e a destinação de uma porcentagem dos produtos vendidos para o fundo comum da Associação.

Segundo as associadas, a própria atividade produtiva desenvolvida pela Mãos Mineiras não estimula as pessoas a participarem. O artesanato é visto como um trabalho que exige muita dedicação e não oferece muita segurança financeira, além de não ser uma profissão valorizada. Isso também está relacionado com a falta de interesse masculino nessa atividade e evidencia percepções diferenciadas do homem e da mulher em relação ao valor e à remuneração do trabalho.

“Falta de convite não é, que a gente vive convidando pessoas. Antes de inaugurar aqui, a gente foi de casa em casa (...), me passaram uma lista (de quem fazia artesanato)... pra perguntar se eles queriam participar e tal(...). Não sei se é porque a pessoa não gosta de participar de associações ou talvez por não entender direito o que é. Mas, quando a gente convida a gente explica. Falta de convite não é não, acho que é falta de interesse mesmo do pessoal (...). Talvez porque aqui na região não tem muito artesão, né? (...) Antigamente, não sei agora, o pessoal via profissão de artesão, era de vagabundo, né? Pessoa que não tinha muito compromisso, hippie, né? Era uma profissão que não era muito bem vista. Acho que na cabeça de alguns ainda tem isso. É uma coisa meio incerta, a gente produz hoje e não sabe se vai vender...” (Claudia, 39 anos).

“(...) Essas coisinhas de artesanato tem que tá sempre meio preso o dia-a-dia (...). Toda hora você tem que tá mexendo em alguma coisa sobre isso. E homem não, se eles pega às 7, larga às 4h, não quer lembrar mais nem que existe aquele serviço, em geral é assim. Meus filho eles trabalha ainda um pouco nesse negócio de Mãos Mineiras, mas fica mandando no meu nome (...). Mas é porque não quer essa cativação, por exemplo, hoje tem uma coisa, como essa entrevista, eles não ia querer descer aqui” (Cecília, 41 anos).

Algumas consideram que falta uma efetiva vontade de alguns membros de que a Associação cresça. Ademais, a inclusão ocorre sempre por um convite de alguma associada, o que evidencia a importância do aspecto relacional para a participação.

“ (...) A maioria ali no grupo não quer que o grupo aumente, que cresça, não (...). Poucos são os que acham que o grupo deve aumentar. Não... nós dá conta, tudo nós dá conta..., Assim que elas fala, mas não sei o que elas pensa que 4, 5 pessoas vai ficar ali vai ser um grupo?” (Cecília, 41 anos).

Outras alegam que não há muita inclinação das adolescentes para participar da Associação, pois elas, na maioria das vezes, não sabem fazer artesanato e não têm paciência e persistência para aprender. Também percebem uma contradição existente no fato de mais pessoas não se aproximarem da Associação, já que reclamam tanto da falta de opção de trabalho. Desse modo, afirmam que a Mãos Mineiras não é tão valorizada pela própria comunidade por ser uma iniciativa de pessoas do local.

“Tinha um ditado que diz que santo de casa não faz milagre. Se fosse uma coisa de pessoas de fora, o pessoal tava todo mundo lá, mas como é uma coisa de pessoas do lugar, o pessoal nem presta atenção” (Lígia, 28 anos).

A participação na Mãos Mineiras está muito relacionada à dinâmica estabelecida nas relações de gênero. Ainda prevalece uma concepção de que determinados trabalhos são femininos e outros masculinos, tanto por parte das associadas, quanto por parte da população local. Essa relação está vinculada ao tipo de trabalho e à forma pela qual ele é exercido. Assim, o trabalho artesanal e autônomo é visto como uma atividade feminina. Como a geração de renda da mulher tem uma característica de complementação da renda doméstica, pois é o homem “o responsável pelo sustento da casa”, isso permite às mulheres dedicarem-se a uma atividade que não vise resultados a curto prazo. Essa

naturalização da divisão sexual do trabalho não impede, mas também não favorece, a inclusão dos homens na Associação.

5.1.9 Conquistas

As principais conquistas da Mãos Mineiras são o lugar próprio para sediar a Associação e comercializar seus produtos (o entreposto) e a exportação destes para a Itália, afirmam as associadas. A valorização do trabalho feminino, do local onde moram e a repercussão do trabalho da Associação também foram mencionados. Essa divulgação tem alcançado, inclusive, outros estados, por meio de programas de televisão realizados com as mulheres.

“Você já imaginou o Manejo, assim um lugarzinho tão pequenininho, tão longe, exportar lá pra Itália? É uma conquista, né? (...) O grupo todo, acho, deve ter se sentido que tava lá na Itália de felicidade” (Lígia, 28 anos).

O trabalho educativo é visto como outra conquista que tem contribuído para melhorar a qualidade das relações sociais entre as próprias associadas. Algumas delas apontam que uma conquista muito importante da Mãos Mineiras é a maior independência da mulher. Observam que as famílias já não controlam tanto as filhas, permitindo que elas possam participar de cursos e programações realizados em outros locais. Destacam a melhoria da auto-estima, a liberdade, a autoconfiança e a obtenção de poder das mulheres que esse trabalho tem proporcionado. Inclusive, as próprias mulheres têm conseguido expressar-se mais e já conseguem superar a dificuldade que tinham de falar.

“(...) Muitas mulheres do grupo se tornaram mais independentes, eu acho que é uma conquista, né? Porque foi através do grupo também, a pessoa passa a se gostar mais, por saber que ela mesma pode se manter.(...) Porque você não depende de tá agarrado a uma pessoa, sugando aquela pessoa pra poder te dar o dinheiro, te dá o seu sustento, ter liberdade pra comprar o que você quiser, ir e vir, viajar, poder ter suas coisas de acordo tudo no limite, né? Também nada exagerado, mas acho que é uma forma de

ter liberdade e assim da pessoa passar mesmo, a gostar mesmo dela mesma, saber que você é capaz, que você pode fazer” (Claudia, 39 anos).

De modo geral, elas consideram como as principais conquistas, os resultados mais concretos do seu trabalho, como a construção do entreposto e a exportação de seus produtos. O desenvolvimento de aspectos mais subjetivos que essa experiência tem proporcionado, mesmo que verbalizado diretamente como conquista apenas por algumas, é identificado pelas demais em outros momentos, ainda que estejam relacionados a outros processos como a maturidade, mudanças na vida, etc. Em alguns casos, as transformações pelas quais estão passando não são identificadas por elas com nenhuma experiência específica, nem mesmo com a participação na Mãos Mineiras. Porém, todas elas observam que a Mãos Mineiras tem trazido várias contribuições, não se limitando apenas aos aspectos materiais.

5.1.10 Problemas

Quanto aos problemas que a Associação tem enfrentado, a maior parte das associadas considera que estão ligados à comercialização, ou seja, aos representantes comerciais, à abertura de novos mercados, à falta de estoque de produtos para atender pedidos a curto prazo e à forma de pagamento. Uma questão também bastante apontada é a falta de recursos financeiros, pois, com a construção do entreposto, foram necessários vários investimentos.

“Ele (o representante comercial) quer que liga e as coisas chega lá correndo, e o grupo não funciona assim (...). Eu, quando quero uma mercadoria, tenho que ficar pedindo (...). Tem que correr atrás, não tem aquela produção direta. Se as pessoas trouxesse seus produtos e deixasse aqui não ia ter esse problema, né? (...) É falta de organizar direito (...), porque não tá funcionando direito” (Claudia, 39 anos).

Além das dificuldades encontradas na produção e comercialização, um outro problema destacado diz respeito à organização social do grupo. Este se encontra em uma fase bastante significativa de desenvolvimento da Associação, quer dizer, no início de implementação do projeto de sua sede, o que tem requerido um maior esforço das mulheres para a resolução das dificuldades encontradas. Muitas ressaltam que tem havido pouca participação e união do grupo no trabalho do entreposto. Isso tem contribuído para reforçar a liderança dos membros que trabalham lá, o que tem gerado alguns conflitos, visto que outras associadas defendem que deveria haver um rodízio nesse serviço, a fim de possibilitar uma maior participação de todo o grupo nas atividades de atendimento ao público e vendas.

“O grupo já é muito é unido, mas podia ser mais unido ainda do que é”
(Andrea, 17 anos).

“(...) É poucas que se sentem donas disso aí (do entreposto), que têm que lutar por isso (...). Tem uma turminha que tá querendo dominar a área (...), inclusive eu sou uma delas que tô aceitando (...). Vai chegar uma hora que vão sentir necessidade, que não é por aí. (...) São poucas as pessoas do grupo que vê aquela lanchonete como dona delas” (Cecília, 41 anos).

Foi mencionado também que algumas produtoras ainda não incorporaram a alimentação alternativa regularmente na sua vida diária e que não têm uma preocupação em repassar os benefícios que os produtos, como os complementos alimentares, proporcionam à melhoria da saúde. De certo modo, esses argumentos trazem uma crítica ao trabalho exercido puramente com fins econômicos e materiais.

Outro problema apontado é a existência de uma certa discriminação social, principalmente para com as associadas mais atuantes e em relação à associação de forma geral.

“(...) A gente consegue se virar com o dinheiro da gente. A gente não tem apoio de prefeitura, tem apoio de outras entidades fora daqui, né? (...) Acho que isso causa muita inveja a outras pessoas que não conseguem sair daquilo, fica parado, não constrói nada... (...). Eu acho que já passei, assim por homem e mulher, tudo assim que fica mesmo falando da Associação em geral, das mulheres em geral (...). A maioria das pessoas nunca saiu daqui. Ai eu saio pra lá, saio pra cá. Não é só eu, as mulheres das Mãos Mineiras hoje em dia têm mais de uma que já sai assim. Mas isso, acho que causa uma revolta, sei lá, uma inveja mesmo dos homens e das mulheres” (Claudia, 39 anos).

Mencionam ainda que o grupo precisa valorizar mais o trabalho realizado pelos assessores. Enfatizam, ademais, que as pessoas que têm participado de cursos e encontros precisam repassar mais os conhecimentos adquiridos. Inclusive, consideram que o grupo, de forma geral, deve procurar colocá-los mais em prática.

“Valorizar mais essas pessoas que estão nos ajudando e também esses encontros que a gente vai (...). Não é só ir lá no encontro (...) e não passar aquilo pra frente, não viver aquilo (...). Acho importante é isso, trabalhar aquilo que você aprendeu, trabalhar nas Mãos Mineiras, no grupo” (D. Clara, 65 anos).

Muitos desses problemas ou pontos fracos destacados não são levantados e discutidos nas reuniões pelas associadas. Apesar de conseguirem diagnosticá-los, ainda existe um certo receio de exporem suas próprias idéias e sugestões do que deveria e poderia ser melhorado na Mãos Mineiras. Tal dificuldade de expressarem-se também foi apresentada no tema sobre a gestão da Associação.

5.1.11 Sustentabilidade

As associadas consideram que um dos maiores desafios a ser enfrentado pela Associação é justamente sustentar o trabalho. Quer dizer, trata-se de conseguir superar essa fase inicial de implantação do empreendimento, manter as

melhorias que já foram obtidas, principalmente quanto à qualidade dos produtos e finalizar o projeto da Associação que inclui um espaço coletivo para a produção e uma creche comunitária.

“Hoje eu acho que o objetivo é conseguir manter isso aqui, né? O meu objetivo é esse, tentar conseguir manter isso aqui, melhorar isso aqui para poder continuar, né? Porque, também, se a gente chega aqui e pára, aí não teve um grande progresso, né?” (Claudia, 39 anos).

Apesar dos problemas enfrentados, há uma visão otimista do desenvolvimento da Associação e isso se deve à história de conquistas já realizadas. A forma administrativa da associação, que prevê um fundo comum composto por 20% da venda de cada produto, tem permitido investir em benfeitorias, equipamentos, etc., o que favorece a auto-sustentação desse trabalho. Além disso, fortalece o sentido construtivo dessa proposta.

“Se a gente conseguiu tudo até agora, né? Pra frente consegue. Primeiro (a gente) não tinha lugar nenhum. Com os 20% do fundo comum conseguimos construir uma casinha lá (...), pra gente reunir, conversar. Ai depois, a gente conseguiu reformar ali, que era a sede da associação de moradores (...), agora conseguiu isso aqui (o entreposto)” (Denise, 27 anos).

Contudo, algumas reforçam a necessidade de maior participação na divisão de tarefas e de motivação do grupo para que a sustentabilidade da Associação seja alcançada. No entendimento delas, esse fator está muito relacionado à autogestão. Para isso, é necessário superar a concepção já mencionada de que alguns assessores mais atuantes são “os donos” da Mãos Mineiras e as próprias produtoras reconhecerem-se como os principais sujeitos sociais desse programa de desenvolvimento.

“(...) Nós somos um grupo e todo mundo fazendo sua parte a gente consegue (...). Você sozinho fica desanimado. Agora, você tendo um grupo, várias pessoas, um vai incentivando o outro, um vai ajudando o outro” (Andrea, 17 anos).

“Precisa melhorar a participação, acreditar que é uma coisa nossa, é de todas nós. Tem gente aí que ainda fala assim: aquilo lá o chefe é (...). Só que nós não podemos pensar que é (...) que têm que continuar sendo o dono, que eles nunca consideraram que é o dono, o pessoal que considera que era” (Cecília, 41 anos).

Dessa forma, observa-se que o grupo está mudando de liderança e iniciando um processo de maior autonomia das produtoras em relação aos seus assessores. Porém, elas afirmam que não têm condição de manter o trabalho da Mãos Mineiras sem o apoio de agentes externos e que ainda são poucas as associadas que exercem uma participação mais ativa no grupo. Assim, o desenvolvimento da Mãos Mineiras está ligado tanto à autonomia das associadas, à capacitação e à experiência que seus membros estão adquirindo ao longo dos anos, quanto ao apoio desses agentes e demais pessoas da comunidade.

“A gente, agora, tem outras ajudas. Naquela época (saída da fundadora) eu achei que a gente não conseguia ir sozinho. Agora, se (...) sair, a gente sabe que pode continuar, né? A gente acredita que consegue! Não é sozinho, não! A gente nunca tá sozinho, tem muitas pessoas que gostam da Mãos Mineiras, que ajudam pra caramba (...), sem ganhar nada. (...) Todos nós fizemos curso pra isso, né? E o dia-a-dia, nem só curso também, porque a escola não ensina muito, né? É o dia-a-dia é que vai. Tem muitas pessoas que acho que ainda não conseguem, mas tem pessoas que conseguem de repente arrastar os outros, né? Que ainda tá mais pra trás e colocar no mesmo nível...” (Claudia, 39 anos).

As mais atuantes e antigas reconhecem claramente que a sustentabilidade da Associação está vinculada ao processo de autogestão das produtoras. Mas, parece ainda não estar claro para o grupo que para isso é necessária a presença de novas lideranças entre as produtoras e que conflitos e discussões fazem parte desse processo.

5.1.12 Representação material e simbólica

Para algumas mulheres, a geração de renda proporcionada pelo trabalho vinculado a Mãos Mineiras está intimamente ligada à conquista de sua autonomia financeira, enquanto que, para outras, essa renda apenas garante e legitima a sua participação como produtora. Fazer parte da Associação é um meio de ampliar a participação social dessas mulheres, ou seja, não representa apenas uma forma de ter um trabalho remunerado, pois, mesmo aquelas que têm uma produção muito pequena, fazem questão de pertencer à Mãos Mineiras.

“Eu entrei, vi que era importante trabalhar em grupo, aprender as coisas com outras pessoas, aí fiquei. Aprender é muito importante (...). No caso... você vê que a minha renda nas Mãos Mineiras não é alta, ela é pouquíssima. Acho que o meu problema é mais aprender alguma coisa, conhecer pessoas novas (...).” (Lígia, 28 anos).

Se, materialmente, a Associação Mãos Mineiras representa uma estratégia de geração de renda, simbolicamente representa uma estratégia de socialização. Tal representação, muito presente em algumas associadas, favorece uma nova forma de aprendizagem em grupo, a ampliação do relacionamento pessoal e o acesso a novos espaços públicos. Portanto, o processo emancipatório vivido por essas mulheres não se restringe apenas ao aspecto econômico, mas inclui também o crescimento pessoal e o exercício da cidadania.

Desse modo, a Associação também é considerada como um espaço de aprendizagem social, tanto de aquisição de conhecimentos, quanto de desenvolvimento de novas habilidades. O processo de socialização favorecido pela Mãos Mineiras não se restringe ao grupo das associadas e suas famílias, ou seja, se estende à comunidade. Essa socialização permite trocas de experiências e de conhecimentos que, por sua vez, possibilitam o desenvolvimento do trabalho realizado.

“Aprendi muita coisa, melhorei em conta, aprendi a conviver mais com as pessoas(...), a sair mais daqui da serra porque eu saía pouco(...). Inclusive, o pessoal aí do Manejo, a gente não lidava quase umas com as outras, pouco conversava. Tinha muitas ali que nem conhecia. Aí, quer dizer, você passa a ter mais conhecimento com a própria comunidade” (Cecília, 41 anos).

“A gente não só trabalha visando o retorno daquilo que a gente vai ter (...). Trabalhar não é a troca de dinheiro, trabalhar é para unir as famílias, é... essa troca de “perfeição” que tem, né? Porque, às vezes, você olha o meu trabalho e diz é perfeito (...). Já olha o seu, o seu tem esse defeitinho aqui. Então uma ensinando, aprendendo com a outra. Eu aprendi muito com muitas pessoas das Mãos Mineiras e procurei ensinar também. Tudo o que eu sei gosto de ensinar” (D. Clara, 65 anos).

Algumas, principalmente as mais antigas, têm um amor muito grande pela Associação e chegam a afirmar que não estão ali apenas por uma necessidade econômica, mas por vontade de contribuir para o desenvolvimento da Mãos Mineiras. A Associação é considerada como uma família e há um elo afetivo entre algumas delas e entre elas e a Mãos Mineiras. A afetividade existente favorece a sustentabilidade do próprio programa de desenvolvimento.

“(O que motiva continuar participando) uma parte é o amor mesmo pra mim. Agora, a Mãos Mineiras faz parte da minha vida (...). O trabalho é uma coisa que faz parte (...) tendo dinheiro ou não tendo (...). Não tenho um salário fixo aqui (...), mas, pra mim, não interessa a quantidade. Eu espero que um dia o salário vai melhorar, né? Mas, pra mim, o importante é tá aqui, poder fazer alguma coisa, contribuir pra que Mãos Mineiras continue, melhore” (Claudia, 39 anos).

“Tenho as Mãos Mineiras como a minha família, que eu respeito todas as pessoas e trato com muito carinho (...). Cuido dela, como cuido da minha família (...). A minha fé, o meu amor que eu tenho para o grupo é que ele seja firme, sabe? Mesmo que amanhã eu não exista” (D. Clara, 65 anos).

Existe uma certa cumplicidade entre as associadas devido às mudanças individuais e coletivas já conquistadas. Apesar de que, como já foi dito, as

relações de cooperação estão mais ligadas aos vínculos de parentesco, amizade e proximidade de moradia. De modo geral, prevalece o reconhecimento de que a Mãos Mineiras propiciou um maior dinamismo na vida dessas mulheres.

O processo de formação da consciência coletiva é construído socialmente e está vinculado à capacidade do próprio sujeito social reconhecer as suas potencialidades e experienciar o aprendizado em grupo. Vale ressaltar que o fato de a Associação ser simbolizada pelas mãos, segundo elas a coisa “mais preciosa” do corpo, reforça o sentimento de união do grupo e confere-lhe um sentido construtivo, de vontade de realizar e de transformar, coletivamente.

5.2 Gênero, espaço e sociedade

5.2.1 Condição de vida da mulher e do homem

As associadas apontam como o principal problema que dificulta a condição de vida da mulher no meio rural a repressão sexual, que cerceia as suas relações sociais.

*“Aqui é assim, se você conversa com uma pessoa, diz que já está namorando. É fofocada, muita fofoca, um fica tomando conta do outro”
(Luciana, 17 anos).*

*“(...)Homem, homem pode fazer tudo. Mulher não, tudo que mulher faz é errado (...). Por aqui (isso) ainda é bastante, mas já melhorou muito”
(Cecília, 41 anos).*

Algumas delas percebem que também reproduzem essa repressão, exercendo um controle sobre a vida diária uma das outras. As associadas são vistas, por elas mesmas e pela própria comunidade, como mulheres mais independentes e liberadas. Por esse motivo, tornam-se alvo de críticas de outras associadas quando reproduzem de forma explícita a dominação masculina.

Outra questão apontada é a falta de liberdade das mulheres para trabalhar fora do espaço doméstico. Ainda, para muitos maridos, o serviço da mulher se restringe ao trabalho doméstico, limitando o seu espaço à esfera privada.

“Alguns maridos não deixa (a mulher) sair pra trabalhar. Agora que melhorou, tá conformando mais...” (Renata, 16 anos).

“Hoje em dia mulher já sai sozinha, igual eu saio sozinha de cavalo. Antes não podia não. Mulher não saia sozinha” (Cecília, 41 anos).

A discriminação social relacionada à divisão sexual do trabalho é também destacada. A administração, por exemplo, é considerada uma atividade tipicamente masculina e as mulheres têm sua capacidade subestimada quando exercem essa função. Além disso, outros problemas levantados são o próprio preconceito em relação à mulher e a sobrecarga de trabalho feminino.

“A mulher, pela sociedade, até hoje, né? Ainda leva a vida muito mais apertada” (Cecília, 41 anos).

“Eu trabalho fora, cuido da casa e sou responsável por um trabalho na comunidade ainda... Eu durmo ali pelas 10, 10 e meia, tem dia que é 11h e acordo 5h e meia... No domingo eu durmo até mais tarde um pouquinho, mas é só também” (Lígia, 28 anos).

Os depoimentos sinalizam que a repressão sexual limita a inserção da mulher no espaço público e dificulta que ela exerça um dos direitos básicos de todo cidadão – a liberdade, tanto em relação ao trabalho, quanto à liberdade de ir e vir. No entanto, elas consideram que está havendo uma certa melhoria na condição de vida da mulher, especificamente das associadas. Como centro impulsionador dessas mudanças, o trabalho remunerado da mulher tem possibilitado uma certa flexibilização das relações de gênero, apesar de ainda prevalecer o domínio masculino na hierarquia sexual.

Os maiores problemas enfrentados pelos homens, segundo as associadas, são o desemprego e a falta de oportunidades para geração de renda. Algumas apontam a desmotivação e a falta de perspectiva de mudança com as atividades agropecuárias e o preconceito do homem de ser sustentado pela mulher.

“A vida é mais difícil para o homem porque a maioria está desempregado... e não quer ser sustentado pela mulher... Depois de não ter onde trabalhar, tem que aceitar” (Luciana, 17 anos).

O alcoolismo também é citado como um problema que atinge mais os homens. Inclusive, o Manejo é considerado como um local onde há um alto índice desse tipo de dependência. As mais jovens não observam tantos problemas específicos que atingem os homens.

5.2.2 Divisão sexual do trabalho

Praticamente em todas as famílias cabe à mulher os serviços da casa, que são divididos com as filhas. O trabalho feminino também inclui os cuidados com a educação dos filhos ou irmãos, com a horta e “ajuda” na roça e na criação de animais. O cuidado com o lixo³⁶ também é uma atividade feminina. Além do trabalho remunerado realizado, geralmente, no espaço doméstico, como já foi mencionado.

³⁶ Sobre o destino do lixo doméstico, a maioria das famílias pratica algum tipo de separação seletiva. Há o reaproveitamento de resíduos orgânicos para a alimentação de animais ou para adubar as hortas. As embalagens de vidro e plástico, geralmente, são reaproveitadas. No entanto, ainda são queimados alguns resíduos como o papel e o plástico. O serviço de coleta de lixo domiciliar, de forma não-seletiva, é realizado pela prefeitura nessa comunidade apenas há dois anos. Portanto, essa prática de selecionar os resíduos, mesmo não havendo coleta de lixo seletiva, indica a existência de uma certa sensibilização ambiental. Porém, é importante lembrar que o reaproveitamento de resíduos orgânicos e sólidos costuma ser bastante presente no meio rural.

Ao homem cabe o trabalho considerado “produtivo”, ou seja, remunerado e o trabalho na roça, visto como “pesado”, quando este é exercido pela família. Os familiares do sexo masculino (pais ou maridos, irmãos ou filhos) exercem ocupações remuneradas diversas, tais como: canoeiro, trabalhador rural, agricultor, pedreiro, servente de pedreiro, serviços gerais em uma indústria de alimentos. Em algumas famílias, os homens também desenvolvem atividades agrícolas para o autoconsumo familiar, como o plantio de feijão, milho e mandioca e a criação de animais. Alguns ainda “ajudam” na horta.

Se, por um lado, a horta é um espaço feminino no qual a presença do homem representa uma “ajuda”, por outro a roça é um espaço masculino, no qual a participação da mulher também é vista como “ajuda”.

As mães das associadas solteiras desenvolvem atividades remuneradas, como costureira, babá e artesã. Algumas, que atualmente estão desempregadas, já exerceram atividades como trabalhadora rural e empregada doméstica. Percebe-se entre as mulheres, de forma geral, uma substituição do trabalho rural por atividades consideradas “menos pesadas”, como o artesanato, a costura e o serviço doméstico.

A divisão sexual do trabalho nessas famílias, de certa forma, confirma a distribuição diferenciada entre os gêneros nas ocupações rurais não-agrícolas existentes no Brasil. Nessa distribuição observa-se que serviços domésticos, professores de primeiro grau e costureiras são profissões típicas de mulheres, enquanto que pedreiros, motoristas ou serventes de pedreiros são trabalhos masculinos. Na média geral nacional, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação feminina e masculina equilibrada (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

Apesar da participação cada vez mais presente da mulher, associada ou não-associada, no trabalho remunerado, ainda prevalece a concepção de que o

homem é o responsável pelo “sustento da casa”. Uma associada faz uma crítica a essa concepção que, segundo ela, isenta o homem de outras responsabilidades na família.

“Tem muito homem que acha que a coisa que precisa fazer dentro de casa é colocar o alimento ali. O resto é a mulher que se vira” (Luciana, 17 anos).

Gradualmente, está havendo uma eventual participação do homem no serviço doméstico, tanto do marido quanto dos filhos. Esse fato ocorre, principalmente, em períodos de excesso de trabalho ou viagens das mulheres. Algumas esposas relatam que, antes dos maridos se casarem, eles colaboravam muito menos nesses serviços. As filhas afirmam que ainda há muito preconceito em relação à participação do homem nas tarefas domésticas.

“Meu irmão lava banheiro uma vez por semana e às vezes lava vasilha; meu pai também, quando a gente está apertado de serviço, ele lava vasilha (...). O povo ainda tem esse preconceito de que em casa é só mulher que trabalha e não é, não é só mulher que fica dentro de casa. Homem também come e bebe, então ele tem que participar do mesmo jeito, né?” (Andrea, 17 anos).

Essa participação é subestimada por algumas mulheres, que dizem que os homens não sabem fazer “direito”, preferindo elas mesmas responsabilizarem-se pelos serviços de casa. Inclusive, em um caso foi observado um certo ocultamento da participação do homem nesses serviços. Fica explícita a dificuldade que elas encontram em redividir essas tarefas que lhe foram culturalmente atribuídas e permitir que o homem tenha chance de aprendê-las. Apesar de se sentirem sobrecarregadas e algumas delas afirmarem claramente que deve haver uma redivisão dos serviços domésticos, parece que elas próprias ainda convivem com o preconceito de que isso não é “coisa de homem”. Desse modo, acabam ora reforçando a divisão sexual tradicional, ora reivindicando uma redivisão do trabalho doméstico.

“(de vez em quando o pai) lava uma vasiinha, assim, mas é muito difícil (...). (Ele) é muito bagunça” (Mariana, 12 anos).

“Sempre é assim ele (o pai) vai fazer (o serviço de casa), a gente não deixa ele fazer, não leva jeito não. Homem não leva muito jeito pra cuidar de casa, não (...). Ele pega a vassoura fala que vai varrer ou vai lavar as louças e a gente não deixa, mas também ele sai de manhã e só chega de tarde” (Renata, 16 anos).

Apenas uma mulher relatou que o marido, durante um período que esteve desempregado, fazia o serviço doméstico de forma mais regular. Uma outra associada enfatizou a preocupação de ensinar aos filhos homens o trabalho doméstico, tendo em vista as dificuldades econômicas enfrentadas na sociedade.

“Eu procuro ensinar eles (os filhos), assim, dentro de casa a fazer as coisas, a fazer comida, lavar roupa, porque quanto mais vida... mais apertada você tiver, mais você depende de aprender a fazer as coisas. (...) Cê viver dependente dos outros em matéria de serviço, de comida, de roupa é muito chato, né? (Quanto mais a vida é apertada) mais você tem que viver independente, porque você não tem dinheiro para pagar ninguém para fazer nada pra você, você tem que fazer o seu trabalho próprio” (Cecília, 41 anos).

Esse depoimento aponta o fato de estar havendo uma intensificação do trabalho doméstico, conforme analisa Santos (2000), em razão da queda dos rendimentos reais das famílias, que as impedem de pagar pela prestação de alguns desses serviços. Isso pode ser um dos fatores que está forçando a uma redivisão dessas atividades e, conseqüentemente, a aprendizagem masculina.

Na produção das associadas casadas e solteiras para a Mãos Mineiras, existe uma participação eventual dos familiares. Geralmente, os homens (maridos, irmãos ou filhos) ajudam, principalmente nas tarefas consideradas mais “pesadas”, como socar a folha da mandioca e moer a casca de ovo. Alguns também plantam roças de mandioca para ceder as folhas para suas filhas ou esposas, ou se responsabilizam pela colheita destas em plantações de terceiros.

Outros auxiliam no empacotamento dos complementos alimentares. As filhas costumam colaborar no artesanato, a colher folhas de mandioca e a moer a casca de ovo.

Quanto às produtoras mais jovens, percebe-se uma participação mais efetiva das mães na sua produção, que pode ser considerada praticamente como uma parceria. No entanto, essas mães não são associadas, preferindo apenas dar uma “ajuda” para as filhas. Em alguns casos, como na produção de artesanato, há uma divisão do rendimento obtido pelas vendas entre a filha e a mãe. Em outros, como na produção de complementos alimentares, essa renda destina-se apenas para a filha.

Se, por um lado, existem indícios de uma flexibilização nas relações de gênero, por outro ainda não está havendo uma redefinição na divisão sexual do trabalho nessas famílias. Fica explícita a dificuldade de desnaturalização dos papéis sexuais, tanto no âmbito privado, quanto no público.

5.2.3 Conflitos de gênero na família

Os conflitos existentes nas relações de gênero na família estão atrelados, principalmente, à falta de diálogo e entendimento no relacionamento pessoal dos casais e ao controle masculino sobre a vida da mulher, que se manifesta, predominantemente, sob a forma de ciúme e autoritarismo.

O ciúme apresenta-se não somente no controle sobre o corpo da mulher, como na dificuldade masculina e, até mesmo feminina, de assumir uma mudança nos papéis sexuais e enfrentar a pressão social dos grupos de referência. Tais transformações não ocorrem de forma linear. As tentativas de construção de um relacionamento mais equitativo mesclam-se com preconceitos entre os amigos e, até mesmo, com o ocultamento da realização desses novos papéis. Em um dos casos observados, essa tentativa de mudança não foi sustentada pelo próprio casal, o que provocou uma ruptura temporária dessa relação.

“A base de tudo era o ciúme... Sempre homem, a maioria dos homens aqui no Manejo tem aquela mania de ficar passando em botequim, aquela rodinha de amigo, beirada de campo. Então, sempre os amigos ficava jogando piadinha, falando que a sua mulher ganha mais do que você. Ah, a sua mulher tá fazendo isso, tá fazendo aquilo. Eu acho que aquilo também vai influenciando, por mais cabeça que tenha, mas a pessoa acaba captando, ficando com aquela coisa ali.” (Claudia, 39 anos).

O autoritarismo está presente no controle das mulheres, principalmente das filhas solteiras e reafirma a dominação masculina. Tal atitude, que procura restringir o espaço da mulher à esfera privada, levou um pai a proibir a filha de trabalhar como vendedora no entreposto da Mãos Mineiras. Essa associada exerceu um importante papel econômico por um longo período na sua família, sendo a principal responsável pela geração de renda.

“Ele (o pai) faz isso pelo meu bem, mas não é isso que eu quero. Ele não deixa sair, divertir e eu quero sair, divertir. Nunca dei motivo para ele desconfiar de mim... Eu não quero casar, quero conhecer gente nova (...). Se a gente quiser, passa eles pra trás, mas...” (Luciana, 17 anos).

Desse modo, a subordinação feminina mantém-se mesmo quando a mulher é responsável pela geração de renda familiar. Isso assinala que a emancipação da mulher não está associada simplesmente à independência econômica. Há outros fatores que interferem significativamente nesse processo, como a necessidade de apoio moral da figura masculina. Pode-se afirmar que a emancipação feminina é um processo complexo e não está, unicamente, determinada pelas condições econômicas. Quer dizer, existem outros fatores subjetivos interagindo, como a moral e a afetividade, que mantêm os vínculos de dependência.

Vale ressaltar que, nesse caso, o homem, ou seja, o pai, continua exercendo o papel de chefe da família, mesmo quando não é o principal responsável pelo sustento da casa. Apesar de não concordar com a dominação que seu pai exerce, a filha mantém-se submissa a essa situação. Mas, ela mesma

admite que essa subordinação é temporária, isto é, enquanto não encontra outra alternativa de vida que valha a pena lutar por sua emancipação.

Existe um parâmetro de valores éticos essenciais para a convivência que se busca preservar, como a necessidade de respeito, que condiciona a resolução dos conflitos das relações de gênero. Nesse sentido, a preservação de alguns valores básicos para uma existência digna parece servir de parâmetro para se manter um relacionamento.

“Nós lá é mais ou menos, né? Porque descombina às vezes, porque essa coisa de combinar, os casais tão combinando pouco mesmo, mas respeitar a parte que eu acho que eu tenho que ser respeitada tem que ser, né? Porque não tem como não ser, porque se não cê não vive, vai embora, né?” (Cecilia, 41 anos).

Além disso, há, por parte das associadas, e inclusive dos seus familiares, uma certa concepção de que a família deve estar unida. Essa união é um componente importante da estratégia de sobrevivência desse grupo e um elemento básico para a formação de capital social. Em uma dessas famílias, o pai afirma:

“A família sendo unida é bom porque se a pessoa estiver passando uma necessidade vai na casa de um parente, do pai e do irmão e aí pede ajuda, arruma um dinheiro” (S. Pedro, 44 anos).

A mãe complementa apresentando uma imagem:

“A família é como se fosse uma árvore cheia de galho. Os galhos acompanham os troncos, então tem que estar unido” (Aparecida, 37 anos).

A filha acrescenta:

“Tem que prevalecer essa árvore lotada de galhos, porque se alguém vir cortar esse galho, tirar alguém, vai ficar faltando, a família não vai estar completa, unida” (Mariana, 12 anos).

Apesar de reconhecerem certos conflitos nas relações de gênero, a visão idealizada da união da família, presente no imaginário social coletivo desse grupo, contraditoriamente, encobre desigualdades sociais existentes no âmbito doméstico e parece dificultar mudanças nessas relações.

5.2.4 Tomada de decisões no espaço doméstico

No âmbito doméstico, a opinião que mais prevalece é a masculina, principalmente para os assuntos considerados mais importantes que dizem respeito à família. Em alguns casos, a mulher é consultada pelo marido e a sua opinião é considerada e, em outros, isso não acontece. Quando o assunto envolve negócios, como compra de gado, construção, aluguel de terras e empréstimo, geralmente elas não participam dessas decisões. A mulher procura discutir mais os assuntos a serem resolvidos com o homem do que o inverso. Dessa forma, as decisões femininas são mais compartilhadas que as masculinas. Mas, em alguns casos, nota-se uma certa timidez da mulher para expressar sua própria opinião na esfera privada.

“Eu sou mais de tirar opinião que meu marido. Meu marido, às vezes, também tira opinião, mas, às vezes, não segue não... Eu sou mais de seguir os dois lados: o meu intuito e o intuito do outro, se eu achar que o outro tá certo” (Cecília, 41 anos).

“Às vezes eu tenho opinião, mas vou discutir ela com ele (pai). Depois é que a gente vai ver se ela vai ficar ou não” (Lígia, 28 anos).

Nessa relação de poder, ainda é a mulher que busca amenizar os conflitos existentes frente à tomada de decisões, a fim de conciliar os dois lados. Elas desenvolvem estratégias sutis de enfrentamento para a resolução desses conflitos, procurando um melhor momento e modo de expor o seu ponto de vista.

“(...) Se a gente vê que o assunto vai para a discussão, a gente pára ali, depois a gente volta” (Lígia, 28 anos).

“Eu sou uma pessoa que sei aceitar as coisas, sabe... Quando fala mais alto, eu falo baixo, aí a gente se dá bem” (D. Clara, 65 anos).

Algumas famílias estão passando por um processo de mudança, no qual as decisões deixam de ser tomadas unicamente pelo chefe da família, passando a ocorrer uma participação de todos os seus membros.

“Decisão era mais da parte dele (quando os filhos eram pequenos), né? Mas agora com a família toda, então, quando tem que decidir uma coisa que é familiar (...) é a opinião de quase todos” (D. Clara, 65 anos).

Mesmo com a predominância da decisão masculina, percebe-se que as mulheres já conquistaram uma certa autonomia em relação às suas escolhas, principalmente quando o que está em jogo é algo que envolve o seu próprio recurso. Também reconhecem que a sua opinião está sendo mais respeitada e valorizada pelos seus pais ou maridos. Assim, a independência econômica possibilita uma certa flexibilidade nas relações de gênero no espaço doméstico.

5.2.5 Participação social e política

A Associação Mãos Mineiras representa um espaço importante de engajamento social para a maioria das associadas, como já foi mencionado. Todas elas ocupam ou já ocuparam cargos de coordenação na Mãos Mineiras, até mesmo as mais jovens, seja no Conselho Administrativo e Fiscal, na Diretoria ou nas Equipes de Comercialização, Controle de Qualidade e Comercialização.

Um outro espaço de convívio social muito presente na história de vida dessas mulheres, e incentivado pela própria família, é a Igreja. Apesar da

sobrecarga de trabalho, algumas participam ativamente de grupos religiosos³⁷ e demonstram um senso comunitário bastante presente.

“A comunidade somos nós que moramos aqui, né? No caso, acho que se a gente não trabalhar para Igreja ou para alguma coisa que tem aqui na comunidade ela não vai para frente, né?” (Lígia, 28 anos).

Aos poucos, elas vão conquistando outros espaços públicos. Uma delas, por exemplo, está participando do Conselho Municipal de Turismo e outras já se candidataram a uma chapa para diretoria do Centro Comunitário. As mulheres casadas participam frequentemente de reuniões escolares para o acompanhamento da educação dos filhos. Quanto às mais jovens, a sua participação social está mais restrita às atividades ligadas à escola e à Mãos Mineiras, embora uma delas já tenha participado do Centro Comunitário.

As associadas não são sindicalizadas nem filiadas a partidos políticos. Mas, recentemente, algumas participaram da campanha política de uma mulher candidata à prefeita que, inclusive, é uma pessoa que incentiva a Mãos Mineiras. A noção de política que elas têm está muito vinculada à política partidária. Consideram a falta de representatividade, a falta de ética dos políticos e a pouca perspectiva de mudança como elementos problematizantes dessa esfera.

“(...) A gente vota achando que tá colocando uma pessoa lá que vai defender a gente, tá colocando uma pessoa que só pensa em roubar que não pensa em fazer nada a favor do povo (...). Está muito difícil escolher uma pessoa honesta hoje” (Andrea, 17 anos).

Uma questão que dificulta um maior engajamento político refere-se ao legado cultural dessas famílias. Isso é justificado pelo fato de que, para muitas

³⁷ Algumas participam ativamente da Ordem dos Vicentinos, que procura fazer um trabalho de assistência social à população de baixa renda.

delas não há tradição de se discutir política na esfera doméstica. Além disso, existe uma relação de confiança na religião em detrimento da política.

“Não gosto de discutir religião e política, não é comigo... Às vezes, é aqueles mau candidatos (...) que promete alguma coisa... e eles não faz nada, a gente não fica confiando neles mais. Ou porque o pai e a mãe nunca gostou de política, a gente acostudou assim (...). A mãe e o pai não era acostumado a falar de política e a debater sobre política, aí a gente não acostumou e foi com a Igreja, desde quando a gente veio para cá, que acostumou a mexer, aí...(...). Se a gente acreditar naquele Deus que a gente tá indo lá, eu acho que ele nunca vai decepcionar a gente. Eu acho onde tá a diferença. Um político a gente nunca pode acreditar tanto e eu acho que Deus não vai decepcionar a gente nunca” (Ligia, 28 anos).

Quando perguntadas especificamente sobre como vêem a participação política da mulher, elas apresentam uma visão otimista, pelo fato de considerarem que as mulheres pensam mais na comunidade, são mais dedicadas, esforçadas e honestas. Algumas consideram a participação feminina na política como um indicador importante para a equidade de gênero.

“Eu acho que a mulher é mais calma, pensa mais. Homem é mais esquentadinho e mulher, eu acho, que tem os mesmos direitos do homem. Se o homem pode tá lá, a mulher também pode (...). Mulher tem mais capacidade para ficar dialogando, negociando...” (Claudia, 39 anos).

“Eu acho muito bom (a mulher participar da política), já teve um grande avanço, né? Porque a mulher antigamente não podia nem votar e hoje tem que ter 30% de mulher em cada partido, né? (...) já foi um grande avanço” (Andrea, 17 anos).

Apesar dessa visão otimista, ainda não há uma percepção mais estrutural da política e de que a que a maior participação feminina pode representar uma estratégia de mudança para a democratização política e social. Esse assunto não surgiu de forma espontânea em nossas conversas, foi estimulado pelas questões colocadas.

5.2.6 Obtenção de poder

A obtenção de poder adquirida pelas mulheres está relacionada às conquistas já apontadas, como a maior independência financeira da mulher, proporcionada pelo trabalho, assim como o desenvolvimento da auto-estima, da autoconfiança e da própria liberdade. O trabalho da mulher é uma estratégia de conquista do próprio poder de escolha e decisão e de autonomia da sua própria vida. A autonomia financeira tem proporcionado, inclusive, a melhoria das relações de gênero no espaço doméstico, seja no relacionamento do pai com a filha ou do casal.

Assim, o associativismo tem favorecido novas relações sociais, a dialogicidade e o crescimento pessoal das mulheres. Mas, essa obtenção de poder não está vinculada apenas ao trabalho associativo desenvolvido. Elas ressaltam que o próprio amadurecimento e as mudanças sociais têm favorecido a emancipação da mulher.

“Eu acho que tem mais diálogo. Eu, antes, eu era assim... queria, fazia e pronto. Não perguntava, não queria muito saber a opinião do outro (...). Eu acho que minha relação com eles (com a família) ficou mais calma porque antes eu era muito agitada, brigava muito (...). Eu acho que tem amadurecimento (...) fiquei mais velha um pouco, também eu conversei mais com outras pessoas (...). Todos serviços que eu tive até hoje eu tinha contato com gente, mas tem lugar que você não pode conversar muito. Igual eu falei, eu trabalhei em loja e não pode bater papo (...). Antigamente eu tinha patrão, então eu via um monte de gente, mas tinha o patrão me cobrando a hora (...). Agora eu posso conversar com as pessoas. Assim, se chegou um freguês para bater papo, se ele tiver paciência pra conversar comigo eu vou conversando...” (Claudia, 39 anos).

“As pessoas tá mudando, porque a vida tá mudando. As mulher tá tendo mais liberdade, tá podendo igualar mais aos homem, um pouquinho porque nem sempre(...). (O marido acha que) eu tendo o meu dinheiro é melhor pra gente viver melhor (...). Até de vivência acho que a gente melhorou porque a gente tem uma ocupação certa, tem também o dinheiro da gente, a gente fica mais tranqüila” (Cecília, 41 anos).

Além disso, as mudanças pessoais advindas da participação na Mãos Mineiras, mais observadas pelas próprias mulheres referem-se à capacidade de expressarem-se mais livremente, à perda da timidez e da vergonha, principalmente em relação ao espaço público.

“Só de tornar as mulheres assim mais populares... Hoje em dia as mulheres dão curso, igual a Cecília... Fala pra várias pessoas e não tem vergonha (...). A mulher tem saído muito, conhecido vários lugares, convivido com outras pessoas. Isso faz cada vez crescer mais... até para si própria” (Andrea, 17 anos).

Algumas já buscam fazer uma análise crítica do seu próprio discurso. Percebem que a educação sexualmente diferenciada e a subordinação feminina limitam a inserção da mulher no espaço público.

“A mulher, antigamente, gostava muito de ficar (em casa), gostava ou o marido não (não deixava sair)... Ela, assim que criou ou foi educada, né? Ficava dentro de casa, não saía pra ganhar dinheiro e hoje em dia a maioria das mulheres trabalham, né?” (Claudia, 39 anos).

Também, ressaltam que os pais, maridos e filhos têm sido beneficiados, sobretudo financeiramente, com a melhoria da condição de vida das mulheres associadas. Mas apontam que a Mãos Mineiras não tem conseguido contribuir especificamente para a melhoria da situação dos homens, pois estes não freqüentam a Associação e não participam diretamente desse trabalho. Enfatizam que a Associação tem colaborado para melhorar a situação da mulher.

5.2.7 Especificidade da mulher em relação ao desenvolvimento

A especificidade do comportamento feminino em relação ao desenvolvimento que ficou mais evidente é o senso de responsabilidade perante a família, principalmente os filhos. Essa particularidade possibilita aflorar na mulher estratégias criativas de sobrevivência.

“Além de ter essa dificuldade de não ter trabalho, eles (os homens) ainda não têm essa responsabilidade, esse compromisso certo (...). Também não tendo trabalho, ele vai se relaxando, né? Eu vou ali bater um papo com fulano... E a mulher não. Ela se vira, que ela vê que, às vezes, os filhos em casa e não tem uma coisa pra comer, né? Essa preocupação, esse amor acho que ele brota mais da mãe” (D. Clara, 65 anos).

Essa perspectiva é analisada por Santos (2000). Esse autor se refere à situação dos países periféricos, em que a globalização da economia e a crise da dívida externa têm provocado a queda dos rendimentos reais das famílias e esse impacto negativo tende a ser suportado geralmente pelas mulheres. Ele afirma que *“as múltiplas estratégias de sobrevivência exercitadas pelas mulheres têm uma aura de imaginação desesperada e muitas vezes transbordam do espaço-tempo doméstico para a comunidade (...)”* (Santos, 2000, p.304). Desse modo, pode-se compreender a Mãos Mineiras como uma estratégia de sobrevivência tecida de forma coletiva. Além disso, ela se caracteriza como uma estratégia de exercício de cidadania e de desenvolvimento humano.

Essa noção de que “a mulher se vira” está bastante presente no imaginário social. Ela reflete tanto a busca de soluções criativas para os problemas enfrentados, como a capacidade feminina de adaptabilidade, versatilidade e flexibilidade ante as circunstâncias adversas. Também traz em si aspectos relacionados com a economia doméstica, que podem incluir uma série de estratégias, como a priorização de produtos básicos para o consumo, o uso racional dos recursos disponíveis e o seu reaproveitamento. Contudo, há que se ter cuidado para que essa concepção não confirme ainda mais a sobrecarga de trabalho feminino.

Essa eficácia da mulher na administração do orçamento doméstico é vista como uma contribuição ao desenvolvimento. No entanto, é interessante ressaltar que elas mesmas não generalizam esse comportamento feminino.

“Acho que a mulher é mais econômica, mas nem toda (...), é meio complicado esse negócio” (Cecília, 41 anos).

Outra contribuição apresentada diz respeito ao papel fundamental da mulher na economia familiar. Apesar de seu trabalho, muitas vezes, ser permeado pela invisibilidade e desvalorização monetária, existe um forte conteúdo simbólico no papel que a mulher exerce na família.

“A mulher é o esteio, se ela... organiza tudo em ordem, tudo na maior economia aquilo ali vai crescer. Mas, se tem desordem, vai tudo por água abaixo” (D. Clara, 65 anos).

Se, por um lado, essa concepção parece considerar apenas o trabalho reprodutivo da mulher, desprezando sua contribuição no trabalho remunerado, por outro lado, reflete o valor do papel da mulher, enfatizando aspectos não estritamente materiais, como os afetivos.

Outros depoimentos apontam que a mulher está apresentando um comportamento mais empreendedor que o homem. Certas características como confiança, persistência e positividade³⁸, estão mais relacionadas às mulheres.

“A mulher confia mais, se ela faz alguma coisa, se ela vai lutar por alguma coisa, ela luta com a certeza de que ela vai conseguir (...). Ela faz a coisa com mais intensidade (...). Tem homens que no primeiro obstáculo se acomodam... Parece que eles ficam muito amarrados à coisa material. A gente é assim, o ser humano é assim, mas ele tem medo do que vai acontecer depois (...). A mulher, se ela faz alguma coisa... ela tem consciência... eu vou conseguir... O homem tem muito de ficar na dívida, se é capaz (...)” (Claudia, 39 anos).

Existe uma concepção bastante presente na comunidade de que a mulher está encontrando, atualmente, mais oportunidades de trabalho que o homem. Isso, de certa forma, tem contribuído para reforçar a auto-estima das mulheres.

³⁸ Disposição favorável da pessoa a atitudes construtivas.

No entanto, observa-se que ainda não existe um aprofundamento e problematização dessa questão pelas associadas.

“As mulheres que ainda encontram alguma coisa pra fazer... encontram (trabalho) em casa de família, roupa para lavar” (Lígia, 28 anos).

Essa constatação sinaliza a confirmação de uma tendência mundial, sobretudo nos países em desenvolvimento, na qual o acirramento do capitalismo e a crescente desregulamentação do trabalho têm provocado a exclusão masculina do mercado de trabalho e a apropriação crescente da mão-de-obra feminina. Vários estudos têm apontado que o trabalho da mulher é majoritariamente realizado no setor informal da economia e que sua remuneração é inferior à do homem (Santos, 2000). Essas mudanças nas relações produtivas denotam uma intensificação da exploração capitalista sobre o trabalho feminino. Desse modo, a feminização da pobreza tem levado as mulheres a se sujeitarem às condições precárias de trabalho.

5.3 Construindo uma concepção de desenvolvimento local

5.3.1 Valorização do espaço rural

Existe uma certa valorização social e cultural do meio rural em virtude das oportunidades de acesso ao trabalho geradas pela Mãos Mineiras. Essa valorização deve-se também a uma melhor qualidade de vida encontrada nessas áreas, como a liberdade, a segurança e a solidariedade entre as pessoas, em detrimento da violência dos centros urbanos.

“Antes eu não gostava daqui, não... porque não tinha muita opção (de trabalho)... Ai eu tinha vontade de ir embora daqui, não gostava daqui de jeito nenhum. Agora, eu acho que aqui é um lugar ideal pra eu morar porque meus filhos têm liberdade de ficar na rua (...) Se não for minha mãe e meus irmãos cuidando, meus vizinhos, todo mundo toma conta, todo mundo se preocupa. Eu acho que em uma cidade maior eu não ia ter essa

liberdade de sair sem ter que pagar alguém para tomar conta deles” (Claudia, 39 anos).

A opção pela vida no campo representa uma forma de cuidado com a família (estratégia de preservação), principalmente com os filhos. Demonstram claramente que a escolha de permanecer no meio rural não é pautada simplesmente em aspectos econômicos³⁹.

“A vida (na roça) é mais apertada em termos de dinheiro, mas é mais tranqüila (...). A vida da cidade parece que piorou mais ultimamente também. Anteriormente a gente sentia que a vida da cidade era melhor (...). Hoje em dia eu tenho sentido assim, que a gente na roça com todo o aperto que tem, com toda a dificuldade, tá vivendo melhor do que quem tá na cidade, apesar das mãos viver preta de carvão, arranhada, cheia de calo, a unha feia e tudo, a pele matada do sol, mas é melhor” (Cecília, 41 anos).

Consideram que os problemas ambientais encontrados na área urbana, como a poluição da água, têm prejudicado o nível de qualidade de vida das pessoas. Uma delas fala, de forma irônica, que a água da cidade é muito ruim e acrescenta:

“(...) nossa água é água de mina encanada do olho da mina. Chega direto, assim, limpinha, clarinha, parece que tá até gostosa” (Cecília, 41 anos).

A relação com o espaço rural é permeada por uma ligação familiar e afetiva com o local. Elas avaliam que houve um declínio das condições de vida das cidades e, portanto, não há muita ilusão quanto à migração para áreas urbanas. A opção de continuar no meio rural é estabelecida por esse binômio qualidade de vida campo X cidade, considerando-se os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Inclusive, em alguns casos, percebe-se nessa escolha uma priorização dos aspectos socioambientais. Mesmo as adolescentes, que

³⁹ Del Grossi & Graziano da Silva (2000) assinalam que as rendas mensais médias das famílias decrescem no sentido do urbano para o rural.

pretendem migrar para os grandes centros para continuarem seus estudos, têm consciência de que a vida nas cidades, assim como no meio rural, não está oferecendo muitas opções.

5.3.2 Problemas locais

Os principais problemas locais apontados são a falta de opção de geração de emprego e renda, em virtude das transformações ocorridas no meio rural que têm provocado o declínio das atividades agropecuárias da região e, conseqüentemente, forçado à migração, inclusive, de alguns parentes. Essa migração normalmente ocorre para Juiz de Fora, em razão da proximidade geográfica e facilidade de transporte, o que permite que essas pessoas possam continuar mantendo relações como seu local de origem. Nesse contexto, o trabalho da mulher representa uma estratégia de sobrevivência da própria família.

“No Manejo, por exemplo, tá quase todo mundo desempregado, né? Quem não tem outro jeito assim, ou a família ajuda, outros têm a mulher que trabalha. Antigamente, aqui no Manejo o pessoal vivia de lavoura... só que chegou uma época que todo mundo foi indo pra cidade. As pessoas, algumas, ainda são assim, plantam a meia e a terça nas fazendas” (Claudia, 39 anos).

Outro problema citado é a desvalorização do meio rural e do trabalho agrícola. Um depoimento chama a atenção para a necessidade de maior integração entre o desenvolvimento urbano/rural e de políticas públicas que possam favorecer efetivamente as condições de vida da população do campo.

“(...) Se a gente for para a cidade e a gente conseguir um emprego, a gente consegue aprender. As pessoas da cidade não conseguem trabalhar na roça e não agüenta e acha a maior dificuldade. Em compensação, quase não tem gente da cidade que se preocupe em ajudar quem tá na roça (...). Mas não tem um governo que pensa nisso (...). As pessoas da cidade não pensam que a comida sai da roça” (Cecília, 41 anos).

A falta de oportunidade de estudo também é considerada como um obstáculo à melhoria das condições de vida. No Manejo, existe uma escola pública que oferece somente o ensino fundamental e o município ainda não conta com cursos superiores. Isso tem levado tanto a migração de muitos jovens que querem dar continuidade a seus estudos, quanto tem impedido que eles possam concluir a sua formação educacional. A falta de valores éticos, de organização social e de perspectiva para o futuro, também são apontados.

“Acho que é muito desunido... As pessoas pensam mais em si, a maioria. Não tem opção de um futuro melhor” (Renata, 16 anos).

Quando questionadas sobre como esses problemas podem ser resolvidos, elas consideram que a solução depende principalmente de vontade política. Os depoimentos tendem a apontar a necessidade de uma parceria entre a prefeitura e as organizações para a criação de alternativas de desenvolvimento. Também enfatizam que a solução dessas questões depende de organização social, apesar de considerarem que isso tem ocorrido pouco na comunidade.

“Falar que é o prefeito seria muito pouco. Tinha que ter alguém a mais, que ter alguma empresa, criar alguma indústria, alguma coisa assim que fosse grande que desse mais empregos para as pessoas (...) ou mais interesses dos políticos mesmos, que se eles tivessem mais interesse faria alguma coisa, né?” (Claudia, 39 anos).

“Depende de todo mundo, porque se ninguém resolver ajudar nunca vai melhorar... A união faz a força (...). Todo mundo só quer ver as coisas prontas, arrumadas, mas fazer que é bom, nada” (Andrea, 17 anos).

De forma geral, elas ainda não têm muita clareza de que a participação dos atores sociais locais é fundamental para se criar alternativas de desenvolvimento. Ainda convivem com a dualidade de uma concepção de desenvolvimento exógena e endógena. Na visão exógena, prevalece a crença de que grandes projetos voltados para o setor industrial podem oferecer uma

solução para o desemprego. Na concepção de desenvolvimento endógeno, os sujeitos sociais começam a acreditar mais nas suas próprias capacidades e no seu poder de intervenção social. Tal noção tem sido fortalecida na comunidade local, inclusive, pela própria experiência da Mãos Mineiras.

5.3.5 Desenvolvimento local

Para avaliar o desenvolvimento local, as associadas estabelecem, como já foi visto em parte anteriormente, alguns indicadores econômicos, sociais, ambientais, políticos e humanos, tais como: trabalho da mulher, associativismo, geração de renda da mulher, complementação da renda familiar, melhorias na moradia, crescimento pessoal, participação social, maior oportunidade de acesso à educação formal e não-formal, melhorias comunitárias (como transporte e coleta de lixo) e mudanças na cultura patriarcal e nas relações de gênero.

“(...) Essa vinda das Mãos Mineiras ajudou muito aqui, né? Quando (ela) iniciou eu fazia questão, sabe, de convidar aquelas pessoas que via que tinham o dom de crescimento, mas não tinham como caminhar. (...) e quando você vê a vida delas pra trás, quanto elas cresceram (...). Então, acho que esse trabalho das Mãos Mineiras foi uma luz aqui na comunidade... Até nisso as Mãos Mineiras ajudou muito (...), o quanto melhorou. Nós temos ônibus na porta, nós temos coleta de lixo, (...) o lixo é todo separadinho, sabe?” (D. Clara, 65 anos).

“Na cultura... acho que ficaram tudo parado no tempo porque a gente vê muitos casos aí (...), do mesmo jeito que um pai agia não sei quantos anos atrás, tem pai agindo, né? Do mesmo jeito, aquela falsa moral... A cabeça do pessoal não mudou nada. Continua aquela cabecinha de lugar pequeno. Mudou assim né, como diz, a casca parece que tá mudada, mas o conteúdo acho que não tá muito não (...). Tem um monte de gente que prega o que não pratica, fica julgando as pessoas (...).” (Claudia, 39 anos).

Desse modo, elas reconhecem que a Associação tem colaborado diretamente para o desenvolvimento local. Inclusive, percebem uma diferença de

desenvolvimento entre as mulheres que fazem parte da Mãos Mineiras e as que não participam.

Apesar de ainda conviverem com dificuldades impostas pela própria superestrutura, as mulheres estão desenvolvendo uma percepção estrutural dos problemas. No entanto, elas ainda não expressam todos os indicadores de forma conjunta. Isso denota que, na diversidade dos pontos de vista, há um potencial de complementaridade de cada integrante do grupo para ações cada vez mais sistêmicas.

Os indicadores destacados assinalam que o processo educativo desse programa tem colaborado para construção de uma consciência crítica da realidade. O desenvolvimento dessa capacidade tem contribuído para se alcançar uma maior organização e para o estreitamento de vínculos de solidariedade e cooperação.

Para alavancar ações de desenvolvimento que tenham como objetivo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, algumas apontam ações de estímulo ao trabalho sócio-educativo e ao associativismo.

“(Precisa de) mais informações... As pessoas são muito analfabetas, não é de letra, é de cultura mesmo (...). Tinha que ter mais gente empenhada de conscientizar as pessoas (...). Tinha que ter mais pessoas interessadas em divulgar um trabalho, tipo o nosso é um jeito de melhorar também. Mas eu também não sei se as pessoas taria interessada que tem pessoa que nem se interessa, né?” (Claudia, 39 anos).

Pode-se afirmar que a experiência associativa tem favorecido o estoque de capital social na própria Associação e na localidade, possibilitando melhorias comunitárias e aumentado o poder de contraposição dos atores locais frente ao poder público municipal e as organizações. Mas, ainda não existe um projeto político próprio da Associação e uma maior articulação com as políticas públicas para alavancar ações de fortalecimento do desenvolvimento local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de desenvolvimento da Associação Mãos Mineiras tiveram início por meio da identificação e mobilização das potencialidades humanas e dos recursos físicos existentes, a fim de desenvolver uma atividade geradora de renda para a população local. Desse modo, esse projeto tem possibilitado o desenvolvimento das potencialidades visíveis e latentes, e o aproveitamento dos recursos disponíveis e desperdiçados⁴⁰.

Esse processo, embora, impulsionado por um agente externo, que teve um papel fundamental na criação desse programa, foi baseado em uma iniciativa da comunidade. Houve um envolvimento com a população local e a formação de um pequeno grupo que permitiu que esse trabalho fosse sendo construído de forma coletiva. Não havia um projeto ou modelo predeterminado para ser executado, mas sim algumas diretrizes que apontavam para um trabalho participativo que estivesse voltado para a melhoria das condições de vida e ligado à preservação do meio ambiente. Desse modo, uma das estratégias adotadas foi a participação como um processo organizativo, conforme destacam Oakley & Garforth (1985). Nesse momento, ainda não havia uma preocupação explícita de se focar a questão da mulher ou a de gênero.

A definição do trabalho foi sendo elaborada na própria prática, pelas experiências conjuntas de trabalhos artesanais e pela aceitação dos produtos em

⁴⁰ Segundo Sachs (1986), o conceito de desperdício, como categoria de análise econômica, compreende situações muito diversas, tais como: consumo excessivo de materiais e de mão-de-obra devido à falta de qualificações, negligência ou manutenção insuficiente de equipamentos; uso de técnicas inapropriadas e avaliação incorreta das potencialidades de agro-ecossistemas; não utilização para fins produtivos dos detritos agrícolas, urbanos e industriais, cuja exploração apresenta vantagens sociais, ecológicas e econômicas; articulação insuficiente das economias local, regional, nacional e transnacional; sub-utilização crônica do potencial de trabalho e recursos humanos, etc. Além disso, alerta para o fato de que o alto desperdício de recursos humanos e físicos caracteriza a economia brasileira.

lojas, feiras, etc. Com o passar dos anos, alguns produtos foram se afirmando, como os complementos alimentares e, com isso, a linha de trabalho da Mãos Mineiras foi sendo estabelecida.

Logo no início, dedicavam-se também à agricultura orgânica e contavam com a presença masculina. Contudo, como esse trabalho foi se destinando ao artesanato e à elaboração caseira de produtos alimentícios, atividades consideradas tipicamente femininas, visto que ainda não se chegou à desconstrução desta naturalização, com o passar dos anos foi se constituindo em um grupo de mulheres.

Com o afastamento mais sistemático do agente externo que iniciou esse trabalho, outros assessores tomaram parte e novas propostas surgiram. Além disso, o grupo foi percebendo a necessidade de uma maior organização, levando à formalização da Associação Rural Mãos Mineiras para o Ecodesenvolvimento. Isso significou não apenas a legitimação do trabalho associativo que vinha sendo feito, como oficializou juridicamente a perspectiva de ecodesenvolvimento e, conseqüentemente, a opção por uma linha de produtos ecológicos. Dessa forma, a concepção de participação como organização foi sendo fortalecida.

A inclusão desses novos assessores trouxe, para a Associação, o debate sobre a questão de gênero, centrado na condição feminina. Assim, a Mãos Mineiras tornou-se também um ponto focal de uma rede feminista, que tem procurado desenvolver um trabalho de educação popular enfatizando a questão de gênero. Esse momento pode ser entendido como o fortalecimento de uma estratégia de participação como obtenção de poder.

Além da participação como organização e obtenção de poder, a estratégia de desenvolvimento da Mãos Mineiras sob uma perspectiva de gênero pode ser caracterizada por buscar garantir oportunidades de acesso às mulheres do meio rural para a geração de renda. Nesse sentido, essa estratégia tem sido direcionada para a emancipação da mulher, principalmente, por meio do

trabalho. Visa também proporcionar às mulheres um espaço público de sociabilidade e de aprendizagem social. Dessa forma, a inserção da mulher no trabalho associativo é, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência e de emancipação social. A possibilidade de participação social é um dos aspectos que mais motivam as mulheres a pertencerem à Associação. Isso evidencia que as mulheres têm criado estratégias alternativas de desenvolvimento que extrapolam o espaço doméstico.

A obtenção de poder é uma estratégia que abrange duas concepções. Uma a compreende como um processo “natural” da própria participação. A outra considera que a obtenção de poder se constitui, basicamente, na formação técnica e política das mulheres. Essa concepção enfatiza a necessidade de dinâmicas, cursos, etc. De certa forma, traz implícita a idéia de que algo externo ao próprio processo participativo tem a capacidade de transferir poder para o grupo.

O processo de *empowering* tem levado as mulheres a terem uma postura mais crítica em relação ao próprio programa de desenvolvimento da Mãos Mineiras. Começam a existir divergências no foco das estratégias adotadas. Algumas associadas compreendem que a estratégia de desenvolvimento desse trabalho deve privilegiar o aspecto econômico, como a produção e comercialização, enquanto que outras associadas consideram que se deve privilegiar os aspectos socioambientais, ou seja, a organização do grupo e a educação (formação técnica e política).

Essa polarização de estratégias está vinculada à própria necessidade de sobrevivência das associadas. Isso porque aquelas para as quais a renda gerada por este trabalho representa o principal rendimento familiar privilegiam os aspectos econômicos. Já para aquelas cuja a renda da Mãos Mineiras tem um caráter complementar, privilegiam os aspectos socioambientais. Contudo, percebe-se que as associadas consideram que os aspectos econômicos e

socioambientais se complementam, mas a divergência em torno desse foco tem causado alguns conflitos entre esses dois grupos.

Pode-se afirmar que a Mãos Mineiras traz uma perspectiva de ecodesenvolvimento e desenvolvimento local e integrado, envolvendo de forma articulada a atividade econômica, com ênfase na socioeconomia solidária, na sustentabilidade do meio ambiente, na valorização do saber local e na melhoria da condição de vida da mulher. Desse modo, não se pode falar na questão de gênero sem contextualizá-la nesse conjunto de perspectivas.

Apesar de não ter havido uma intenção explícita de tornar a Associação um espaço feminino, ela é composta basicamente de mulheres. A Mãos Mineiras não é vista como uma organização feminista pelas associadas, mas assim é considerada por alguns homens, como seus próprios familiares e outros da comunidade, que a identificam como “coisa de mulher”. A majoritária participação feminina parece estar relacionada à necessidade da mulher desenvolver atividades que não estejam necessariamente controladas e dirigidas pelos homens, o que demonstra uma relação de poder entre os gêneros permeando o espaço da Associação.

As mulheres consideram o desempenho da Associação uma conquista muito significativa em suas vidas, o que, de forma não muito revelada, as leva a manter o controle da Associação, não criando com isso mecanismos efetivos para incentivar a participação masculina.

A experiência associativa tem criado várias oportunidades de obtenção de poder para as associadas seja pelos cursos desenvolvidos, pela participação em movimentos nacionais de organização das mulheres, pela conquista de espaços públicos e pelo estímulo a dialogicidade. Além disso, o trabalho da mulher tem permitido o fortalecimento de sua auto-estima, auto-confiança e uma

certa autonomia econômica⁴¹. Se, por um lado, há indícios de que a maior participação econômica da mulher no orçamento familiar favorece um maior poder de decisão no âmbito doméstico, por outro, o próprio processo de emancipação, e não apenas a independência econômica, lhe confere maior segurança para exercer o seu direito de escolha.

O processo de obtenção de poder também pode ser verificado na inserção das associadas na busca de resolução dos problemas comunitários. Algumas vezes não são elas, diretamente, que tomam a iniciativa das reivindicações comunitárias, contudo, as apóiam. É bastante nítida a participação delas na liderança de trabalhos ligados à Igreja. Além disso, há cerca de dois anos, algumas associadas se candidataram a uma eleição para a Associação de Moradores do Manejo, embora, não tenham sido eleitas. Esse ano uma outra associada se candidatou e a chapa a que ela pertencia, venceu. Houve também uma participação ativa de algumas integrantes da Mãos Mineiras na campanha de uma mulher candidata a prefeita do município. Dessa forma, novos campos de intervenção social vão se abrindo para essas mulheres, que passam a exercer cada vez mais um papel político na comunidade.

O processo educativo, não-formal e informal, presente nessa proposta tem contribuído para o processo de *empowering*, levando a um crescimento tanto pessoal, quanto profissional. Esse aprendizado tem proporcionado um aprimoramento das capacidades existentes, principalmente da faculdade crítica.

De modo geral, as associadas não estabelecem uma relação direta entre a sua participação social e política e o trabalho de educação desenvolvido pela Mãos Mineiras. Desse modo, não se pode afirmar que a experiência associativa, de forma única, esteja contribuindo para o *empowering* dessas mulheres no

⁴¹ Apesar de que, isso não seja significativo para as associadas como um todo, já que algumas têm como principal fonte de renda outras atividades. Além disso, para algumas associadas, adolescentes e jovens, essa renda não representa um valor monetário muito expressivo. Como elas dizem, “dá pra tirar um dinheirinho”.

âmbito familiar, social e político. Por outro lado, pode-se afirmar que o associativismo tem permitido, como elas mesmas sinalizam, o desenvolvimento de potencialidades e capacidades individuais e de organização social.

É interessante observar que o trabalho artesanal desenvolvido pelas mulheres se dá no espaço doméstico, transformando-o não apenas em um espaço de reprodução social, como de produção⁴². Esse trabalho, do ponto de vista da distribuição do espaço doméstico, não tem provocado mudanças significativas, visto que a produção muitas vezes é relativamente pequena e esporádica. Contudo, introduz novos elementos na organização familiar como práticas ecológicas, a exemplo de: separação do lixo, práticas alimentares alternativas, maior controle para evitar o desperdício e reaproveitamento. Além disso, principalmente, quando ocorre o aumento do volume de encomendas, provoca uma redivisão do serviço doméstico e uma maior ajuda dos familiares no trabalho produtivo da mulher. Essas mudanças, de certa forma, podem estar colaborando para criar uma certa flexibilidade na divisão sexual do trabalho e nos papéis sexuais. Isso também se deve ao fato de que, em alguns momentos, a renda da mulher (esposa ou filha) consegue superar a renda do homem (marido ou pai), ou mesmo ser a única fonte de renda da família, em períodos em que o homem fica sem serviço ou desempregado.

Um outro fato importante a se destacar é que essa atividade tem tornado o doméstico um espaço público, ampliando o leque de relações da família com o mundo exterior. Frequentemente, as associadas recebem nas suas casas

⁴² Nesse sentido, Santos (2000) salienta que uma mudança histórica importante que está acontecendo no espaço-tempo doméstico sob o impacto da internacionalização dos processos produtivos, por meio das novas tecnologias de informação, da comunicação e automação é a convergência na família das funções de produção e reprodução. Esse processo havia sido segmentado na primeira revolução industrial. Contudo, esse processo apresenta diferenças bem marcantes, pois no Norte atinge trabalhadores altamente qualificados integrados em múltiplas redes e no Sul, observa-se uma precarização das condições de trabalho, que geralmente é feito por mulheres e crianças para o setor têxtil e de calçados.

visitantes de várias partes do mundo, pesquisadores, estudantes, agentes de desenvolvimento e membros de outras associações interessados em conhecer o trabalho e a vida das mulheres. Nesse processo há trocas de experiências de vida, de histórias, de ideais e abrem-se novas possibilidades de crescimento humano.

Também se percebe, como enfatiza Santos (2000), que com a queda dos rendimentos reais provocada pela globalização e pela dívida externa, está havendo uma intensificação do trabalho doméstico. As mulheres associadas, além de assumirem o trabalho de reprodução social e produção, como o poder de compra é cada vez menor, têm se esforçado para economizar ao máximo e manter o cultivo de hortas (até mesmo em pequenos quintais) para alimentação da família. Paradoxalmente, isso também tem levado algumas mulheres a uma redivisão do trabalho doméstico e à preocupação em ensinar aos filhos (homens) esses serviços.

Portanto, afirmar que a experiência associativa por si só tem contribuído para a equidade de gênero, seria uma visão redutora e simplista. O próprio contexto socioeconômico está forçando a uma redefinição das relações de gênero. Mas, sem dúvida, o trabalho “produtivo”, a participação na Associação e o processo de *empowering* têm colaborado para a flexibilização dos papéis sexuais desse grupo. Assim, a experiência associativa pode ser considerada como um dos elementos responsáveis pelas mudanças nas relações de gênero. Contudo, pode-se dizer que ainda não há indícios de eliminação da subordinação feminina.

Ser “associada” implica uma posição de prestígio, de valorização, de mulher “mais independente”, não só no sentido econômico. Daí pode-se supor que existe um processo de construção e fortalecimento de uma nova identidade feminina, que está vinculada ao próprio processo emancipatório.

Se, por um lado, ainda há uma reprodução da dominação masculina pela mulher, seja por meio dos estereótipos sexuais ou por limitar o seu próprio espaço de atuação ao âmbito doméstico, por outro lado, verifica-se que há indícios de uma visão autocrítica em relação a esses padrões e, conseqüentemente, um discurso crítico referente a sua condição de subordinação. O desenvolvimento dessa capacidade leva a perceber como são superficiais e lentas as mudanças na cultura patriarcal. Também há indícios de reelaboração dos papéis masculinos. No início do associativismo, os homens manifestavam várias resistências e, hoje, alguns já incentivam a participação da mulher.

Não se pretende fazer afirmações generalizadas a respeito da mulher e do homem, nem defender atributos femininos universais⁴³. Portanto, as considerações elaboradas aqui devem ser contextualizadas a um determinado espaço-tempo.

A representação da mulher em relação ao trabalho é como algo inerente à própria vida. Não há uma percepção pautada, exclusivamente, no reducionismo econômico. Existem outros valores que permeiam seu trabalho, que não são apenas monetários e quantitativos. Desse modo, o trabalho é visto também como meio de exercitar a troca de conhecimentos em busca da perfeição. As várias atividades assumidas pela mulher e a sincronicidade⁴⁴ presente nelas, se por um lado, chegam, inclusive, a se tornar uma sobrecarga de trabalho, por outro lhe garante um dinamismo e uma visão mais ampla da própria vida. O fato de o trabalho associativo ser uma atividade autônoma, como

⁴³ É preciso cautela com as *“afirmações universalistas que fixam e aprisionam a feminilidade em moldes estruturados, ainda que esses moldes sejam positivamente valorizados”* (Yannoulas, 1994 apud Louro, 1996, p.3).

⁴⁴ A noção de tempo é diferenciada no trabalho da mulher, pois está associada a tarefas múltiplas e simultâneas.

elas mesmas afirmam “aqui não tem patrão”, reforça o seu valor e a necessidade de autogestão.

A relação afetiva que as mulheres mantêm com a Associação favorece a sustentabilidade da Mãos Mineiras. Existe uma motivação para enfrentar os desafios e buscar a resolução dos problemas, o que também demanda uma contínua melhoria de sua organização, tanto social como econômica. Nesse sentido, esse empreendimento apresenta uma tendência a se perpetuar mais a longo prazo.

Uma outra contribuição da mulher ao desenvolvimento que favorece a sustentabilidade é a sua estreita relação com a sobrevivência e os cuidados da família. Isso leva a supor que os seus empreendimentos tenham uma perspectiva de mais longo prazo, o que favorece ações de desenvolvimento mais sustentáveis. O homem, pela própria divisão social do trabalho, está mais vinculado a estratégias de curto prazo. Nesse contexto, pode-se afirmar que a participação da mulher e a do homem no desenvolvimento são complementares.

Contudo, faz-se necessário repensar alguns paradigmas que permeiam a temática de gênero e desenvolvimento. A noção de que “a mulher se vira” é um deles. Essa concepção enfatiza as capacidades “femininas” de adaptabilidade, flexibilidade e criatividade, mas, ao mesmo tempo, oculta uma dominação masculina, que transfere para a mulher aquilo que o homem não dá conta de resolver, sobrecarregando-a tanto de trabalho, como de responsabilidades perante a família. Vale lembrar que, segundo dados do último Censo (IBGE, 2000), o número de mulheres chefes de família no Brasil aumentou significativamente. De cada quatro mulheres, uma é chefe de família.

Um outro paradigma que precisa ser repensado considera que “a mulher é o esteio da família”. Louro (1997) assinala que, ainda hoje, em boa parte, as atividades femininas são representadas como secundárias, “de apoio”, ou de

assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação.

Desse modo, não se trata de defender a inclusão social, especialmente das mulheres nos programas de desenvolvimento baseado em uma racionalidade instrumental. A preocupação em incluí-las em alguns desses programas muitas vezes tem por base garantir a segurança alimentar, já que são as mulheres agricultoras, principalmente dos países de Terceiro Mundo, as principais responsáveis pelos bancos de sementes. Portanto, o que se pretende destacar aqui não é a importância da participação feminina tendo em vista benefícios instrumentais ao desenvolvimento, mas sim que essa inclusão possa permitir e garantir o “florescimento” de aspectos subjetivos que permeiam esse processo.

Pela avaliação que as associadas fazem do desenvolvimento local, e pelo seu senso comunitário, fica evidente que, em sua visão de mundo, os critérios estritamente econômicos cedem lugar a um conjunto de preocupações mais qualitativas, relacionadas à qualidade de vida. Desse modo, a compreensão de desenvolvimento das associadas não é pautada simplesmente no crescimento econômico. Elas reconhecem que, além desse, os aspectos sociais, como o acesso à saúde e educação e aspectos humanos, como liberdade e solidariedade, são fundamentais para um autêntico processo de desenvolvimento.

Apesar de ainda conviverem com uma visão exógena de desenvolvimento, na qual o poder público e privado, como as grandes empresas, são considerados os principais agentes impulsionadores desse processo, existe a formação de uma noção de que a solução dos problemas locais depende de organização social. Nesse sentido, a experiência associativa tem colaborado significativamente para a construção de uma concepção endógena de desenvolvimento pelo fortalecimento da participação dos atores sociais locais.

A proposta de codesenvolvimento da Mãos Mineiras tem contribuído diretamente com as associadas e seus familiares, no sentido de educarem-se e

organizarem-se, tendo em vista o atendimento de algumas necessidades fundamentais, como a geração de renda, com base na valorização dos recursos naturais. Tendo como prioridade a condição da mulher, pode-se afirmar que uma das maiores contribuições dessa experiência tem sido o desenvolvimento humano, a capacidade de despertar potencialidades e criar possibilidades concretas delas se expressarem.

A Mãos Mineiras é um trabalho pioneiro no município e na região da Zona da Mata. A experiência da Associação tem incentivado a formação de movimentos associativos no próprio município e na região, a incorporação de práticas alimentares alternativas pelo serviço de saúde pública municipal (mesmo que circunscrita a um determinado período) e o fortalecimento de uma rede de economia solidária. Assim, a experiência associativa tem fomentado vínculos horizontais de solidariedade mútua, favorecendo de algum modo a formação de capital social.

Embora a Mãos Mineiras possa ser considerada como uma experiência pontual, possibilita um desenvolvimento diversificado para o local, ou seja, não voltado exclusivamente para atividades agrícolas. Desse modo, cria oportunidade de ocupação econômica, geradora de renda para uma parcela da população rural não-agrícola, o que é fundamental para o desenvolvimento rural, conforme assinalam Del Grossi & Graziano da Silva (2000), Veiga (1997b) e Carneiro (1999).

O artesanato aliado à preservação ambiental amplia as oportunidades de renda que é importante para o desenvolvimento local integrado, pois, pela combinação de várias atividades, permite o fortalecimento da pequena agricultura familiar e, conseqüentemente, a melhoria do padrão de vida da população do campo. Também colabora para o favorecimento de economias domésticas de pequena escala, pela transformação artesanal de produtos agrícolas com um baixo custo de produção (Carneiro, 1999).

Essa experiência assinala para a possibilidade de dar alguns passos na resolução dos problemas de geração de emprego e renda por meio da utilização responsável dos recursos locais. Além disso, apresenta a possibilidade de construção de uma nova proposta de desenvolvimento, não exclusivamente agrícola, ligado a interesses comunitários e regulado pelas redes de solidariedades locais. Contudo, vale lembrar que a resolução desses problemas não requer uma solução única ou mimética. Ela deve antes, estar em sintonia com a necessidade dos sujeitos sociais e a realidade de cada local e região.

Mesmo cientes dos avanços já realizados pela Mãos Mineiras, é necessário buscar aprimorar os esforços no sentido de ter presente e aprofundar, o significado dessa estratégia de desenvolvimento que implica, principalmente, na sustentabilidade socioambiental e econômica. Há que se ter cuidado para que a necessidade, que parece ser crescente, de geração de renda no meio rural, não venha a obscurecer ou inviabilizar a perspectiva de ecodesenvolvimento. Essa perspectiva está juridicamente incorporada e relativamente expressa em suas ações, mas precisa ser aprofundada.

Desse modo, assinalam-se certos desafios a serem enfrentados, como um amplo debate sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas, especificamente sob uma perspectiva de gênero, não se restringindo à condição feminina; uma clareza maior quanto ao significado político desse trabalho; maior envolvimento das associadas nas questões mais amplas, não apenas direcionadas para a produção; maior diversificação dos produtos e uma busca contínua pela melhoria de sua qualidade; uma incorporação mais efetiva de uma consciência ecológica. Também seria válida, para o desenvolvimento local, a existência de um projeto político próprio da Mãos Mineiras e uma maior articulação com as políticas públicas municipais, especialmente as direcionadas à geração de renda como, por exemplo, o turismo sustentável.

Como fatores limitadores dessa proposta de desenvolvimento, pode-se apontar: pequeno número de associados, capacidade de produção restrita, geração de renda pequena na ordem competitiva e seus produtos atenderem um certo nicho de mercado, ou seja, o mercado econômico também é restrito.

Nesse contexto, cabe lembrar as palavras de Ignacy Sachs, que afirma: *“a harmonização dos objetivos sociais e econômicos com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio nos parece possível, sob a condição de escolherem-se bem os objetivos do desenvolvimento e de empenhar-se toda a engenhosidade em valorizar os recursos potenciais de cada ecossistema por meio de técnicas apropriadas, quer dizer, por em prática a abordagem do ecodesenvolvimento”* (Sachs, 1986 p. 53).

Dessa forma, essa pesquisa aponta que um programa de desenvolvimento rural que privilegia a participação da mulher apresenta uma tendência para formulação de estratégias de maior sustentabilidade. No entanto, não foi possível confirmar totalmente essa tendência, tendo em vista o curto espaço de tempo da pesquisa e da própria Associação. Essa avaliação requer uma análise mais aprofundada, a médio e longo prazo, e provavelmente requer a utilização de várias metodologias de pesquisa.

Por outro lado, pode-se afirmar que este estudo possibilitou compreender que a participação da mulher é fundamental no desenvolvimento rural sustentável, visto a sua visão ampla e a capacidade de elaborar estratégias criativas, que contribuem para atender à necessidade de soluções sistêmicas de âmbito local. Como sugestão para outros estudos seria interessante aprofundar a questão de gênero e socioeconomia no meio rural brasileiro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. 384p.

ABRAMOVAY, R. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 4, n. 2, 17p., abr./jun. 2000.

ALENCAR, E. *Associativismo rural e estratégia de intervenção*. Lavras: Ufla, 1997. 34p. Roteiro para discussão.

ALENCAR, E. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: Ufla, 1999. 125 p.

AMÂNCIO, R. Economia do meio ambiente. In: GOMES, M. A. O.; BARBOSA, J. H.; PAULA, M. das G.; AMANCIO, R.; NAVES; F. L.; OLIVEIRA, M. S. de. *Introdução ao estudo de gestão e manejo ambiental*. Lavras: Ufla/Faepe, 2000. p.19-33.

BECKER H. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997. 178p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994. 335p.

BORDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1999. 160p.

BRIOSCHI, L. L. R.; TRIGO, M. H. B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.39, n.7, p.631-637. jul. 1987.

BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p.277-294.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD,

W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v.1, p.275-329.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1988. 447 p.

CARNEIRO, M. J.; PEREIRA, J. L. G. **Confecção doméstica em área rural: relações de gênero em questão**. CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP, Auburn, AL: IRSA, Brasília: SOBER, 2000. 16 p. (CD-ROM).

CARNEIRO, M. J. **Política de desenvolvimento e o "novo rural"**. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. p. 117-149.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. 430p.

DELGADO, A. M. **Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município**. Juiz de Fora: A. M. Delgado, 1962. 340p.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Ocupações e renda rurais no Brasil**. In: ORNAs-OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2000. p.35-54. Oficina de Atualização Temática.

FIÚZA, A. L. de C. **As estratégias de reprodução das viúvas da seca face às ações dos projetos de desenvolvimento rural sustentável**. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP, Auburn, AL: IRSA, Brasília: SOBER, 2000. 26p. 1 CD-ROM.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio./jun. 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. 153p.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: ORNAS-OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS, 2000, Londrina. Anais.... Londrina: IAPAR, 2000. p.165-173. Oficina de Atualização Temática.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01. Jan. 2002.

IBITIPOCA mar de raridades. Revista Parques de Minas, Juiz de Fora, v.1, p.2-17, out. 1996. Suplemento - Tribuna de Minas.

IBITIPOCA: área do Parque gera debate. Jornal O Sabiá, Lima Duarte, v. 3, n.13, p.8, abr. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA. PIB. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2002.

KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Brasília: Embrapa-SPI, 1994. p.11-29.

LEONARDI, M. L. A. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: RIBEIRO, A.; BASTIAAN, R.; LEONARDI, M. L. (Org). Economia do meio ambiente. São Paulo: Unicamp, 1997. p.241-262.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J.; MEYER, M. J.; WALDOW, V. R. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 9p.

LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

MEDEIROS, R. M. Mulher, terra e trabalho: trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990. 2001. 112p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MINTZBERG, H. Os 5 Ps da estratégia. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2001. p.26-32.

MIRANDA, D. Associativismo rural, agroindústria e intervenção: estudo de caso em uma associação de produtores familiares. 1998. 202p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MODESTO, P. dos R. Lima Duarte ano 92: síntese escrita e ilustrada dos fatos, histórias e tradições do município. Juiz de Fora: Esdeva, 1976. v.2, 208p.

NOBRE, M. Gênero e agricultura familiar a partir de muitas vozes. In: NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998a. p.54-66. (Cadernos Sempreviva).

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998b. p.15-27. (Cadernos Sempreviva).

OAKLEY, P. *Projects with people: the practice of participation in rural development*. Geneva: International Labour Office, 1991.

OAKLEY, P.; GARFORTH, C. *Guide to extension training*. Rome: FAO, 1985. 141 p. (FAO Training Series, 11).

PEREIRA, A. *Diagnóstico da Associação Rural Artesanal Mãos Mineiras*. Lima Duarte, 2000. 28p. Mimeo.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 257p.

QUINN, J. B. Estratégias para mudança. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2001. p.20-26.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis?" As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Unesco, 2000. 348p.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986. 224p.

SACHS, I. *Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil*. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 281-346.

SEN A.. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 9-235.

SERVA, M.; JAIME JR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.1, p.65-79, maio/jun.1995.

SILIPRANDI, E. Projetos de desenvolvimento e a valorização da agricultura familiar. In: NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; MENASCHE, R. (Org.). Gênero e agricultura familiar. São Paulo: SOF, 1998. p.9-14. (Cadernos Sempreviva).

VEIGA, J. E. da. Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 1997a, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1997a. 16p.

VEIGA, J. E. da. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (Org.). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: UFU, 1997b. p.103-117.

VIEZZER, M.; MOREIRA, T. Um outro jeito de ser: novas relações sociais entre homens e mulheres na produção de alimentos. Curitiba: Rede Mulher de Educação, 1994. 122 p.

YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Ática, 2000. 344p.